

CORREIO BRAZILIENSE

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, QUINTA-FEIRA, 13 DE AGOSTO DE 2026

NÚMERO 23.154 • 34 PÁGINAS • R\$ 5,00

PCDF prende 43 por falsificação de anabolizantes

Empresários, farmacêuticos, biomédicos e influenciadores formavam uma quadrilha que fabricava e distribuía medicamentos e anabolizantes de forma clandestina. O grupo foi alvo da Operação Narciso, da Polícia Civil do DF, que agiu em quatro estados e na capital, e bloqueou R\$ 32 milhões dos suspeitos. Além da produção ilegal, o esquema contava com a divulgação dos produtos nas redes sociais.

Divulgação/PCDF



Reprodução/Redes Sociais



Carros e artigos de luxo foram apreendidos. Suspeito de participar do esquema, o casal de influencers Ana Luiza e Alam Manoel foi detido em Águas Clara

Chacina

Dívida de R\$ 250 mil pode ter provocado a morte de quatro homens

Covardia

Revolta e comoção no enterro de idosa morta por preso do saído

PÁGINAS 16 E 17

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Missão 70+: votar de olho no futuro

Eleições



O DF tem mais de 200 mil eleitores com mais de 70 anos de idade. Pela legislação, eles não precisam mais ir às urnas. Mas brasileiros como Sônia Dias não abrem mão de participar do momento mais importante da democracia.

Limites

TSE avalia uso da IA

Corte avalia ação contra vídeo apresentado pelo PL com avatar de Bolsonaro pedindo apoio à candidatura de Flávio.

Vice do PSDB

Paula escolhe juiz

Candidata ao GDF, a distrital Paula Belmonte formará chapa com o magistrado aposentado Everardo Ribeiro.

PÁGINA 5, 13, 15 E 18

Direito & Justiça

A Justiça e a corrida ao GDF

Candidatos ao Palácio do Buriti que estiveram na sabatina do **Correio**, na terça, falaram sobre propostas de atuação com o Judiciário.

Data Venia

Luis Felipe Salomão assume comando do Superior Tribunal de Justiça no próximo dia 19.

Projeto ameaça reajustes do Fundo Constitucional do DF

Aprovado pelo Congresso Nacional na noite de ontem, o projeto de lei complementar que autoriza a redução dos tributos sobre combustíveis trouxe alguns artigos que extrapolam o tema — na

linguagem legislativa, “os jabutis”. Além de medidas para regulamentar de minerais críticos à Copa do Mundo Feminina de 2027, a proposta votada por deputados e senadores prevê limites para aumento

de gastos, e entre as travas estão correções para as verbas do Fundo Constitucional do DF, dispositivo que garante recursos para segurança, saúde e educação. O PL vai à sanção do presidente Lula. PÁGINA 4

Remko de Waal/ANP/AFP



Um espetáculo raro e deslumbrante

Eclipse solar atravessa parte do Hemisfério Norte, encanta multidões e permite que cientistas estudem a coroa do Sol, os ventos solares e as tempestades causadas pela atividade da estrela. Fenômeno, que não ocorria na Europa continental há 20 anos, durou quase duas horas. PÁGINA 12

Douglas Magno/AFP



Segurou! — Cruzeiro abre o placar no Mineirão no jogo de ida das oitavas da Libertadores, mas Flamengo reage: 1 x 1. PÁGINA 19

Tradição recuperada

Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional volta a se apresentar na Sala Martins Pena. Agora, às quintas.



Juizes terão que devolver penduricalhos, exige Supremo

Magistrados de seis estados e do DF serão obrigados a restituir aos Tribunais de Justiça os valores recebidos em verbas indenizatórias que estão fora dos limites definidos pelo STF. A decisão foi tomada pelos ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin. É a primeira vez que a Corte máxima da Justiça estabelece a obrigatoriedade da devolução de salários.

PÁGINA 2

Transmissão ao vivo é suspensa na Discord

PÁGINA 6

SIP considera “grave ameaça” ato de Moraes

PÁGINA 3

Ed Alves/CB/D.A Press



Mobilidade exige novos modelos

Presidente da comissão da CLDF sobre o setor, o distrital Max Maciel (Psol) defendeu, ontem, no **CB.Poder**, uma ampla rediscussão sobre o sistema de ônibus e metrô. PÁGINA 14



CLASSIFICADOS: 3342.1000 • ASSINATURA / ATENDIMENTO AO LEITOR: 3342.1000

(61) 99158.8045

assinante.df@dabr.com.br • GRITA GERAL: 3214.1166

(61) 99256.3846



JUDICIÁRIO

Juízes terão de devolver valores “exorbitantes”

Ministros do STF determinam a sete Tribunais de Justiça que suspendam imediatamente o pagamento de penduricalhos irregulares e restitua os montantes que superaram o limite de 70% do subsídio. Entre as Cortes está a do Distrito Federal

» ALÍCIA BERNARDES

Os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin determinaram, ontem, a suspensão e a devolução de valores pagos a magistrados como verbas indenizatórias que ultrapassaram os critérios estabelecidos pela Corte.

A decisão ocorre após os magistrados identificarem que tribunais continuaram autorizando pagamentos “exorbitantes”, mesmo depois de o Supremo estabelecer novas regras para os chamados penduricalhos.

A medida atinge os Tribunais de Justiça do Distrito Federal, de Goiás, do Maranhão, do Paraná, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Norte e de Rondônia. As Cortes deverão bloquear pagamentos de verbas indenizatórias que ultrapassem o limite de 35% do subsídio ou que não tenham autorização expressa do STF, ainda que estejam abaixo desse percentual.

Também por ordem dos ministros, os tribunais terão de identificar os magistrados que receberam valores considerados indevidos e fazer a devolução da quantia que ultrapassar o limite adicional de 70%. É a primeira vez que uma decisão do Supremo sobre os penduricalhos prevê expressamente a restituição dos recursos.

A ofensiva ocorre após o STF cobrar explicações dos sete tribunais sobre pagamentos realizados fora do teto constitucional. Em julho, os presidentes das Cortes receberam prazo de 48 horas para apresentar informações sobre as verbas. Segundo os documentos analisados pelos ministros, foram identificados pagamentos que não estariam de acordo com as regras estabelecidas pelo Supremo. Em alguns casos, os valores autorizados chegaram a centenas de milhares de reais. O levantamento levou os magistrados a reforçar que os tribunais não podem criar ou manter benefícios à margem dos critérios definidos nacionalmente.

Entre os pagamentos questionados estão auxílio-assistência pré-escolar, licença compensatória, licença

Rosinei Coutinho/STF



A decisão de quatro ministros do STF exige que os presidentes dos TJs enviem os nomes dos juízes beneficiados com os valores irregulares

por difícil acesso, valores relacionados a turmas recursais, diferenças de gratificação de diretor de fórum, gratificação de mesa diretora, auxílio-mudança, auxílio-adoção e parcelas relacionadas ao fim da carreira. Também aparecem gratificações por funções administrativas, acúmulo de distribuição, acúmulo distrital, grupos de metas, coordenações especiais e cargos de presidente, vice-presidente e corregedor.

Para os ministros do STF, a existência de previsão administrativa ou de norma interna não é suficiente para garantir a validade do pagamento quando o benefício não estiver de acordo com as regras estabelecidas pelo Supremo.

Na decisão, os ministros ainda estabeleceram critérios específicos para a Parcela de Valorização por Tempo de Antiguidade na Carreira (PVTAC). O benefício poderá permanecer dentro do limite de 35%

das verbas indenizatórias somente quando o tribunal comprovar efetivamente o tempo de serviço utilizado como fundamento para o pagamento. A medida busca impedir que adicionais vinculados à trajetória profissional sejam utilizados para ampliar artificialmente a remuneração dos magistrados sem a comprovação dos requisitos.

Desobediência

Conforme os ministros, apesar da clareza das diretrizes fixadas anteriormente pelo Supremo, os documentos enviados pelas Cortes revelaram a existência de diversas verbas pagas em desacordo com os parâmetros estabelecidos.

A decisão também amplia o alcance da fiscalização. A Advocacia-Geral da União (AGU) terá 72 horas para encaminhar ao STF as folhas de pagamento completas de

seus integrantes e informar a existência de eventuais benefícios pagos de maneira irregular. O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ficará responsável por fiscalizar os pagamentos questionados.

A discussão sobre os penduricalhos ganhou força no Supremo em março, quando a Corte limitou as verbas indenizatórias de magistrados, procuradores e promotores a 35% do teto constitucional, hoje de cerca de R\$ 46 mil. Ao mesmo tempo, o STF permitiu uma gratificação por tempo de atividade que pode alcançar outros 35%, abrindo margem para acréscimos de até 70% sobre o teto.

Em junho, ao analisar recurso da Procuradoria-Geral da República (PGR), o Supremo flexibilizou parte das regras e autorizou, entre outros pontos, o pagamento em dinheiro de férias, licenças-prêmio e plantões acumulados antes do julgamento de março.



Infelizmente, não obstante a clareza dessas diretrizes, identificam-se nos documentos enviados pelos Tribunais de Justiça inúmeras verbas pagas em desacordo”

Trecho das decisões dos ministros

Repasses de milhões

O pagamento de penduricalhos irregulares em tribunais de Justiça permitiu, por exemplo, que um desembargador do TJ do Maranhão ganhasse R\$ 3,2 milhões em 12 parcelas mensais. Na folha de abril da Corte estadual, 300 magistrados receberam mais de R\$ 100 mil, conforme apontam os ministros Alexandre de Moraes, Flávio Dino, Gilmar Mendes e Cristiano Zanin na decisão de ontem que ordena a devolução dos valores pagos irregularmente.

Já no Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, um desembargador aposentado recebeu R\$ 1,1 milhão nos meses de maio e abril, e 73 magistrados receberam acima de R\$ 100 mil em abril.

As decisões também destacam o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios — em maio, uma magistrada recebeu R\$ 490,7 mil. No Tribunal de Justiça de Rondônia, em abril, aproximadamente 90% de todos os magistrados ganharam acima de R\$ 100 mil.

Os ministros do Supremo registraram, ainda, que, no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, em abril, pelo menos cinco magistrados receberam rendimentos acima de R\$ 200 mil. No mesmo mês, 589 magistrados receberam mais de R\$ 100 mil. Além disso, no TJ-RJ, uma magistrada inativa ganhou, em maio, R\$ 202,9 mil.

Em fevereiro, Dino proibiu a criação de remunerações indenizatórias por órgãos da administração pública. Essas verbas são consideradas penduricalhos e aumentam os vencimentos de servidores para além do teto salarial previsto na Constituição, de R\$ 46 mil. Antes da decisão, não havia limite para as verbas indenizatórias, que tinham proliferado nos tribunais e nos Ministérios Públicos por meio de decisões administrativas e leis estaduais.

Pelos critérios estabelecidos pelo Supremo, ainda é possível ultrapassar esse valor. Mas ficou vedada a criação de mais benefícios.

TJMG diz que denúncia de magistrado é “genérica”

» SOFIA MAIA
» LARISSA LEONE*

O Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) classificou como “genéricas” as acusações de corrupção feitas pelo juiz Milton Lívio Salles em um vídeo divulgado nas redes sociais e encaminhou o material à Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ). Na gravação — postada pouco antes de ser afastado da função pelo Órgão Especial da Corte por beber, fumar e usar bermudas em uma audiência virtual —, o magistrado afirma ter conhecimento de situações de corrupção no Judiciário e cita autoridades. Ele não apresenta, porém, quais seriam os casos, quem estaria envolvido ou elementos que sustentem as afirmações.

Para o tribunal, as declarações feitas por Salles na gravação estão dissociadas de elementos mínimos de prova. O conteúdo será analisado no procedimento administrativo sobre a postura adotada na sessão virtual que já tramita na Corregedoria, mas a apuração não foi concluída.

Em nota, o Tribunal considerou que a acusação “sem elementos

mínimos de prova” contra integrantes do Poder Judiciário, “aparentemente tem por finalidade criar suspeição de julgadores” para fatos que já estão sendo apurados no âmbito disciplinar. A Corte também declarou que o conteúdo divulgado não aponta, por si só, qualquer irregularidade cometida pela administração da Justiça mineira.

O encaminhamento do vídeo à Corregedoria não significa que a investigação tenha terminado ou que as acusações tenham sido definitivamente descartadas. O material passa a fazer parte dos elementos que podem ser considerados no procedimento administrativo, que ainda deverá seguir os trâmites previstos para a apuração de eventual falta funcional, explica a Corte.

No mesmo vídeo em que fez acusações a integrantes do Judiciário, Milton Salles levantou suspeitas sobre a aquisição de veículos pelo TJMG. A contratação envolveu 179 automóveis, realizada por meio do Pregão Eletrônico nº 121/2025. A Corte afirmou que a compra foi feita por licitação.

Reprodução/Redes Sociais



O juiz Milton Lívio Lemos Salles foi afastado após beber vinho e fumar durante audiência virtual

A escolha por veículos híbridos-flex, conforme o TJMG, também levou em consideração critérios técnicos e ambientais. O tribunal citou as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para redução das emissões de carbono até 2030 e as

características de sua operação, que exige deslocamentos frequentes entre comarcas de Minas.

Enquanto o procedimento administrativo estiver em tramitação, Salles continuará recebendo os vencimentos correspondentes. O valor da

remuneração dele é de aproximadamente R\$ 83 mil mensais.

Medida protetiva

O episódio que levou ao afastamento de Milton Salles não é o

primeiro na vida profissional do juiz. Ele recebeu uma advertência do tribunal por um episódio anterior envolvendo consumo de álcool. Em 2020, quando era juiz da 4ª Vara Criminal de Belo Horizonte, respondeu a processo disciplinar por ter ido à residência de uma desembargadora para questionar uma nota recebida em um processo de promoção ao cargo de desembargador. Segundo o TJMG, Salles compareceu ao local sob efeito de álcool e medicamentos para questionar a nota 98 atribuída por ela, em vez de 100.

Fora do trabalho, o juiz também foi alvo de medidas judiciais. Em 27 de abril, a Justiça concedeu uma medida protetiva contra ele a uma mulher de 59 anos. O caso está em sigilo. Segundo a Polícia Civil (PCMG), a medida de urgência foi pedida na Casa da Mulher Mineira, delegacia especializada em violência doméstica, em 27 de abril. A corporação destacou que a Corte deferiu o pedido e determinou os termos da medida.

* **Estagiária sob supervisão de Rachel Botelho**

PODER

SIP vê “grave ameaça” em decisão de Moraes

Sociedade Interamericana de Imprensa manifesta preocupação com violação do sigilo da fonte, após ações da PF contra ex-secretário do governo do Maranhão

» RENATO SOUZA
» ALÍCIA BERNARDES
» FERNANDA STRICKLAND

A Sociedade Interamericana de Imprensa (SIP) classificou como “grave ameaça ao exercício do jornalismo” a realização de busca e apreensão que resultou na violação do sigilo da fonte de um jornalista no Maranhão. A avaliação ocorreu um dia depois de o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizar uma operação da Polícia Federal contra Raimundo Cutrim, ex-secretário do governo do estado, que seria a fonte do jornalista Luís Pablo Almeida, acusado de perseguir o ministro Flávio Dino.

A PF chegou ao nome de Cutrim após Almeida ser alvo de busca e apreensão, em março, também determinada por Moraes. Entre os itens apreendidos na ocasião estava um computador que o jornalista utilizava para escrever reportagens. No equipamento, os investigadores tiveram acesso ao aplicativo WhatsApp Web. Em meio às mensagens identificadas, estava uma conversa com Cutrim, que, de acordo com as diligências, era fonte de Almeida, especialmente nas matérias que apontaram suposto uso indevido de veículos oficiais por Dino e seus familiares.

Para a SIP, a decisão de Moraes abre grave precedente que ameaça a liberdade de imprensa no Brasil. O presidente da entidade, Pierre Manigault, considerou “especialmente grave que a investigação tenha permitido chegar até uma fonte jornalística por meio da análise dos dispositivos apreendidos de um jornalista”.

Manigault, sócio da Evening Post Publishing Inc., empresa de mídia sediada em Charleston, Carolina do Sul, nos Estados Unidos, ressaltou que “a proteção das fontes confidenciais não constitui um privilégio do jornalista, mas uma garantia indispensável para que os cidadãos possam fornecer informações de interesse público sem medo de represálias”.

“Instamos as autoridades brasileiras a garantir o respeito irrestrito ao sigilo profissional e à liberdade de imprensa, bem como a revisar as decisões que possam comprometer a confidencialidade das fontes e a proteção do material jornalístico”, acrescentou.

A presidente da Comissão de Liberdade de Imprensa e Informação, Martha Ramos, ressaltou que “o sigilo das fontes é uma ferramenta necessária e inviolável para o exercício do jornalismo”. Integrante da Organización Editorial Mexicana (OEM), ela disse que “permitir que os equipamentos de um jornalista sejam utilizados para identificar suas fontes estabelece um precedente de graves repercussões para toda a imprensa”. “Se as fontes não puderem confiar que sua identidade será protegida, enfraquece-se uma das condições essenciais do jornalismo investigativo e afeta-se diretamente o direito da sociedade de receber informações de interesse público”, enfatizou.

Outras entidades também se manifestaram, ainda na terça-feira. Em nota conjunta, a Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) e a Associação Nacional de Editores de Revistas (Aner) destacaram que as “ações judiciais que quebram o sigilo da fonte não têm amparo constitucional e abrem precedentes que ameaçam a liberdade de imprensa, amparada pela Constituição de 1988”.

“Casos de questionamentos a reportagens devem ser tratados dentro da lei, que prevê direito de resposta e indenizações. A violação do sigilo do profissional e de suas fontes leva a intimidações contra a

Antonio Augusto/STF



O caso está com o ministro Alexandre de Moraes por ter paralelos com o Inquérito das Fake News

Entenda o caso

Suposta perseguição

- » A Polícia Federal investiga uma suposta perseguição contra o ministro Flávio Dino, do STF, que envolve o vazamento de dados relacionados à segurança do ministro, possível monitoramento dos deslocamentos dele e a suspeita de invasão a sistemas do Detran e do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ-MA).
- » Desde novembro, o jornalista Luís Pablo Conceição Almeida, do Blog do Luís Pablo, publicou que Dino estaria utilizando, de forma contínua, em São Luís (MA), um veículo Toyota SW4 oficial do TJ-MA em deslocamentos privados com sua família.
- » O carro teria sido adquirido com recursos do Fundo Especial de Segurança dos Magistrados (Funseg-JE), destinado à

proteção institucional e atividades do Judiciário estadual, e pertenceria à frota restrita do tribunal. O veículo seria destinado para o presidente do TJ-MA, corregedores ou apoio eventual a autoridades.

- » Dino alega que há uma “repetição de inverdades” nas informações publicadas pelo jornalista e negou categoricamente qualquer uso irregular de veículos do TJ-MA.
- » Segundo o ministro, um veículo blindado foi cedido após solicitação da Secretaria de Segurança do STF, com base em um acordo de cooperação vigente entre o STF e tribunais do país.
- » Em março do ano passado, Dino informou que sua equipe já havia identificado um procedimento de monitoramento ilegal de seus deslocamentos, publicando placas de carros, nomes e

quantidade de agentes de segurança.

- » Em nota mais recente, a equipe de Dino afirmou que “fatos novos” mostraram que até os veículos particulares de Dino e de sua família estavam sendo monitorados e seguidos, o que motivou o pedido de providências adicionais de segurança.
- » O advogado Berilo Freitas, que defende Raimundo Cutrim confirmou que a decisão cita o cliente como fonte, mas recebeu a medida com “estraneza e preocupação”. Declarou ser estranho investigar o jornalista, o advogado e a fonte em vez de apurar a denúncia em si.
- » A defesa de Luís Pablo declarou que os R\$ 100 mil citados não têm relação com seu trabalho e que não recebeu nenhum valor para publicar matérias contra o ministro.

Reprodução/redessociais



O jornalista Luís Pablo nega ter recebido dinheiro para atacar Dino



Instamos as autoridades brasileiras a garantir o respeito irrestrito ao sigilo profissional e à liberdade de imprensa, bem como a revisar as decisões que possam comprometer a confidencialidade das fontes e a proteção do material jornalístico”

Trecho da nota da SIP

imprensa que não condizem com o Estado Democrático de Direito e o livre exercício do jornalismo”, completou a nota assinada pelas três entidades.

Transferência

A Polícia Federal identificou uma transferência de R\$ 100 mil feitas a Almeida por meio de um advogado, que também foi alvo de operação na terça-feira. A

suspeita é de que o valor teria sido repassado por Cutrim para a publicação de matérias contra Dino. O jornalista nega. Segundo ele, o valor é referente a um empréstimo que seria usado para a compra de um imóvel. A decisão judicial que autorizou as buscas contra Cutrim, assim como todo o inquérito, está em segredo de justiça.

O **Correio** apurou junto a fontes ligadas ao caso que a PF não

» Flávio dispara críticas a ministro

O senador e pré-candidato à Presidência pelo PL, Flávio Bolsonaro (RJ), voltou a criticar, ontem, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), que autorizou mandados de busca e apreensão contra o ex-secretário de Segurança do Maranhão Raimundo Cutrim. Em publicação nas redes sociais, o parlamentar afirmou que a medida ultrapassa o caso concreto e pode criar um precedente para atingir o sigilo de fontes jornalísticas. Segundo ele, Moraes não teria apenas autorizado a quebra do sigilo de um jornalista, mas permitido a quebra do sigilo de fontes de jornalistas em geral. “Decisão judicial não morre no caso concreto. Vira precedente”, escreveu. O senador também classificou a decisão como um “cheque em branco para matar o jornalismo e a liberdade de imprensa no Brasil”.

enviou ao Supremo um relatório conclusivo, atestando o cometimento de crime por parte do jornalista, mas sim pedidos de aprofundamento das investigações. As buscas contra o ex-secretário tiveram aval da Procuradoria-Geral da República (PGR).

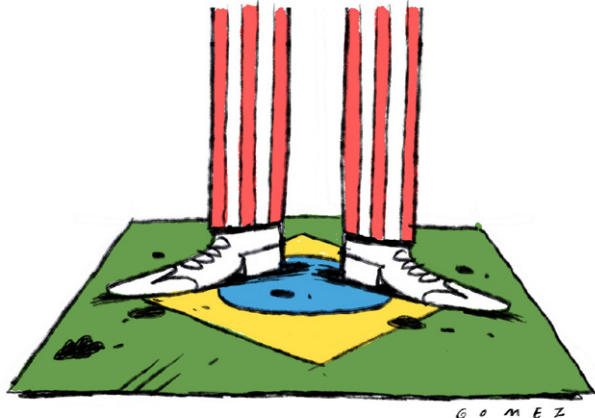
Em nota, Dino negou irregularidades e disse que o uso dos veículos ocorreu em convênio do Supremo com o Tribunal de Justiça do Maranhão.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Nas eleições, Trump deseja que o Brasil volte a ser quintal dos EUA

O Brasil é grande demais para virar marisco na briga entre os Estados Unidos, uma superpotência marítima, e a China, a grande potência continental emergente, que ameaça a hegemonia norte-americana e amplia sua influência na América Latina. Entretanto, o governo Lula pode não passar ileso pela guerra comercial, tecnológica e geopolítica entre as duas maiores economias do planeta.

O presidente Donald Trump sonha com uma volta ao passado, quando Washington podia tratar a América Latina como seu quintal e enquadrar aliados e adversários por meio de pressões econômicas, diplomáticas e militares. Agora traduzida pelo slogan America First, a Casa Branca exuma a Doutrina Monroe: “A América para os americanos”, desde que “americanos” signifiquem os EUA.

Essa nostalgia de uma ordem perdida aproxima Trump da figura descrita pelo cientista político norte-americano Mark Lilla. Para o autor de A mente naufragada (Record), o reacionário não é simplesmente um conservador. O conservador valoriza as tradições, mas reconhece que a sociedade muda; o reacionário considera a mudança uma catástrofe e deseja reconstruir um passado idealizado. Acredita que houve uma ruptura no curso da história e que a única saída é fazer o tempo correr para trás.

Trump é esse naufrago do passado: promete restaurar a grandeza industrial norte-americana, recompor fronteiras econômicas e recuperar uma supremacia internacional incompatível com o mundo multipolar. Seu projeto tenta repetir, em escala muito mais perigosa, a virada de mesa promovida pelos Estados Unidos na década de 1980, quando o avanço industrial e tecnológico do Japão parecia ameaçar a hegemonia norte-americana.

Tóquio acumulava enormes superávits comerciais e suas montadoras e empresas de eletrônicos conquistavam o mercado dos Estados Unidos. Em 1985, Washington articulou o Acordo de Plaza, que provocou forte valorização do iene e reduziu a competitividade japonesa. O acordo foi uma das causas das “décadas perdidas” do Japão. Para todo o Ocidente, porém, o episódio se tornou símbolo do preço pago por um aliado que se submeteu à pressão norte-americana.

A China não é o Japão. Não depende militarmente dos Estados Unidos, dispõe de armas nucleares, controla cadeias industriais estratégicas e possui um gigantesco mercado interno, além de riquezas naturais, como as terras raras. Além disso, tornou-se a principal parceira comercial de grande parte da América do Sul, inclusive do Brasil.

Um novo Acordo de Plaza não pode ser imposto por Trump a Pequim. Sua alternativa é cercá-la: restringir o acesso a semicondutores e tecnologias avançadas, reorganizar cadeias produtivas, elevar tarifas e tentar expulsar investimentos chineses de áreas consideradas estratégicas, como telecomunicações, energia, inteligência artificial, portos e minerais críticos. O mercado mais próximo é a América Latina.

Eleições de risco

É nesse contexto que ocorrem as eleições no Brasil. Nossa aproximação com a China, a participação no Brics, a defesa do multilateralismo e a autonomia da política externa contrariam Washington. A nova Doutrina Monroe já não se dirige às antigas potências coloniais europeias, mas à presença econômica chinesa. Trump deseja que os países latino-americanos aceitem a liderança dos Estados Unidos ou serão tratados como plataformas de expansão de Pequim.

A crescente interferência norte-americana nas eleições brasileiras nasce dessa lógica. Não se trata apenas de afinidade ideológica de Trump e do secretário de Estado Marco Rubio com a família Bolsonaro e a direita brasileira. Existe uma disputa concreta sobre a futura orientação do Brasil. Um governo alinhado a Washington poderia rever acordos tecnológicos, limitar investimentos chineses, enfraquecer o Brics e apoiar a estratégia dos Estados Unidos na região.

Já um governo comprometido com a autonomia diplomática, mesmo mantendo boas relações com os norte-americanos, preservaria espaço para negociar simultaneamente com Pequim e União Europeia. Para isso, Trump impõe tarifas, sanciona autoridades, critica o Supremo Tribunal Federal (STF) e já não esconde o apoio da Casa Branca à candidatura de Flávio Bolsonaro (PL).

As favas as normas diplomáticas. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva é considerado um estorvo pelos estrategistas da Casa Branca. Quando Washington relaciona medidas comerciais a decisões da Justiça brasileira ou ao andamento da campanha presidencial, transforma as tarifas em armas eleitorais. Como a balança comercial com os Estados Unidos representa apenas 2% do nosso Produto Interno Bruto (PIB), essa interferência pode ir além das tarifas, por meio de manipulação do ambiente digital, pressões sobre empresas de tecnologia e campanhas de desinformação. A maior ameaça é a nova tentativa de desacreditar o sistema eleitoral, que constrói a perigosa narrativa segundo a qual o resultado das urnas eletrônicas somente será legítimo se reconhecido por Trump.

AGORA
TRADUZIDA
PELO SLOGAN
AMERICA
FIRST, A CASA
BRANCA EXUMA
A DOCTRINA
MONROE:
“A AMÉRICA
PARA OS
AMERICANOS”,
DESDE QUE
“AMERICANOS”
SIGNIFIQUEM
OS EUA

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG (COM EDUARDA ESPOSITO)
deniserothenburg.df@dabr.com.br

Rumo a 2027

A aproximação entre Lula e Alcolumbre vai muito além da votação das propostas. Estão sobre a mesa para conversas futuras dois assuntos pendentes: o primeiro é a escolha do futuro ministro do Supremo Tribunal Federal — leia-se o advogado da União, Jorge Messias —, já rejeitado pelos senadores com a ajuda do presidente do Senado; o segundo é a escolha do futuro presidente do Congresso. Conforme o leitor da coluna já sabe, Alcolumbre é candidato a mais dois anos no comando do Legislativo e precisará de apoio dos governistas.

Brasil 2025 x Brasil 2026

Parlamentares governistas ligados à diplomacia afirmam que o novo tarifaço de Donald Trump tem menos impacto agora do que em 2025. E isso deve à atitude do governo em abrir novos mercados. Dados do governo demonstram que a balança comercial brasileira registrou, até a primeira semana de agosto, um superavit de US\$ 51,56 bilhões, aumento de 32,2% em relação ao mesmo período de 2025.

Amorim e o teste

A ida do assessor internacional da Presidência da República, Celso Amorim, ao Congresso, esta semana, foi aprovada pelos partidos aliados do Planalto. Em suas respostas sobre o crime organizado no país, ele reforçou o discurso da soberania e foi incisivo ao dizer que cabe às forças brasileiras combater as facções criminosas. Para completar, disse ter vergonha da “servilidade” aos estrangeiros, sejam americanos, russos ou chineses.

Renegociação volta à mesa

O presidente da Comissão Mista da medida provisória da renegociação de dívidas dos produtores rurais, senador Renan Calheiros (MDB-AL), vai se reunir com o relator, deputado Paulo Pimenta (PT-RS), para negociar o texto. Calheiros defende que a MP editada pelo Ministério da Fazenda deixou de fora o pessoal do Norte e do Nordeste, e isso fere a isonomia. Aliados de Renan afirmam que o senador teme um alinhamento de Pimenta à Fazenda. Por isso, vai buscar o relator a fim de garantir o benefício aos produtores nortistas e nordestinos.

MDB em sintonia com Lula



Ao anunciar apoio à urgência para tramitação de propostas de interesse do governo Lula, o MDB dá um passo no sentido de reforçar um alinhamento ao presidente da República e, de quebra, se apresentar, num ano eleitoral, como defensor de projetos que têm o apoio da classe trabalhadora — caso do fim da escala de trabalho 6x1 (seis dias trabalhados para um de folga). O movimento do partido reforça o respaldo de uma maioria dos senadores do partido a Luiz Inácio Lula da Silva. Se levada em conta a foto de Michel Temer e José Sarney ao lado de Ronaldo Caiado (PSD), está claro que Flávio Bolsonaro (PL) terá pouco espaço entre os caciques do partido e conta apenas com o apoio do prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes, que se reelegeu com o apoio do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

» » » »

A hora do primeiro teste/ O gesto do MDB dá ainda um discurso para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), coloque as propostas em votação. Depois da conversa dele com Lula, espera-se a retomada da normalidade entre os dois Poderes. A ideia é aproveitar o próximo esforço concentrado, na semana de 31 de agosto a 4 de setembro, para tentar votar parte das matérias ainda no período eleitoral.

CURTIDAS

Cai o “tenente coronel”/ O bolsonarista Luciano Zucco (PL-RS) se elegeu para a Câmara dos Deputados, em 2022, pelo Republicanos com o nome “tenente-coronel Zucco”. Agora, na disputa para o governo do Rio Grande do Sul, o deputado se apresenta apenas como “Zucco”. Na Câmara, muita gente comenta que se trata de uma estratégia para ampliar a votação do candidato.

E Alagoas, hein?/ A campanha de Renan Filho ao governo do estado só definirá o nome do candidato a vice-governador quando o ex-prefeito de Maceió, João Henrique Caldas (o JHC), resolver se concorrerá ao governo, ao Senado ou ficará fora da disputa. No entorno de Renan, há quem duvide que JHC concorra ao governo, uma vez que o senador emedebista tem 95 das 102 prefeituras alagoanas alinhadas à sua candidatura.

Se for, vai sozinho/ Membros da cúpula do PL afirmam que não desistirão da candidatura de Flávio Roscoe em Minas Gerais para apoiar a candidatura de Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG). Interlocutores relembram que o partido esperou até o último momento, mas a indecisão do senador não poderia prejudicar os planos do PL no estado.



A hora delas/ Na semana em que se comemora o Dia do Advogado (11 de agosto), as mulheres advogadas especializadas no setor de energia promoveram o I Encontro da Comissão Especial da OAB voltada a esse tema: “Queremos cada vez mais consolidar o espaço das mulheres advogadas no setor elétrico, um dos tantos ambientes de decisão historicamente masculinos. É fundamental estabelecermos esse diálogo em um segmento com tanto impacto na sociedade”, diz Fernanda de Paula (ao centro na foto), idealizadora do evento.

POLÍTICA FISCAL

Projeto prevê trava ao FCDF

Equipe econômica inclui no PLP dos combustíveis jabuti que pode limitar o reajuste do fundo constitucional da capital

» RENATO SOUZA
» LUIZA ALTOÉ
» ROSANA HESSEL

O Congresso Nacional aprovou, na noite de ontem, o projeto de lei complementar (PLP) que, originalmente, permitiu a redução da tributação sobre combustíveis. No entanto, durante votação na Câmara dos Deputados, o texto passou a englobar vários jabutis, incluindo a possibilidade de alterações na correção do Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF). Outras medidas incluem minerais críticos, fertilizantes, defesa e até a Copa do Mundo Feminina de 2027. As alterações foram mantidas pelos senadores. Na Câmara, foram 318 votos a favor e 113 contra. No Senado, a matéria, que é uma das prioridades do governo, foi aprovada por 61 votos a favor e 2 contra.

O texto foi inicialmente enviado pelo governo para reduzir o impacto do aumento do preço do petróleo — gerado pela guerra no Oriente Médio — no valor dos combustíveis. O PLP autoriza, excepcionalmente em 2026, que renúncias de receita voltadas a mitigar o choque no mercado de energia — decorrente do conflito no Oriente Médio — sejam compensadas pelo aumento extraordinário de receita da União gerado pelo aumento do preço do petróleo. A redução de alíquotas aplica-se à importação e comercialização de combustíveis como óleo diesel, biodiesel, gasolina, etanol e querosene de aviação. Segundo o texto, as despesas decorrentes dele têm natureza discricionária e ficam sujeitas à disponibilidade orçamentária e financeira.

A matéria também aponta que, se a tributação federal da gasolina for reduzida em 30% ou mais, as alíquotas do etanol devem ser zeradas. Isso porque qualquer medida de redução tributária ou subvenção

Carlos Moura/Agência Senado



Relatado pela líder do Governo no Senado, Teresa Leitão (PT-PE), PLP dos combustíveis foi aprovado após costura com senadores

para combustíveis fósseis deve, obrigatoriamente, garantir a manutenção da vantagem competitiva do biocombustível correspondente. Segundo o texto, o governo concederá subvenção aos produtores de etanol — limitada a R\$ 1,2 bilhão — para o período de maio a agosto de 2026, assegurando essa competitividade frente à gasolina. Além disso, produtores de etanol poderão usar saldos credores de Pis/Pasep e Cofins para compensar outros débitos federais, com limite de R\$ 750 milhões em 2026.

Fundo Constitucional

O projeto aprovado estabelece uma trava para o crescimento dos gastos, que na prática, pode limitar o crescimento do repasse ao Fundo Constitucional do Distrito Federal (FCDF), conforme confirmaram ao **Correio**, fontes da equipe econômica. A regra estabelece que, “caso o Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do Governo Central que anteceder o envio do projeto de lei orçamentária anual projete déficit

primário”, as despesas atualmente corrigidas pela Receita Corrente Líquida ficam limitadas ao crescimento do arcabouço fiscal. Em entrevista após a aprovação da matéria, o ministro da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que o texto permite a redução do gasto obrigatório. “O gasto obrigatório crescerá no ano que vem. Mas há uma diminuição, uma mitigação desse ritmo de crescimento que já vai ser percebido o ano que vem, em torno de R\$ 10 bilhões, que é aqui um pouco a evolução a menor do gasto

obrigatório que a gente espera para o ano que vem, já abrindo um espaço fiscal importante para outras demandas discricionárias”. Durigan chamou a medida de “compatibilização” e disse que, posteriormente, detalharia onde haveria controle no Orçamento. “O que nós estamos fazendo é a compatibilização, algumas vinculações que não cresciam no ritmo do arcabouço, cresciam com outra variável isolada, a Receita Corrente Líquida ou alguma coisa, passa a ter a trava do arcabouço, então a gente vai ter

um crescimento limitado ao que o orçamento como um todo passará a crescer também para o ano que vem. Depois a gente pode chegar a detalhar mais quais são especificamente os itens que podem sofrer esse controle, essa limitação”. O escopo do projeto passou a incluir a autorização para que a União conceda crédito fiscal, até 31 de dezembro de 2031, a projetos destinados à produção, no território nacional, de fertilizantes, sintéticos e minerais, e de suas matérias-primas, bem como bioinsumos e biofertilizantes. O crédito será limitado a R\$ 1 bilhão por ano, entre 2027 e 2031, podendo ser ampliado em até R\$ 1 bilhão por ato do Poder Executivo, observada a legislação orçamentária e fiscal. Os valores não utilizados em determinado ano poderão ser utilizados nos seguintes, respeitando a data limite de 2031. Além disso, o crédito corresponderá a um percentual de até 20% do gasto com as atividades de produção de fertilizantes e suas matérias-primas no território nacional. O projeto também determina que o percentual do crédito fiscal concedido deverá ser proporcional ao atendimento dos critérios de sustentabilidade socioambiental. O texto também afasta a incidência do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM) sobre mercadorias destinadas a esses produtores de fertilizantes até 2031. A renúncia de receita prevista deverá observar o limite anual de R\$ 200 milhões e o total de R\$ 1 bilhão durante sua vigência. A matéria inclui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos nas regras de excepcionalidade fiscal, por ser um setor vital para a transição energética. Traz, ainda, isenções relacionadas à Copa do Mundo Feminina de 2027.



TSE diante dos limites para IA

Corte se reúne e pode decidir sobre ação de federação liderada pelo PT contra vídeo na convenção do PL com avatar de Bolsonaro

» FABIO GRECCHI
» ARMANDO HOLANDA

Os ministros do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se reúnem, hoje, para avaliar se há entre eles consenso para julgar a ação da Federação Brasil da Esperança (formada por PT, PCdoB e PV) contra o vídeo produzido por inteligência artificial (IA), exibido na convenção nacional do PL, em que Jair Bolsonaro referenda a candidatura presidencial do filho 01, senador Flávio Bolsonaro (RJ). Somente depois dessa análise convocada pelo presidente da Corte, Kássio Nunes Marques, é que a Corte deve julgar a inserção do avatar do ex-presidente.

Nos bastidores do TSE, as avaliações vão desde a imposição de uma multa à campanha de Flávio até a proibição total de utilização de inteligência artificial na campanha eleitoral, que começa domingo. A defesa do pré-candidato impetrou na Corte, na segunda-feira, uma segunda ação na qual afirma que não é possível proibir uso de IA em disputa política e que a ferramenta não requer autorização da pessoa cujo avatar será exibido. Sobre esse segundo argumento, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, cobrou da campanha de Flávio, em 28 de julho, explicações sobre se o ex-presidente autorizara a realização do vídeo. Isso porque, caso tenha concordado, violaria as regras da prisão domiciliar.

Na convenção do PL, os participantes assistiram a uma apresentação digital de Bolsonaro

discursando como se lá estivesse. Na gravação, o avatar afirmava que o ex-presidente estava preso e dizia que aquela era uma simulação. O conteúdo continha tarjas e avisos informando que a imagem fora produzida por inteligência artificial.

“Isso que vocês estão vendo aqui não sou eu. Isso é uma simulação da minha imagem e da minha voz feita com inteligência artificial. Como todos aqui sabem, eu estou preso e calado por uma decisão injusta e arbitrária baseada em algo que eu nunca fiz. Mas eu garanto: nenhuma prisão vai calar o sentimento de esperança que despertamos. Nenhuma prisão vai calar milhões de brasileiros que acreditam em nosso país. Por isso, peço que vocês recebam de braços abertos a pessoa que escolhi para me substituir, sangue do meu sangue, meu filho Flávio. Vem com fé, o Brasil tem futuro e o futuro é Flávio Bolsonaro presidente”, diz o avatar exibido na convenção do PL.

O PT recorreu à Justiça Eleitoral para questionar a legalidade da peça. Mas a defesa da campanha de Flávio salienta, na ação junto ao TSE, que “o elemento juridicamente decisivo deve ser a capacidade concreta de enganar, falsificar acontecimentos, atribuir manifestação inexistente ou obscurecer a natureza sintética da peça. E, no caso, o aviso inicial neutralizou a possibilidade de confusão sobre a materialidade do vídeo. O próprio conteúdo transcrito pela representante começa com advertência expressa: ‘Isso que vocês estão vendo aqui não sou eu. Isso é uma simulação da minha imagem e da minha voz feita com inteligência artificial’.

Beto Barata/PL



Defesa da campanha de Flávio frisa que convencionais foram advertidos tratar-se de vídeo com IA de Bolsonaro

Versão moderna

Os advogados da campanha de Flávio ressaltam, ainda, que “o avatar reclamado nada mais é do que a versão moderna e tecnológica daquilo que sempre foi usado em eventos partidários e eleitorais, como bonecos de papel, imagens em cartazes e até em máscaras, camisas, com mensagens de apoio. Ou seja, o recurso utilizado equivale, funcionalmente, a uma representação

audiovisual contemporânea, personagem digital ou ‘boneco’ tecnológico empregado para expressar mensagem declaradamente artificial”.

O ponto central da discussão está no artigo 9º-C da resolução do TSE sobre propaganda eleitoral. A regra proíbe a utilização de conteúdo sintético produzido ou manipulado digitalmente para criar ou modificar imagem ou voz de pessoa com o objetivo de favorecer ou prejudicar

candidatura ou partido. A restrição, segundo a norma, também se aplica quando existe autorização da pessoa retratada.

Mas a federação liderada pelo PT alega ser o vídeo com a imagem digital de Bolsonaro uma “deepfake”, na qual utiliza expressões que caracterizam pedidos de voto. “Trata-se, portanto, de expediente que potencializa a propaganda eleitoral antecipada e, simultaneamente, afronta a vedação do uso de inteligência artificial

que objetive criar conteúdo sintético para substituir imagem e voz de pessoa viva, além de burlar a restrição judicial imposta ao ex-presidente mediante o emprego de tecnologia de reprodução sintética”, destaca a federação Brasil Esperança, requerendo, ainda, que o TSE reconheça a propaganda eleitoral antecipada e uso irregular de IA, e aplique uma multa de R\$ 30 mil por publicação.

A federação ainda recorreu ao STF argumentando que o vídeo do avatar de Bolsonaro descumprimento a ordem judicial imposta ao ex-presidente de não divulgar manifestos político-eleitorais, inclusive por terceiros — conforme proibição de Alexandre de Moraes prolatada em 17 de julho. “(O vídeo foi) planejado para alcançar as milhares de pessoas presentes no evento e, paralelamente, incalculáveis espectadores e eleitores através das transmissões ao vivo realizadas e hospedadas nas páginas do PL e Flávio Bolsonaro no YouTube, além da cobertura midiática que a imprensa tem dado ao fato em rede nacional”, ressalta a representação.

Embora a regulamentação do TSE sobre IA já esteja em vigor, a Corte se depara com a aplicação da regra e com a possibilidade de estabelecer parâmetros definitivos para a utilização de vídeos produzidos com inteligência artificial. A ação da federal liderada pelo PT é relatada por Nunes Marques. A decisão deve servir de referência para a Justiça Eleitoral diante da multiplicação de conteúdos produzidos ou alterados por IA.

Marotinha 2026

Vem aí a Marotinha 2026!

Diversão, esporte e muita energia esperam os nossos pequenos corredores.

INSCRIÇÕES ABERTAS!

Percursos adaptados para cada faixa etária e **um dia especial para toda a família.**

12/10
a partir das 7h

Local:
em frente ao Centro Ibero-Americano, ao lado da Torre de TV

Inscrição e maiores informações

Apoio:



Apoio Gráfico:



Promoção:



Parceria:



Realização:





VIOLÊNCIA

Discord não pode fazer transmissões ao vivo

Decisão da Agência Nacional de Proteção de Dados é temporária. Estará em vigor enquanto a plataforma não comprovar a adoção de medidas de proteção a menores de idade. Suspensão das “lives” não se estende a outros serviços que são oferecidos

» MARIA BEATRIZ GIUSTI*
» RAFAELA BOMFIM*

A Agência Nacional de Proteção de Dados determinou, ontem, que o Discord suspenda as transmissões ao vivo no Brasil. A medida começa a valer em três dias úteis e atinge a função “Go Live”, usada para realizar transmissões de vídeo dentro dos servidores. Segundo a ANPD, o recurso deverá permanecer suspenso até que a empresa comprove a adoção de medidas para proteger crianças e adolescentes. A decisão foi tomada após a fiscalização identificar falhas na prevenção de situações como violência, assédio, automutilação e suicídio.

A plataforma não foi retirada do ar. De acordo com a ANDP, o Discord tem sido usado de forma recorrente em situações que envolvem violações contra menores de idade. A fiscalização apontou, ainda, que a estrutura do serviço dificulta o acompanhamento do conteúdo durante as transmissões. “A plataforma depende de sistemas automatizados falhos e de denúncias dos próprios participantes desses ambientes voltados à prática dessas violações”, afirmou a agência.

O caso que levou a discussão ao centro do debate ocorreu em junho, em Naviraí (MS), com o suicídio de uma adolescente de 13 anos. Segundo as investigações, ela teria sido incentivada à automutilação por integrantes de um grupo privado. A situação teria sido acompanhada por usuários durante uma transmissão no Discord. A Polícia Civil de Mato Grosso do Sul investiga o caso. A empresa afirma que o servidor envolvido era privado, funcionava apenas por convite e havia sido identificado e desativado antes da morte da menina.

A cobrança pelo bloqueio da plataforma ganhou força na semana passada, depois de a primeira-dama Rosângela “Janja” da Silva comentar o caso de Naviraí em um evento no Palácio do Planalto. “Acho que a gente precisa retirar imediatamente o Discord do ar. A gente precisa bloquear o Discord no Brasil de qualquer forma”, disse. Depois da declaração, representantes do governo federal se reuniram com a empresa para discutir medidas de segurança. Participaram das conversas integrantes do Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), da Advocacia-Geral da União (AGU), da Polícia Federal (PF) e da Secretaria de Comunicação Social da Presidência.

Em nota, o Discord afirmou que recebeu a determinação e está analisando o conteúdo da decisão. A empresa negou omissão no

Reprodução de vídeo



Acho que a gente precisa retirar imediatamente o Discord do ar. A gente precisa bloquear no Brasil de qualquer forma”

Rosângela “Janja” da Silva

episódio e disse que não permite grupos que incentivam a violência. Segundo a plataforma, o servidor relacionado à morte da adolescente foi removido após ser identificado. A empresa também afirmou que mantém equipes voltadas à segurança dos usuários e que coopera com autoridades em investigações. “Continuaremos trabalhando de forma incansável para coibir esse tipo de comportamento e auxiliar na identificação, prisão e responsabilização criminal dos indivíduos envolvidos”, garante.

Denúncias

A SaferNet Brasil também acompanha o caso e afirma que vem recebendo um número maior de denúncias relacionadas ao Discord. Nos sete primeiros meses de 2026, foram 406 registros contra 264 no mesmo período de 2025 — aumento de 54%. Desde 2017, a organização recebeu e processou 2.059 URLs relacionadas à plataforma. Em 2025, foram 520 registros, quase três vezes o número verificado no ano anterior.

A instituição informa, ainda, que encaminhou às autoridades documentos técnicos sobre grupos que

atuariam no Discord com práticas de aliciamento de crianças e adolescentes, divulgação de imagens de abuso e exploração sexual infantil, e incentivo à automutilação e ao suicídio. “O caso de Naviraí não é um episódio isolado, mas o desfecho trágico de um padrão que documentamos e denunciamos há anos”, afirmou Thiago Tavares de Oliveira, presidente da SaferNet Brasil.

O caso ainda pode gerar novas medidas contra o Discord. Se a ANPD identificar outros descumprimentos, o processo poderá avançar para uma etapa sancionadora, com possibilidade de multa e novas restrições. A plataforma poderá recorrer da decisão. O Conselho Diretor da agência também poderá determinar multa diária caso a suspensão das transmissões não seja cumprida. A discussão, agora, passa pela capacidade do Discord de apresentar medidas que atendam às exigências da fiscalização sem comprometer as regras de privacidade dos usuários.

Para a advogada Mayra Mega Itaborahy, especialista em direito digital e empresarial, a decisão da Agência de Proteção de Dados pode ser entendida como uma tentativa de reduzir um risco específico

sem interromper o funcionamento completo da plataforma. “Ao suspender especificamente o recurso de transmissão ao vivo, a ANPD está trabalhando com a gestão de um risco identificado sem impactar o restante do serviço”, afirma.

O advogado Max Kolbe, especialista em direito digital, ressalta que a proteção de crianças e adolescentes não significa permitir o monitoramento de todas as conversas. “A solução deve priorizar segurança desde a concepção, configurações proativas por padrão, aferição de faixa etária com coleta mínima de dados, supervisão parental adequada à idade, limitação de contatos e resposta a denúncias”, explica.

Juliano Maranhão, professor de direito e tecnologia da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), também afirma que a falta de capacidade técnica para acompanhar uma transmissão em tempo real não elimina, por si só, a responsabilidade da plataforma. “A legislação não exige vigilância absoluta nem monitoramento indiscriminado de todas as comunicações, mas exige medidas razoáveis e proporcionais de segurança desde a concepção e durante a operação do serviço”, observa.

Jefferson Rudy/Agência Senado



O caso de Naviraí não é isolado, mas o desfecho trágico de um padrão que documentamos e denunciamos há anos”

Thiago Tavares de Oliveira, presidente da SaferNet Brasil

Operação prende extremistas

Depois do suicídio de uma adolescente de 13 anos em Naviraí (MS), as polícias civis de oito estados, em parceria com o Laboratório de Operações Cibernéticas (Ciberlab) da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp/MJSP), deflagraram as operações Lúvia e Rede Interrompida, com o objetivo de desarticular grupos extremistas em plataformas como Discord e Telegram. Segundo a Polícia Civil do Mato Grosso do Sul, a menina foi incentivada a matar um animal e, em seguida, desafiada a transmitir a própria morte no Discord, em 22 de julho.

A Operação Lúvia apreendeu cinco adolescentes, de 13 a 17 anos, e um homem de 18 anos, em cinco estados. Os criminosos tinham como foco principal crianças e adolescentes com perfis abertos nas redes sociais. De acordo com os investigadores, eles criavam contas falsas para cooptar as vítimas e levá-las para outras redes sociais. Depois que ganhavam a confiança delas, passavam a obrigá-las a cumprir desafios violentos. Durante as

investigações, foram encontrados celulares, armas, materiais de abuso sexual infantil e apologia ao nazismo.

Na semana passada, o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) divulgou a dinâmica das investigações. De acordo com o delegado-geral da Polícia Civil do Distrito Federal, José Werik, o principal objetivo é prevenir mais casos como o de Naviraí.

“O Ciberlab do MJSP nos apontou grupos extremistas no Telegram. Todos os alvos apresentam indícios de associação com grupos violentos”, disse.

Além disso, a operação também identificou que a menina de Naviraí não seria a única vítima do grupo. Outra adolescente teria sido induzida à automutilação e ao suicídio durante uma transmissão, mas deixou a chamada antes de concluir o ato. De acordo com as investigações, os integrantes planejavam uma nova ação contra outra jovem.

*Estagiárias sob a supervisão de Fabio Grecchi

CONGRESSO

PL da Misoginia: evangélicos cobram definição mais exata do termo

» DANANDRA ROCHA
» ARMANDO HOLANDA

A Comissão de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial aprovou, ontem, emenda de plenário ao Projeto de Lei 896/23, que criminaliza a misoginia. Apresentada pela deputada Alice Portugal (PCdoB-BA) e outros parlamentares, a proposta modifica a definição do crime e estabelece que seja considerada misoginia a conduta que, em razão da condição de mulher, promova discriminação, segregação,

restrição de direitos ou incitação à violência, inclusive física, psicológica ou simbólica. A emenda também prevê que liberdade de expressão e de manifestação religiosa, filosófica, científica, acadêmica ou política não afaste a ilicitude.

O debate sobre a redação ganhou peso depois que o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), informou, segundo uma fonte ouvida pelo Correio sob reserva, que a bancada evangélica pediu uma definição mais precisa para o que seja misoginia. “O Motta

disse, hoje (ontem), que a bancada evangélica pediu para definir melhor o termo”, confirmou a fonte. A preocupação está relacionada, principalmente, à definição do crime e à necessidade de diferenciar manifestações religiosas protegidas constitucionalmente de discursos que possam configurar discriminação, violência ou incitação ao ódio.

Negociações

A mudança ocorre em meio às negociações para levar o projeto

ao plenário da Câmara. Segundo Alice Portugal, a intenção é deixar mais claro o limite entre manifestações protegidas pela Constituição e práticas que caracterizem violência ou discriminação contra mulheres. “A ideia é fazer uma ressalva entre discurso misógino e manifestação de fé religiosa, preservando a liberdade de crença que é lei do Brasil, inclusive a lei de Jorge Amado, em 1946. Liberdade de crença de expressão religiosa sem afastar, no entanto, a responsabilização por violência, discriminação

ou incitação ao ódio contra as mulheres, que, a rigor, é o sinônimo de misoginia, ódio às mulheres”, frisou.

O PL 896/23 foi aprovado pelo Senado em 24 de março, por 67 votos a zero, na forma de um substitutivo apresentado pela senadora Soraya Thronicke (Podemos-MS). O texto altera a Lei 7.716/89, conhecida como Lei do Racismo, e o Código Penal para incluir crimes praticados em razão de misoginia.

Na versão aprovada pelos

senadores, a misoginia é definida como a conduta que demonstre “ódio ou aversão às mulheres”. A proposta foi, então, encaminhada à Câmara, onde Motta criou um grupo de trabalho coordenado pela deputada Tabata Amaral (PSB-SP) para discutir o conteúdo.

Esse grupo de trabalho apresentou um texto que trata a misoginia também a partir de condutas de menosprezo e discriminação contra mulheres. A matéria recebeu urgência em 1º de julho, o que permite ir direto ao Plenário.



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 IBovespa nos últimos dias	Dólar Na quarta-feira	Salário mínimo	Euro Comercial, venda na quarta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,23% São Paulo	175.546 167.491	R\$ 5,179 (+0,37%)	R\$ 1.621	R\$ 5,969	13,90%	13,87%	Marco/2026 0,88 Abril/2026 0,67 Maio/2026 0,58 junho/2026 0,16 Julho/2026 0,07
0,04% Nova York	7/8 10/8 11/8 12/8	Últimos 5/8 5,128 6/8 5,107 7/8 5,083 10/8 5,110 11/8 5,160					

POLÍTICAS PÚBLICAS

Desigualdade de renda persiste no Brasil

Relatório aponta melhora em 71% dos indicadores analisados, mas alerta para aumento da diferença entre ricos e pobres

» EDLA LULA
» DANANDRA ROCHA

O Brasil registrou avanços em áreas, como emprego, renda, segurança alimentar, educação, saúde e meio ambiente, mas ainda convive com desigualdades estruturais que limitam a distribuição desses ganhos entre a população. É o que aponta a quarta edição do relatório do Observatório Brasileiro das Desigualdades, divulgada ontem, no Salão Nobre do Congresso Nacional, em Brasília.

Ao analisar os números referentes ao ano de 2025, o levantamento aponta o agravamento da concentração da renda. O relatório registra que o Brasil chegou em 2024 com um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,805, “ingressando, pela primeira vez, no grupo de países com muito alto desenvolvimento humano.”

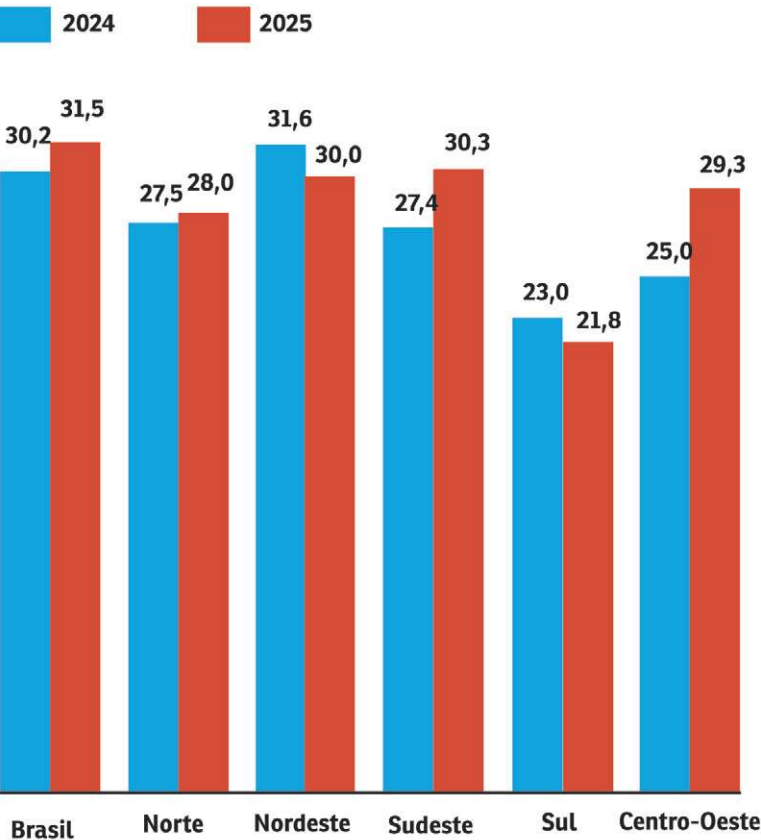
Segundo o relatório, no entanto, o rendimento médio do 1% mais rico — que em 2024 era 30,2 vezes superior ao dos 50% mais pobres — passou a ser 31,5 vezes maior, “evidenciando que os ganhos do crescimento econômico continuam sendo apropriados de forma altamente concentrada.”

No mercado de trabalho, revelam os números, as mulheres seguem com remunerações inferiores às dos homens. “A situação das mulheres negras permanece a mais desfavorável: além de receberem pouco mais de 40% do rendimento dos homens não negros, continuam atuando nos segmentos de menor remuneração.”

Produzido pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o relatório é uma iniciativa do Observatório Brasileiro das Desigualdades, criado em 2023, a partir do Pacto Nacional pelo Combate às Desigualdades. A iniciativa reúne organizações

Fosso maior

Razão do rendimento médio mensal real domiciliar per capita dos 1% mais ricos em relação aos do 50% mais pobres. Brasil e Grandes Regiões. 2024 e 2025 (em %)



Fonte: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua.

Qualidade de vida

Indicador usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud) em 193 países para medir a qualidade de vida das pessoas. Quanto mais perto de 1, melhor o desenvolvimento humano do país

e redes da sociedade civil, associações de municípios, centrais sindicais, entidades de classe e representantes dos três Poderes.

O levantamento divulgado ontem atualiza 48 indicadores sociais, econômicos, ambientais e políticos referentes ao país. Os dados são organizados em oito áreas temáticas e consideram recortes de renda, raça/cor, gênero e território. Segundo o balanço, 71% dos indicadores apresentaram melhora em relação ao período anterior. Seis registraram piora e cinco permaneceram praticamente estáveis.

“O conjunto dos indicadores revela que o Brasil voltou a apresentar avanços sociais importantes, mas também confirma que a redução

das desigualdades continua sendo o principal desafio para o desenvolvimento do país. Os resultados reforçam que crescimento econômico, geração de empregos e ampliação da renda, embora fundamentais, não são suficientes por si só para superar desigualdades estruturais construídas historicamente”, indica o documento.

Entre os resultados positivos estão a redução da taxa de desocupação, que chegou a 5,6%, o aumento do rendimento médio real e a queda da pobreza monetária. O relatório também registra redução da

insegurança alimentar moderada e grave, queda do analfabetismo e aumento da frequência de crianças em creches. Na área ambiental, houve diminuição das emissões de gases de efeito estufa e do desmatamento.

A população negra continua em situação desfavorável na maior parte dos indicadores analisados. Norte e Nordeste, por sua vez, permanecem concentrando os piores resultados sociais em diferentes áreas.

Entre os indicadores que pioraram estão ainda o peso do aluguel sobre a renda das famílias, o número

de pessoas vivendo em áreas de risco geológico e a participação da população negra no sistema prisional. Já a escolarização líquida no ensino fundamental, o acesso à internet e a progressividade da tributação da renda ficaram praticamente estáveis.

Durante o lançamento, o vice-líder do governo na Câmara, deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSol-RJ) destacou a importância dos dados para orientar a formulação de políticas públicas. Para ele, a redução de alguns indicadores não elimina problemas históricos de distribuição de renda e acesso a direitos.

O parlamentar citou como avanços recentes a geração de empregos, o crescimento da renda e a redução da pobreza e da insegurança alimentar. Ao mesmo tempo, ressaltou que os resultados positivos não significam que o problema da desigualdade tenha sido superado.

“Tem notícias boas, tem desafios estruturais, tem problemas sistêmicos e caminhos que precisamos avançar para produzir justiça social, justiça racial, justiça de gênero e justiça ambiental”, disse.

Vieira também chamou atenção para a diferença entre a melhora dos indicadores médios e a distribuição dos ganhos econômicos. Segundo ele, mesmo com a redução da pobreza, a concentração de renda pode continuar aumentando. “Você pode ter uma maior concentração de renda, mesmo diminuindo, por exemplo, a pobreza monetária, porque é uma engenharia histórica concentradora de renda”, afirmou.

A avaliação também foi destacada por Eutália Barbosa, secretária-executiva do Ministério das Mulheres. “Nós precisamos racializar o nosso estudo do Ministério das Mulheres”, afirmou a secretária.

Ela defendeu que políticas públicas voltadas às mulheres devem considerar as diferenças raciais.



AGRONEGÓCIO

Recuperações judiciais no agro avançam 21,9%

» RAFAELA GONÇALVES

Os pedidos de recuperação judicial no agronegócio chegaram a 474 no primeiro trimestre de 2026, alta de 21,9% em relação ao mesmo período de 2025, segundo levantamento da Serasa Experian. O número também supera os 408 pedidos registrados no quarto trimestre do ano passado, embora permaneça abaixo do pico de 628 solicitações observado no terceiro trimestre de 2025.

O avanço ocorre em um cenário de crédito mais restrito, custos elevados e maior endividamento, apesar das perspectivas de uma nova safra recorde. Em 2025, produtores rurais e empresas ligadas ao agronegócio haviam registrado 1.990 pedidos de recuperação judicial, recorde da série histórica iniciada pela Serasa Experian em 2021.

“O ambiente de crédito mais seletivo, combinado à manutenção de custos elevados de produção e ao maior nível de alavancagem dos produtores, continuou afetando o fluxo de caixa no campo”, afirmou Marcelo Pimenta, head de agronegócio da Serasa Experian.

Segundo ele, a evolução do cenário dependerá da geração de receita, das margens e das condições de renegociação das dívidas. “Por isso, reforçamos que renegociar e manter um planejamento financeiro deve ser prioridade enquanto a recuperação judicial precisa permanecer como o último recurso”, disse.

Os produtores rurais que atuam como pessoa jurídica responderam por 196 pedidos no primeiro trimestre, alta de 73,5% em um ano e maior crescimento entre os perfis analisados. Já os produtores pessoa física somaram 182 solicitações, queda de 6,7%. Outros 60 pedidos foram feitos por produtores classificados como pessoa física “sem propriedades”, categoria que pode incluir arrendatários.

Entre os estados, Mato Grosso liderou, com 135 pedidos, seguido por Goiás, com 73, Paraná, com 50, e Mato Grosso do Sul, com 38. No recorte por atividade, o cultivo de soja concentrou 137 solicitações, enquanto a criação de bovinos respondeu por 42.

Para Denis Barroso, sócio da Barroso Advogados Associados

Agência Brasil



Apesar da boa safra, setor enfrenta restrições ao crédito e alto custo

e especialista em recuperação empresarial, o aumento das recuperações está mais relacionado à estrutura financeira dos negócios do que à capacidade produtiva. “O produtor não está

necessariamente produzindo menos. Em muitos casos, a produtividade continua elevada. O problema é que ele recebe menos por sua produção enquanto os custos para plantar, financiar e

operar cresceram significativamente”, afirmou.

Barroso destaca que juros elevados e maior seletividade dos bancos mudaram a dinâmica de financiamento do setor. “Hoje o custo do dinheiro se tornou um dos maiores desafios para o agronegócio”, disse. Segundo ele, a combinação de crédito mais caro, menor liquidez e preços voláteis das commodities tem comprimido as margens e dificultado a manutenção do capital de giro.

A pressão financeira também se reflete na inadimplência. De acordo com a Serasa Experian, 8,2% dos produtores rurais apresentavam atrasos superiores a 180 dias em seus compromissos financeiros.

Produção recorde

A expectativa de uma safra de grãos próxima de 360 milhões de toneladas em 2025/26 evidencia o contraste entre produtividade e saúde financeira. Para Barroso, “eficiência operacional não garante sustentabilidade financeira quando o custo do capital cresce de forma significativa”.

O especialista avalia que a recuperação judicial deve ser utilizada apenas depois de outras alternativas, como renegociação de dívidas, revisão da operação, venda de ativos e busca por investidores. “O erro mais frequente é esperar que a crise se torne praticamente insolúvel”, afirmou.

O cenário não é exclusivo do agronegócio. Em 2025, 2.273 empresas de diferentes setores recorreram à recuperação judicial, segundo a Serasa Experian, também o maior número da série histórica.

Para Benito Pedro, sócio da Avante Assessoria Empresarial e especialista em reestruturação, o ambiente exige maior controle sobre caixa e endividamento. “O desafio deixou de ser apenas crescer; passou a ser crescer de forma sustentável, preservando liquidez e capacidade de investimento”.

Com juros, crédito e preços das commodities ainda determinantes para o desempenho do setor, a avaliação dos especialistas é que a gestão financeira e a renegociação preventiva serão decisivas para evitar que dificuldades de caixa evoluam para insolvência ao longo de 2026.

COMÉRCIO EXTERIOR

De tarifas e outros ataques

Celso Amorim afirma, na Câmara, que ações dos EUA são “estranhas” ao processo comercial estabelecido entre nações

» LUIZA ALTOÉ

O assessor especial da Presidência para Assuntos Internacionais, Celso Amorim, criticou as últimas decisões dos Estados Unidos (EUA) contra o Brasil. Em audiência pública na Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados, ele procurou esclarecer o posicionamento do governo brasileiro e tentou diferenciar conflitos econômicos de tensões políticas na relação entre Brasil e Estados Unidos. Presente à audiência pública, o deputado federal Marcel Van Hatten (Novo-RS) criticou ações do Estado brasileiro contra empresas dos EUA e a atuação da Polícia Federal em território norte-americano, ao prender o ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) Alexandre Ramagem. Em resposta, Celso Amorim comentou o perigo de contaminar uma relação comercial com medidas de natureza política. “O tarifaço é uma medida de natureza comercial. Não se aceitam medidas comerciais como resposta a atuações não comerciais. Quantos países na OMC têm comportamento que não se adequam aos nossos padrões ou aos padrões norte-americanos de democracia? Nem por isso eles podem ser objetos de tarifas. Tarifa é uma coisa negociada. Ela é coisa, tanto quanto possível, compartimentalizada”, disse. Amorim disse que é consenso internacional de que não se pode aplicar tarifas para tratar de temas não comerciais, como proteção a um setor específico. “Com muito mais razão, não se pode fazer isso em relação ao Pix e a outros temas. Isso é

Vinicius Loures/Câmara dos Deputados



Celso Amorim sobre tarifas: “Não se aceitam medidas comerciais como resposta a atuações não comerciais”

totalmente estranho ao processo comercial”, esclareceu Amorim, deixando claro que participou da Rodada Uruguai, do lançamento da Organização Mundial do Comércio e da Rodada de Doha como embaixador e ministro do Brasil. Amorim também falou de outras medidas adotadas pelo governo norte-americano. Classificou como “bizarra” a condução dada pelos norte-americanos ao andamento da indicação de Daniel Perez para a embaixada

brasileira antes da concessão do aval diplomático, também conhecido como agrément. Celso Amorim avaliou que o comportamento é totalmente contrário às regras internacionais. “O que aconteceu bizarramente neste caso é que os EUA (...) deram publicidade antes da concessão de agrément e, talvez o mais grave, seguiram com o processo dentro do Senado americano sem ter o agrément brasileiro”, afirmou. Além disso, apontou para o quesito temporal da indicação. Segundo ele, os

Estados Unidos ficaram sem embaixador no Brasil por mais de 1 ano e meio. Porém, somente com o aproximar das eleições brasileiras, preencher a vaga passou a ter grande relevância. “Antes, o Brasil parecia que não tinha importância. De repente, na proximidade das eleições, às pressas, sem nosso consentimento, quiseram acreditar um outro embaixador. (...) acho que há esse absurdo no tratamento técnico da decisão que está sendo totalmente omitido”, disse.

» Impasse com as blusinhas

O Congresso Nacional adiou para 1º de setembro a instalação da Comissão Mista que analisará a medida provisória (MP) que acaba com o imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, a “taxa das blusinhas”. O motivo do adiamento é um impasse em relação aos integrantes da comissão. Para manter a tributação suspensa, a medida precisa ser aprovada no colegiado, além dos plenários das duas Casas até 8 de setembro. Do contrário, a MP caduca e a taxa volta a ser cobrada. A não retomada do imposto atenderia uma grande parte dos consumidores brasileiros. Mas representantes de varejistas defendem a tributação. Isso porque a isenção põe quase 800 mil empregos em risco, segundo a Associação Brasileira do Varejo Têxtil (ABVTEX)

permite atuar militarmente em outros países, é isso que não queremos, queremos defender nossa soberania”, afirmou. Ele reiterou o compromisso do governo brasileiro com o combate firme ao crime organizado e que o tema é de competência nacional, não de outros países. “Não há qualquer complacência, tolerância ou relativização por parte do governo brasileiro em relação a essas facções e os atos por elas praticados. (...) Minha posição e do governo é em defesa de uma combate firme e implacável ao crime organizado é pública”, enfatizou. Amorim também apontou o vídeo publicado pelo Departamento de Estados dos EUA nas redes sociais como uma tentativa de “relativizar a soberania dos países latino-americanos”. A legenda da postagem diz que “a dominância americana no Hemisfério Ocidental nunca mais será questionada”. Para ele, é uma “grande novidade” na diplomacia a centralidade dada ao “Hemisfério Ocidental”. O assessor especial da Presidência afirmou que ofensas de caráter pessoal ao presidente de uma nação equivalem a “cuspir na bandeira”. Amorim chamou a crise provocada pelo governo argentino de uma “redução do nível” na relação entre os dois países e afirmou esperar que “não dure muito”. Além disso, avaliou que o desgaste entre Brasil e Argentina não se equipara à crise com os Estados Unidos (EUA), com a imposição de tarifas comerciais unilaterais. “Não pode ser equiparado com uma tarifa que é uma quebra do direito internacional. Todos nós queremos viver dentro de um sistema de leis, internamente no Brasil e no mundo”, afirmou.

Facções criminosas

Para além do caso dos embaixadores, Amorim também criticou a classificação das facções criminosas brasileiras como organizações terroristas. Ele reiterou que a medida “não produz ganhos concretos para a cooperação internacional”, mas pode impactar negativamente na economia e na soberania brasileira, ao permitir atuações militares norte-americanas no território brasileiro. “A definição (de terrorista) norte-americana lhes

ESCOLHA A

ESCOLA

DO

SEU FILHO

2026

20

Anos

A 20ª edição do Escolha a Escola do Seu Filho chega ainda mais forte, moderna e relevante.

Consolidado como uma das principais vitrines educacionais do Distrito Federal, o projeto evolui para ampliar a visibilidade das instituições de ensino e aproximar escolas e famílias.

Sua escola pode fazer parte dessa iniciativa reconhecida pela credibilidade, alcance e tradição do Correio Braziliense.

Entre em contato com a nossa equipe comercial e garanta a presença da sua marca:

Escola
montessori

olimpo

COLEGIO MARISTA
DE BRASÍLIA

SESI

LEONARDO
DAVINCI

SIS
Swiss
International
School

Heavenly
INTERNATIONAL SCHOOL

La Salle
Rede de
Educação

CORREIO
BRAZILIENSE

Clube
100.5

TV BRASÍLIA

CB Brands
BRANDS

Patrocínio:

Apoio:

Realização:

Produção:



TERREMOTO NA COLÔMBIA

Moradora de Pereira, no oeste do país, Daniela Largo foi retirada dos escombros, após 35 horas. No hospital, enfartou e passou 18 minutos na reanimação. Madrasta fala ao **Correio**. Médico e bancário que salvaram bebês rejeitam título de heróis

Sucessão de milagres

» RODRIGO CRAVEIRO

Daniela Andrea Largo Sánchez, 31 anos, mãe de um menino de 12, permaneceu presa sob os escombros de um hotel da cidade de Pereira, no oeste da Colômbia, durante 35 horas. Funcionária de um armazém de móveis situado ao lado do prédio de quatro andares, ela foi resgatada com vida, na noite de terça-feira. Sandra Milena Pérez, 48, madrasta de Daniela, disse ao **Correio** que a enteada viveu três milagres em poucas horas, depois do terremoto de magnitude 7.4 na escala Richter (aberta, raramente chega a 9) que atingiu parte do território colombiano.

“Primeiro, dois rapazes que moram perto do hotel começaram a remover os escombros e escutaram um gemido. Até então desaparecida, Daniela estava ali. Então, mais socorristas chegaram e a retiraram às 20h20 (22h20 em Brasília). Depois, o segundo milagre aconteceu durante o traslado até o hospital. Dentro da ambulância, Daniela teve o quadro de saúde agravado. Ela sofreu um enfarte e os médicos demoraram 17 minutos para ressuscitá-la”, contou, por telefone. “Também teve um pneumotórax e, às 11h30 de hoje, precisou amputar um dos braços, que foi pressionado por uma porta metálica. Seu estado de saúde é delicado, ela está na unidade de terapia intensiva. Nós, a família e os amigos, estamos em oração. É uma guerra-ira, temos muita fé de que ela sairá desta.”

Ainda segundo Sandra, Ángel David, filho de Daniela, completou 12 anos na última segunda-feira, dia do terremoto. “Nós esperávamos comemorar o aniversário dele naquele dia, mas aconteceu o que aconteceu. Agora, estamos na luta”, desabafou. A madrasta de Daniela e o marido chegaram a Pereira na manhã de ontem e acompanharam o resgate. “Quando a encontramos, sentimos felicidade. Daniela falava. Os socorristas perguntaram-lhe como estava e ela respondeu: ‘Muito bem’. Imaginava que ela fosse para casa, ao encontro de seu papai e de seu filho. Mas, aqui estamos.”

Até o fechamento desta edição, o número de mortos chegava a 265, dos quais 164 foram identificados. Mais de 3.490 pessoas ficaram feridas; 9.215 casas foram destruídas e 140 prédios desabaram. O presidente da Colômbia, Abelardo de la Espiella, recusou as ofertas de ajuda da comunidade internacional e anunciou que somente aceitará equipes de socorristas de nações aliadas, como Israel, Equador, El Salvador e Estados Unidos. As primeiras brigadas de salvamento desembarcaram ontem no oeste da Colômbia.

Durante toda a madrugada, os socorristas usaram guindastes, drones, cães farejadores e máquinas pesadas na busca por sobreviventes, em Cali e em Pereira. “Estamos entrando na fase final das primeiras 72 horas (de buscas)”, declarou o prefeito de Cali, Alejandro Eder. A partir do quarto dia após o terremoto, as chances de encontrar alguém com vida diminuem bastante. Desde segunda-feira, mais de 130 réplicas foram registradas.

David Salazar/AFP



Bombeiros e socorristas retiram Daniela Andrea Largo Sánchez, 31 anos, de hotel destruído: mãe de um garoto de 12, ela batalha pela vida em unidade de terapia intensiva

Arquivo pessoal



Daniela trabalhava em um armazém de móveis de Pereira

Arquivo pessoal



German Somoyar com dois bebês retirados de centro neonatal

Heróis anônimos

Às 7h34 de segunda-feira pelo horário local (9h34 em Brasília), Brayan Osorio Zuluaga, 35 anos, analista de crédito do banco W, se preparava para mais uma jornada de trabalho quando a terra tremeu forte, em Cali. A primeira reação dele foi telefonar para a avó, com quem vive, em busca de notícias. Como não conseguiu resposta, subiu na motocicleta e partiu para casa. No caminho, deparou-se com um complexo residencial de seis torres de cinco andares, chamado de Torres de Comfandi, totalmente destruído, no bairro de Capri. “Vi pessoas chorando, em estado de choque. Muitas vestiam pijamas. Comecei a entrar no local e uma mulher gritou que eu saísse, pois havia vazamento de gás e cabos elétricos soltos. Escutei a

No lugar e na hora certa...



Arquivo pessoal

“Quando vimos o bebê, roxinho, dar o seu primeiro choro, o primeiro respiro, depois de sair dos escombros, senti calma e alegria. Algo difícil de experimentar. Ele nasceu de novo. Foi como ver que não se apaga uma luz de vida. Ele começou a chorar. Graças a Deus, vi que não ocorreu uma tragédia muito maior a ele. Então, senti felicidade.”

Brayan Osorio Zuluaga, 35 anos, analista de crédito, morador de Cali

voz de uma garota de 10 anos, que gritava: ‘Sim, estou aqui! Estou aqui! Ah, meu Deus! Aqui ainda há pessoas soterradas!’ Outras pessoas entraram e resgataram a menina”, disse ao **Correio**.

Brayan seguiu adiante e foi surpreendido por um homem gritando com toda a força e dizendo que estava preso com um bebê. Foi então que ele escutou uma espécie de sussurro vindo dos escombros. “Era um barulho

muito suave. Eu e mais seis pessoas começamos a remover as placas de concreto. Enquanto dois de nós seguramos uma enorme placa de concreto, os outros cinco puxaram Salomão, de dois meses. O bebê estava roxo, acho que por não poder respirar. Foi então que ele começou a chorar, a gritar e a ganhar um tom rosado”, lembrou. Depois de tirar a criança dos escombros, Brayan entregou Salomão a um policial, que o encaminhou de ambulância até a clínica.

Outro caso que comoveu os colombianos e o mundo envolveu o médico pediatra German Andres Somoyar Duarte, morador de Apartadó, no departamento de Antioquia, perto de Chocó — região castigada pelo tremor. Ele retirou 10 bebês da unidade neonatal do hospital onde trabalha. “O terremoto começou leve e ganhou intensidade rapidamente. Colocamos em funcionamento o protocolo de evacuação do hospital, com uma rota de fuga pelas escadas. Os pacientes da unidade de terapia intensiva (UTI) ficaram dentro do prédio, acompanhados de médicos. Algumas pessoas estavam em pânico. Passei pelos leitos da pediatria, expliquei a situação a eles e aos familiares, e eles começaram a sair rapidamente. No centro neonatal, o cenário era um pouco mais complexo: havia 10 recém-nascidos e três enfermeiras”, disse à reportagem.

German ordenou que cada enfermeira pegasse dois bebês nos braços e descesse até a parte externa do prédio. “Dois médicos carregaram outras duas crianças; saí por último, levando mais duas. Em uma área segura, encontramos as mães dos bebês, que choravam de alegria”, comentou.

ESTADOS UNIDOS

Míssil era ameaça a Trump

Foi uma ameaça considerada iminente e digna de crédito pelo Serviço Secreto, responsável pela segurança do presidente dos Estados Unidos, que motivou a operação rocambolesca pela qual Donald Trump foi retirado secretamente do avião presidencial, no início de julho, no retorno de uma reunião de cúpula da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), na capital da Turquia, Ancara. Em meio a uma escalada de tensão com o Irã, os serviços de inteligência dos EUA identificaram planos para que o Air Force One fosse abatido por um míssil terra-ar do tipo disparado com o dispositivo de lançamento apoiado no ombro do atirador.

Uma fonte da segurança do presidente, citada pela agência de notícias Reuters, relatou que o informe, de última hora, desencadeou a operação na capital turca. O presidente e um pequeno grupo de assessores mais próximos foram retirados do avião oficial em um caminhão que transportava as refeições de bordo. Outros integrantes

da comitiva e os jornalistas que acompanhavam a viagem permaneceram a bordo. Em segredo, Trump seguiu em um C-32A, não identificado, até a escala de reabastecimento no Reino Unido.

A notícia da remoção secreta e de última hora do presidente foi revelada inicialmente pelo jornal norte-americano *The Washington Post*. A reportagem não identifica a origem precisa da ameaça, embora associe o episódio à escalada de tensão entre EUA e Irã, passados quase seis meses desde que o conflito foi deflagrado por bombardeios norte-americanos contra a República Islâmica, em 28 de fevereiro, coordenados com Israel.

Episódios do gênero são ocasionais nos deslocamentos dos presidentes norte-americanos, inclusive no próprio país. O despieste do Serviço Secreto inclui troca de carros, de maneira a expor publicamente um comboio no qual o próprio chefe de Estado não está presente. No incidente de Ancara, de acordo com o que revelaram os envolvidos, a ameaça teria sido mais real e iminente.

“Acho que, realmente, o avião estava em risco elevado”, disse o próprio Trump, quando perguntado. “Porque achamos que era aquele o avião na mira deles.” Nem o presidente, nem as fontes do Serviço Secreto apontaram um mentor do suposto atentado. Mas as referências ao Irã levam em conta que, no primeiro dia da guerra um bombardeio dos EUA, com informações de Israel, matou o líder supremo do Irã, o aiatolá Ali Khamenei. O regime de Teerã, embora não falasse em prazos, jurou vingança.

De acordo com o jornal *The New York Times*, funcionários ligados à segurança presidencial teriam ficado “alarmados” quando descobriram que agentes iranianos teriam informação segura sobre onde Trump estava hospedado em Ancara — inclusive o andar que ocupava no hotel. “Eles não tinham tempo”, disse uma fonte ao *NY Times*. “Estavam correndo para afastar o que acreditavam que era uma ameaça séria e imediata.”

Jim Watson/AFP



Donald Trump embarca no Air Force One: risco real de ataque iraniano em julho

VISÃO DO CORREIO

Limites sobre IA nas eleições devem ser claros

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem hoje a possibilidade de, a partir da reunião entre os ministros que compõem a Corte, tomar a mais importante decisão sobre o pleito de outubro: definir, rigorosa e claramente, os limites para uso da inteligência artificial (IA) na campanha. Está evidente que a Resolução 23.755, de 2 de março de 2026, aborda a questão pela metade. O parágrafo 3A estabelece parâmetros apenas para publicação, reprodução — e respectivas punições em caso de descumprimento desses limites — para as peças de IA.

A decisão do TSE tomará por base o vídeo, elaborado por inteligência artificial e exibido na convenção do PL, em 25 de julho, em que o ex-presidente Jair Bolsonaro unge seu filho 01, senador Flávio Bolsonaro (RJ), candidato à Presidência da República. O PT recorreu ao Tribunal Eleitoral argumentando que o material é explícito ao fazer referência ao cargo em disputa e por utilizar expressões que são óbvios pedidos de voto.

O PL rebate. Contrapõe que não houve agressão à lei eleitoral porque estava claro que o vídeo fora gerado por IA. Além disso, convencionais e convidados ao evento foram avisados de que aquela imagem de Bolsonaro não era real. Rechaça, ainda, que a exibição seja "deepfake", proibido pela legislação eleitoral vigente tanto para prejudicar quanto para

favorecer candidaturas. Segundo os advogados, o avatar é a "atualização" de máscaras e bonecos de papel usados nas campanhas.

É justamente a essa esgrima argumentativa a qual se deve pôr ponto final. Daí a necessidade de que a decisão do TSE seja absolutamente cristalina, sem as relativizações características da legislação brasileira. É fundamental que não existam ângulos divergentes de abordagem, que somente favorecem recursos, protelam decisões e jogam para o tempo futuro a justiça da disputa.

Se assim não for, o cidadão-contribuinte-eleitor continuará sendo passado para trás pelos políticos que, apesar da fatura de provas contra eles, assumem tranquilamente mandatos que não deveriam exercer. Um desses exemplos mais evidentes é o do ex-governador fluminense Cláudio Castro, que conseguiu a reeleição em 2022 ao pendurar um cabide de empregos fantasmas na Fundação Ceperj. Levou quase quatro anos para o TSE julgar a ação e decretar sua inelegibilidade até 2030, na sessão de 24 de março.

Tal cenário só prevalece porque a dubiedade favorece a ilegalidade. Eis, assim, a responsabilidade do Tribunal em aumentar o rigor do limite do uso da inteligência artificial na campanha eleitoral, que, aliás, começa no próximo domingo. Caso não estabeleça regras capazes de serem entendidas até pelos ineptos, o TSE estimulará a irregularidade que diz combater.



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

Blindagem às crianças

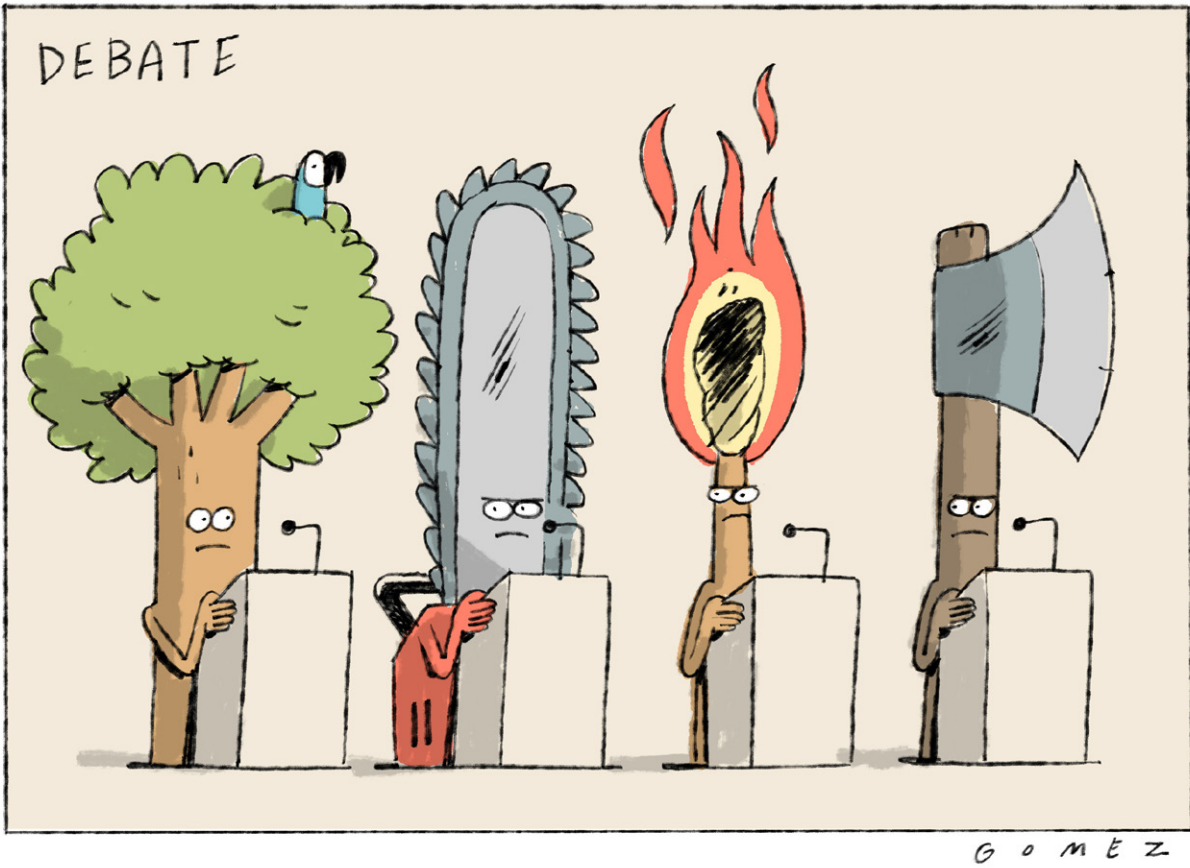
Há assassinos de crianças e adolescentes que nunca deram, ao menos não explicitamente, sinais de propensão a cometer atrocidades. Aconteceu um caso assim em Goiás, no início deste ano, quando um homem, aparentemente acima de qualquer suspeita, matou os dois filhos, de 8 e 12 anos. Não existiam indícios da covardia de que era capaz. O mal estava encoberto pela camada de pai amoroso. Mas ele planejou cada passo da barbárie e atirou na cabeça dos meninos enquanto eles dormiam. Era movido pela ânsia de causar sofrimento profundo à ex-mulher, da qual não aceitava a separação.

Existem outros covardes, porém, que só faltam andar com uma placa no pescoço atestando seu caráter violento e, mesmo assim, conseguem acesso livre aos filhos. A tortura e morte do garotinho de Palmas, há pouco mais de uma semana, é um exemplo. O pai tinha histórico de violência doméstica, inclusive contra a mãe do menino. Ela registrou dois boletins de ocorrência contra o agressor em 2023. Em um áudio apreendido à polícia, ele a xingava e dizia que ia "meter uma bala na cara" dela. O ódio que tinha pela ex-companheira descontava no filho. A própria criança contou que era espancada. Retornava machucada das visitas, até o dia em que não houve mais volta para casa. O garotinho, de 3 anos, foi trucidado. Estuprado e violentamente agredido, teve laceração intestinal e hemorragia interna e externa.

No domingo passado, outra perversidade, desta vez em São Paulo. Duas meninas de 3 e 5 anos foram assassinadas pelo próprio pai. Ele as estrangulou para se vingar da ex-companheira. Em março, a mãe das crianças havia colocado fim ao relacionamento de oito anos após sofrer agressões. Com a separação, porém, passou a ser perseguida e ameaçada por ele. Estava nítido, portanto, que havia ali um autêntico predador. Mesmo assim, era autorizado a receber a visita das filhas.

Uma lei em vigor desde 2023 impede a concessão de guarda compartilhada de crianças e adolescentes em casos de violência doméstica ou familiar. Mas, pelo que vi, juízes têm entendimentos diferentes sobre a aplicação dela. Além disso, a lei não veda as visitas. Esses casos recentes de extrema violência e de assassinatos e tantos outros que acontecem rotineiramente mostram que essa medida deve ser urgentemente revista.

Se o sujeito tem histórico de agressões ou de ameaças, especialmente contra a ex-companheira, a interação dele com os filhos deveria ocorrer com uma série de medidas, como a visita supervisionada. Ou, até mesmo, ser proibida. Está patente que, ante um pai violento, crianças ou adolescentes correm risco de serem usados para atingir a mãe deles, e das maneiras mais sórdidas que a crueldade humana consegue perpetrar.



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Extremismo

A revelação de um plano para explodir o Palácio do Planalto e atacar o debate presidencial no segundo turno expõe uma investida terrorista que não pode ser relativizada. O uso de atentados a bomba como ferramenta de coerção política é a forma mais letal de extremismo: visa a matança indiscriminada, a destruição física das instituições e o aniquilamento do Estado Democrático de Direito. Não se trata de retórica inflamada ou de provocações inconsequentes em redes sociais. O planejamento estruturado de uma explosão de grandes proporções em solo nacional demonstra a disposição de grupos radicais em cruzar a linha do derramamento de sangue para desestabilizar o país. Aos 80 anos, o presidente da República segue enfrentando a violência explícita de quem busca substituir o voto popular pelos estilhaços de uma bomba. Tratar a barbárie terrorista com normalidade ou silêncio é virar as costas para a soberania do próprio povo. O Brasil precisa encarar a gravidade desse momento e responsabilizar com o rigor da lei todos os que tentaram transformar o debate político em um cenário de destruição. Que a justiça e a democracia prevaleçam para proteger a nossa nação.

» **Gilberto Pereira Tiriba**
Santos (SP)

Terrorismo

Segundo Celso Amorim, assessor especial da Presidência para assuntos internacionais, a classificação de facções como terroristas “não produz ganhos concretos”. Será que não? Aqui no Rio de Janeiro, o povo está usando drone para jogar granada na polícia. O que gera ganho? Passar a mão na cabeça de bandido? Os direitos humanos só são voltados para os bandidos e as vítimas que se danem? Há anos, neste país, só aumenta a violência. Vamos tentar algo novo! Por que não classificar as facções como terroristas e punir seus integrantes como terroristas?

» **Tereza Tamy**
Rio de Janeiro

BRB

Se há uma percepção geral compartilhada em todo o mundo, é a de que os interesses dos bancos são contrários aos da sociedade, ao bem comum. Eles são, por isso, atores impopulares. No Brasil, onde são cometidos inúmeros excessos pelo sistema bancário, onde os juros são exorbitantes e os spreads muito elevados, não seria diferente. Essa percepção reflete-se em uma forte resistência a abordagens mais analíticas nas discussões que envolvem bancos, sobretudo quando as discussões tocam a sua relação com o Estado e o dinheiro público. Por consequência, essa percepção torna parte do público fácil de ser capturado por discursos demagógicos, bem como por ofertas de rendimentos por meio de altas taxas fora do mercado. Onde estava o Banco Central que não monitorava a liquidez do Banco Master? Infelizmente, o episódio Master/BRB sangrou o caixa do banco do GDF. O Legislativo local foi concordatário com a engrenagem da compra. Os senhores deputados distritais se debruçaram com afinco ao analisarem a compra? É fundamental e necessário desvendar como foi montada essa engrenagem espúria e falaciosa e seus participantes.

» **Renato Mendes Prestes**
Águas Claras

Editora: Carmen Souza // carmensouza.df@dabr.com.br
opiniao.df@dabr.com.br || **3214-1157**

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

“Compliance Zero: Vorcara vai acabar chegando ao número de “dez-lação...”

Vital Ramos de Vasconcelos Júnior — Jardim Botânico

Happy hour no TJMG: juiz bebe e fuma em sessão de julgamento. A justiça é cega, bêbada e fuma. Só faltou o carteadado para completar.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Quero parabenizar todos do **Correio** pela edição histórica da sabatina dos candidatos ao GDF, sobretudo pela isenção e profissionalismo que trataram cada candidato.

Silvestre Gorgulho — Brasília

A Câmara pretende votar nesta semana projeto para conter a alta dos combustíveis. Adulterar a gasolina com etanol não foi suficiente para conter a alta da inflação nos postos. Vem aí a contenção de preços por meio da “canetada” em ano eleitoral.

Thiago Burgos — Brasília

Poucas coisas são mais tenebrosas do que quando o Detran-DF resolve intervir no trânsito. A governadora Celina acertou em cheio ao suspender a instalação de semáforos na Ponte JK.

Ricardo Santoro — Lago Sul

Jornalismo

A decisão de autorizar buscas contra a fonte de um jornalista é preocupante. A entrada do Estado na relação entre o repórter e a fonte mexe com um dos pilares da liberdade de imprensa: o direito de investigar, de publicar e de proteger quem fornece informações. A Justiça tem o dever de investigar crimes ao passo que a imprensa tem o dever de informar. Quando ambos entram em choque, quem perde é a sociedade que depende do jornalismo livre para fiscalizar o poder.

» **Pacelli M. Zahler**
Sudoeste

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegará”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA			ASSINATURAS*
Localidade	SEG/SÁB	DOM	SEG a DOM
			R\$ 1.187,88
DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00	360 EDIÇÕES (promocional)
Assine			
(61) 3342.1000 - Opção 01 ou (61) 99966.6772 Whatsapp			
*Preços válidos para o Distrito Federal e entorno. Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61) 99158.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.			
Anuncie			
Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp			
Publicidade legal: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp			

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edilson Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFP, Agência Estado e D.A Press. Tel: (61) 3214-1131

DIÁRIOS ASSOCIADOS

D.A Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco 1, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF;
de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br

A periferia da fibra óptica



» GUILHERME FRIZZERA
Doutor em relações internacionais pela UnB. Professor e coordenador do bacharelado em relações internacionais da Uninter

Trump pressiona o Brasil, ameaça, declara preferências e oferece às candidaturas um assunto pronto. Milei converte afinidade ideológica em participação na eleição do país vizinho. As campanhas reagem conforme suas conveniências, algumas denunciando a ingerência, outras celebrando-a, todas calculando seus efeitos eleitorais. Enquanto isso, minerais brasileiros alimentam a cadeia digital, dados produzidos no país são processados por sistemas estrangeiros e centros de dados chegam cercados pela promessa de que consumir energia aqui significa conquistar autonomia. É possível que a política externa nunca tenha parecido tão presente numa eleição brasileira. Também é possível que continue ausente.

Bajular Trump não constitui uma política para os Estados Unidos, assim como criticar Milei não define uma estratégia para a América do Sul. Ambos mobilizam eleitores e oferecem vocabulário aos candidatos. Nenhum deles responde à pergunta que deveria organizar o debate. Como o Brasil pretende ocupar uma economia internacional em que produção, comércio, tecnologia e segurança já não funcionam como campos separados?

A resposta começa antes do celular, da nuvem e da inteligência artificial. Começa nos minerais críticos, atravessa energia, semicondutores, cabos, centros de dados e processamento, até chegar aos sistemas que organizam informação, crédito, consumo e defesa. Quem controla essas etapas define acessos, estabelece dependências e pode converter uma decisão econômica em limite político.

O Brasil reúne minerais, energia, território, mercado, universidades e capacidade científica. Isso não lhe garante autonomia. Um país pode se tornar necessário para a economia digital e continuar irrelevante na definição de suas regras. Pode fornecer lítio, terras raras e eletricidade, receber centros de dados e, ainda assim, comprar tecnologia, alugar processamento e depender das plataformas que organizam os dados de sua população.

Talvez o Brasil esteja repetindo com o lítio e os dados o que fez com o café e o minério de ferro. A diferença é que, agora, a dependência chega acompanhada de servidores, relatórios de inovação e cerimônias sobre o futuro. Exportam-se os elementos materiais da transformação e importam-se os sistemas que determinam como ela será usada. A periferia não desaparece quando se torna digital. Ela ganha fibra óptica. Por isso, o debate não se resolve perguntando quantos centros de dados o país deve atrair, quais incentivos deve conceder ou se a exploração mineral será estatal ou privada. Essas decisões importam, mas não constituem uma estratégia internacional.

Uma empresa estatal pode exportar

matéria-prima sem criar capacidade tecnológica. Uma empresa privada pode investir sem deixar no país mais do que a extração. Um centro de dados pode consumir energia brasileira e obedecer a decisões tomadas fora do Brasil. A questão é outra. Quais capacidades permanecem quando o investimento chega, opera e parte? Pesquisa, processamento, formação técnica, produção local e propriedade intelectual não podem depender da boa vontade do parceiro. Precisam integrar os termos de sua entrada.

Uma cadeia com muitos elos permite escolher quais deles ocupar. É essa a soberania possível para um país que não controla sozinho a cadeia e sabe que nenhum outro país a controla por inteiro. Recusar-se a depender de um único fornecedor de tecnologia ou de um único comprador de matéria-prima não é neutralidade, é estratégia. O Brasil não precisa de distância igual entre Estados Unidos, China e Europa. Precisa impedir que a proximidade com um feche as portas abertas pelos outros.

É nesse mundo que a eleição de 2026 deveria obrigar as candidaturas a explicar quais dependências aceitam, quais pretendem reduzir e como transformariam recursos em poder de negociação. Trump e Milei continuarão oferecendo fatos e provocações à campanha brasileira. Enquanto as candidaturas calculam o ganho de cada reação, o lítio continuará saindo, os dados continuarão circulando e os sistemas continuarão sendo construídos. Talvez, quando o Brasil decidir qual posição deseja ocupar, ela já tenha sido escolhida por quem controla a cadeia.

Maurenilson Freire/CB/D.A Press



A nova face do eleitor brasileiro



» MURILO MEDEIROS
Cientista política da Universidade de Brasília (UnB) e analista em Poder Legislativo e estudos eleitorais

A grande transformação desta eleição não está nos candidatos. Está no perfil do eleitor. O Brasil que irá às urnas em 2026 é diferente daquele que escolheu seus representantes há quatro anos. O eleitorado envelheceu, tornou-se mais escolarizado, ampliou a presença feminina, está mais conectado à internet, cresce em regiões historicamente menos valorizadas pela política nacional e demonstra uma independência cada vez maior em relação aos partidos. A sociedade avançou mais depressa do que a capacidade da política de compreender suas transformações.

Os dados divulgados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) mostram que a demografia passou a exercer influência direta sobre a agenda eleitoral. Talvez essa seja a mudança mais significativa desta disputa. Hoje, um em cada quatro brasileiros aptos a votar tem 60 anos ou mais. Em oito anos, esse grupo passou de 18% para quase 24% do eleitorado total. À medida que a população envelhece, temas como saúde, aposentadorias, cuidados de longa duração, mobilidade urbana e segurança ganham espaço no debate público. Ignorar essa agenda passou a custar votos.

Ao mesmo tempo, o eleitor brasileiro tornou-se mais escolarizado. O maior contingente do eleitorado possui ensino médio completo, enquanto

cerca de 18 milhões concluíram o ensino superior. Mais escolaridade não elimina o peso da emoção nas eleições, mas amplia a disposição para comparar propostas, verificar informações e cobrar coerência dos candidatos. Campanhas sustentadas apenas por slogans encontram um eleitor menos disposto a aceitar respostas fáceis.

Outro movimento importante é o fortalecimento da presença feminina nas urnas. As mulheres já eram maioria entre os eleitores e ampliaram ainda mais essa vantagem, aproximando-se de uma diferença de 9 milhões de eleitoras em relação aos homens — praticamente o equivalente ao eleitorado da cidade de São Paulo. Além de serem maioria, comparecem mais às urnas e registram índices menores de abstenção. Diante de uma eleição bastante acirrada, conquistar a confiança do eleitorado feminino tornou-se central para todas as candidaturas.

O mapa eleitoral passa, igualmente, por mudanças importantes. Norte, Centro-Oeste e Nordeste ampliaram seu peso na composição do eleitorado nacional, enquanto o Sudeste recuou. Os grandes centros urbanos continuam sendo determinantes para a fotografia final das urnas. Os cinco maiores colégios eleitorais — São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Bahia e Paraná — reúnem 52% do eleitorado brasileiro.

Há também uma transformação no comportamento do eleitor. O brasileiro tornou-se menos fiel a partidos e lideranças. O voto está mais volátil, mais pragmático e mais condicionado à percepção de resultados concretos. O cidadão, com mais independência, pune rapidamente quem frustra expectativas. Esse perfil ajuda a explicar o elevado número de brasileiros que ainda permanecem indecisos na escolha do voto.

As prioridades da sociedade, principalmente entre jovens, estão mais sofisticadas. Cresce o número de brasileiros que desejam depender menos do Estado para melhorar de vida, apegados à autonomia, ao empreendedorismo e à possibilidade de construir a própria trajetória. É uma mudança cultural que tende a influenciar o debate eleitoral nos próximos anos.

Também mudou a forma como o eleitor se informa. São mais de 168 milhões de brasileiros conectados. As redes sociais, a despeito de amplificar vozes e acelerar a circulação de informações, nem sempre refletem a opinião da maioria. Quase sempre reforçam temas que permanecem restritos a grupos altamente engajados, criando a impressão de consenso onde existe apenas uma bolha digital.

É um quadro que ajuda a explicar por que os meios tradicionais de comunicação continuam exercendo papel relevante nas campanhas. Nas eleições municipais de 2024, por exemplo, 75% das candidaturas com maior tempo de propaganda na televisão saíram vitoriosas. A televisão e o rádio continuam sendo indispensáveis para alcançar o eleitorado amplo e heterogêneo que costuma decidir as eleições.

O retrato do eleitor brasileiro revela uma sociedade mais madura, mais escolarizada, mais conectada e menos presa a cartilhas ideológicas. É um eleitor que cobra menos discursos e mais resultados, que valoriza estabilidade sem abrir mão de mudanças e que toma decisões de forma cada vez mais pragmática. Antes de perguntar quem vencerá a eleição, talvez seja mais adequado perguntar quem conseguiu compreender o novo eleitor brasileiro. Afinal, o eleitor mudou. A política ainda precisa alcançá-lo.

Visto, lido e ouvido



Desde 1960

Circe Cunha // circecunha.df@dabr.com.br

A escola clássica volta à escola do futuro

Vivemos a década em que a inteligência artificial (IA) resolve equações impossíveis e em que a computação quântica promete redesenhar a própria noção de cálculo. Seria de se esperar, portanto, que a escola mais bem-sucedida do nosso tempo fosse também a mais tecnológica: telas em toda carteira, algoritmos adaptativos, gamificação, realidade aumentada. A surpresa incômoda para boa parte dos educadores que apostaram todas as fichas na inovação digital é que algumas das experiências educacionais mais consistentes e mais celebradas da atualidade vêm de escolas que fizeram o caminho inverso. Em vez de acumularem ferramentas novas, essas escolas desenterraram uma ferramenta muito antiga: o Trivium, estrutura de ensino da gramática, da lógica e da retórica que organizava as escolas monásticas e as primeiras universidades da Idade Média.

A pista para entender esse movimento está em um pequeno ensaio de 1947. *As ferramentas perdidas da aprendizagem*, da escritora e tradutora britânica Dorothy Sayers. Nele, Sayers argumenta: o modelo escolar herdado da Revolução Industrial com disciplinas fatiadas, conteúdos decorados, conclusões prontas e entregues ao aluno para memorização produz jovens abarrotados de informação e, ao mesmo tempo, incapazes de articular um raciocínio próprio. O Trivium, ao contrário, não ensina “matérias”: ensina operações da mente. Na fase da gramática, a criança pequena absorve fatos, vocabulário e estruturas com a avidez natural de quem aprende com prazer. Na fase da lógica, o pré-adolescente aprende a organizar esses fatos, a identificar falácias, a argumentar com coerência e sentido. Na fase da retórica, o jovem aprende a comunicar as próprias conclusões com clareza e beleza. O resultado pretendido não é o aluno que sabe a resposta certa, mas o aluno que sabe como chegar a qualquer resposta ou a definição mais precisa possível do que significa aprender a aprender.

Esse programa, que soa arcaico à primeira vista, é hoje o motor de um dos movimentos educacionais de crescimento mais rápido nos Estados Unidos. A chamada educação clássica, presente tanto em redes de escolas particulares quanto em um contingente expressivo de famílias que educam os filhos em casa, multiplicou o número de escolas cristãs clássicas de poucas dezenas para centenas nas últimas três décadas, um crescimento que os próprios pesquisadores do campo descrevem como o mais acelerado entre os modelos alternativos de ensino no país.

Levantamentos como o Cardus Education Survey, que acompanhou mais de mil egressos desse tipo de escola, mostram diferenças difíceis de ignorar: cerca de 81% desses alunos ingressam imediatamente no ensino superior, contra 59% dos egressos de escolas públicas e 64% dos egressos de escolas católicas tradicionais na mesma pesquisa; e cerca de 64% concluem a graduação, taxa superior à de pares oriundos de escolas evangélicas convencionais e de escolas públicas.

O Ideb, índice brasileiro que combina proficiência e fluxo escolar numa escala de 0 a 10, chega a 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental, mas cai para 5,0 nos anos finais e desaba para 4,3 no ensino médio, sinal de que a escola brasileira perde o aluno exatamente na fase em que ele deveria estar desenvolvendo capacidade de argumentação e leitura crítica. Organizações da sociedade civil apontam o investimento público insuficiente, historicamente abaixo de 4% do PIB, como um dos fatores estruturais por trás desse quadro, ao lado de políticas como a progressão continuada sem mecanismos eficazes de reforço pedagógico, que reduziram a evasão escolar, mas não resolveram o deficit de aprendizagem.

Há sinais, ainda tímidos, de que parte do Brasil já percebeu o problema. Nos últimos anos, multiplicaram-se pelo país pequenas escolas particulares e grupos de ensino domiciliar que se autodenominam “clássicos” e adaptam o Trivium à realidade brasileira, com aulas de latim, debate e leitura de textos originais em vez de resumos didáticos. São iniciativas ainda restritas a famílias de maior poder aquisitivo e a nichos urbanos, sem qualquer equivalente na rede pública, que concentra a esmagadora maioria dos alunos do país.

Um país que decora fórmulas sem compreender por que elas funcionam, que treina para o gabarito da prova em vez de para o argumento, continuará produzindo jovens tecnicamente equipados e intelectualmente desarmados diante da próxima onda de mudança, seja ela a inteligência artificial, seja a computação quântica, seja qualquer outra que ainda venha a ter um nome que ainda não conhecemos.

A frase que foi pronunciada:

“Temos uma população alfabetizada, no sentido de que todos são capazes de ler e escrever; porém, devido à ênfase dada à formação científica e técnica em detrimento das humanidades, muito poucos dos nossos cidadãos aprenderam a compreender e a usar a linguagem como instrumento de poder.”

Dorothy Sayers

Imundície

» Constrangedora a situação dos banheiros do Aeroporto Internacional da capital do país. Na quarta feira pela manhã, a situação estava alarmante.

História de Brasília

Pontes de Miranda esclarece mais, examinando justamente os casos dos possuidores de dupla nacionalidade (caso de Mazzola e Sormani): “O que lhe importa (ao Brasil) é saber que o seu nacional prefere outra nacionalidade. Portanto, a expressão “naturalização Voluntária” abrange, no inciso I, a ligação posterior, voluntária, qualquer que seja a outro estado.” (Publicada em 25/5/1962)

O eclipse solar total atravessou parte do Hemisfério Norte e produziu um espetáculo de belas imagens para milhares de pessoas que esperavam pelo momento na Europa Continental. Na Espanha, não era visto há mais de meio século

» ISABELLA ALMEIDA

O eclipse solar total que atravessou parte do Hemisfério Norte, ontem, transformou o céu em uma oportunidade de observação científica e um espetáculo para milhões de pessoas. O fenômeno, que não acontecia na Europa Continental desde 2006, começou na Rússia, passou pela Groenlândia e pelo Atlântico, chegou à Espanha e avançou até as Ilhas Baleares, no Mediterrâneo, onde desapareceu.

Na Espanha, onde um eclipse total não era visto há mais de um século, a multidão se animou. O fenômeno se estendeu por quase duas horas. Em outras áreas, como partes da Islândia, França, Canadá, África Ocidental e Estados Unidos, o fenômeno foi observado, mas não por completo.

Além do espetáculo, o eclipse foi uma oportunidade científica. Além de transmitir o evento, a Administração Nacional da Aeronáutica e Espaço, dos Estados Unidos (Nasa), financiou pesquisas para estudar a coroa do Sol e compreender como a queda repentina da radiação solar afeta a atmosfera terrestre. Uma das principais iniciativas utilizou um avião WB-57, que acompanhou a sombra da Lua em grande altitude. A estratégia permitiu ampliar o tempo de observação e registrar alterações que desapareciam rapidamente para quem estivesse no solo.

O avião levou quatro câmeras capazes de produzir imagens de alta resolução em diferentes comprimentos de onda da luz visível e infravermelha. O sistema conseguiu registrar cerca de 20 imagens por segundo, permitindo aos pesquisadores acompanhar estruturas, fluxos de material e mudanças rápidas na atmosfera externa do Sol.

A observação da coroa foi considerada particularmente importante porque essa região, apesar de extremamente quente, é muito menos brilhante que a superfície solar. As condições proporcionadas pelo eclipse também permitiram ver a cromosfera, localizada entre as duas camadas citadas.

A Agência Espacial Europeia (ESA) também participou dos esforços científicos. Pesquisadores da instituição analisaram o eclipse para ampliar o conhecimento sobre os ventos solares e as tempestades provocadas pela atividade da estrela. A missão Solar Orbiter, lançada em 2020, já vinha coletando informações sobre a atmosfera e os ventos, enquanto a Proba-3 utilizava duas espaçonaves voando em formação para produzir eclipses artificiais e estudar a coroa.

O interesse científico estava relacionado também aos efeitos que a atividade solar pode provocar na Terra. Explosões de plasma e partículas carregadas podem atingir o campo magnético terrestre, interferir em satélites, representar riscos para astronautas e produzir auroras em regiões de altas latitudes.

História

A tradição científica dos eclipses é antiga. Em 1919, a observação de um fenômeno na ilha de Príncipe, na costa oeste da África, ajudou o astrônomo Arthur Eddington a confirmar uma previsão da teoria da relatividade de Albert Einstein.

De acordo com o astrônomo Danilo Rocha, membro da comissão organizadora da Olimpíada Brasileira de Astronomia, o eclipse total é um fenômeno que sempre desperta muita empolgação, principalmente porque proporciona uma experiência visual

Fethi Belaid / AFP



Quando o dia vira noite

O 'deus dos caos' passará perto da Terra

O asteroide 99942 Apophis, nome de uma grande serpente da mitologia egípcia que é a personificação do caos, passará a cerca de 32 mil quilômetros da Terra em 13 de abril de 2029. Com um comprimento que chega a 450 metros e diâmetro médio de 340 metros, tamanho comparável à Torre Eiffel, o corpo celeste é um dos maiores objetos a chegar perto do planeta. Segundo a Nasa, não há risco do 'deus do caos' colidir com a Terra, ou com satélites em órbita pelo menos nos próximos cem anos. O asteroide Apophis deve

oferecer uma rara oportunidade para cientistas analisarem a estrutura e o comportamento de um objeto desse tipo sob a influência da gravidade terrestre.

A agência americana (Nasa) enviará a missão Osiris-Apex, antes dedicada ao asteroide Bennu, para encontrar o Apophis após a maior aproximação. A Agência Espacial Europeia (ESA) também desenvolve a missão Ramses, que deverá acompanhar alterações na órbita, rotação e superfície do objeto rochoso, composto principalmente por silicatos, níquel e ferro.

incrível e fácil de observar. “É muito fascinante estar tudo claro de dia e, do nada, escurecer. Isso acontece quando a Lua passa entre a Terra e o Sol e cobre o disco do Sol em alguns minutos. Essa coincidência também é especial porque, embora a Lua seja muito menor do que o Sol, ela está na distância certa da Terra para que os dois tenham,

aproximadamente, o mesmo tamanho.”

Segundo Alexandre Cherman, astrônomo, diretor de astronomia do Planetário do Rio, eclipses, tanto do Sol quanto da Lua, acontecem todos os anos, mas dificilmente no mesmo lugar. “Como o Sol é muito maior, e a Lua é bem pequena, quando a luz do Sol é tampada, a sombra do satélite

Os próximos espetáculos

• **28 de agosto de 2026:** Eclipse lunar parcial, visível no Brasil.

• **6 de fevereiro de 2027:** Eclipse solar anular, visível em partes do Brasil.

• **12 de agosto de 2045 :** Eclipse solar total, um dos mais importantes do século para o Brasil, com totalidade em partes do Norte e Nordeste.

Palavra de especialista

Raro para cada pessoa

"Esse tipo de fenômeno não é tão raro. Acontece uma vez a cada ano, a cada um ano e meio. O problema do eclipse total do Sol é que ele só é visto numa parte bem pequeninha sobre o planeta Terra. Então, vê-lo exige que as pessoas se desloquem para esses locais. Outra coisa é que a fase de totalidade pode durar, no máximo, sete minutos e trinta segundos. Tem alguns que duram seis minutos, outros que são de apenas dois, é um evento de curto espaço de tempo. Além disso, temos que esperar que o tempo nesses locais esteja limpo. Todos esses fatores acabam tornando um eclipse total do Sol raro. Por exemplo, eu estou com 67 anos e nunca assisti a um assim, tem pessoas que vão passar a vida inteira e nunca vão ver."

Josina Nascimento, astrônoma do Observatório Nacional, unidade de pesquisa do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

Henry Nicholls/AFP



Na Espanha, olhos protegidos e arregalados para o céu: emoção

especiais para acompanhar o eclipse com segurança aumentou nas semanas anteriores, enquanto os chamados “caçadores de eclipses” viajaram de diferentes países para acompanhar o fenômeno. A expectativa também movimentou cidades do interior espanhol, algumas delas fora dos principais circuitos turísticos.

Em Benavente, no noroeste do país, a procura foi suficiente para alterar a rotina da cidade. A região recebeu visitantes de diferentes partes do mundo e tornou-se um dos pontos escolhidos para acompanhar a totalidade. Estimativas do Ministério da Economia apontaram que o eclipse pode ter gerado um impacto líquido de quase US\$ 400 milhões na economia do país, impulsionado pela chegada de turistas.

Segundo Hélio Jaques Rocha Pinto, presidente da Sociedade Brasileira de Astronomia, que viu o eclipse em sua totalidade, frequentemente fenômenos assim conseguem inspirar crianças, que acabam se interessando ainda mais pela ciência. “Eu estou justamente aqui na Espanha, em um congresso. A cidade é pequena, mas está tomada de turistas, de famílias. Os próprios moradores daqui estavam todos com uma grande expectativa, até porque o tempo estava totalmente aberto.”

CÉREBRO

Mecanismo que liga Alzheimer e doença infantil rara

Pesquisadores liderados pela Universidade da Califórnia, em San Diego, nos Estados Unidos, identificaram uma via celular fundamental que impulsiona a degeneração cerebral tanto em uma doença rara da infância, a síndrome de Sanfilippo tipo A, quanto no Alzheimer. O estudo, publicado na revista *Immunity*, revela como as células imunológicas do cérebro reagem ao acúmulo de resíduos e fornece um novo caminho para a compreensão e o tratamento de condições neurodegenerativas.

Crianças com síndrome de Sanfilippo tipo A, também conhecida como mucopolissacaridose tipo IIIA (MPS IIIA), apresentam convulsões e demência, o que leva à morte precoce. A doença é causada por uma variante genética que bloqueia a produção da enzima sulfamidase. Normalmente, pequenas estruturas dentro das células, chamadas lisossomos, utilizam a sulfamidase para quebrar nutrientes em energia utilizável, destruir invasores nocivos como bactérias e reciclar pedaços de estruturas celulares. Na ausência da enzima, ocorre o acúmulo de resíduos.

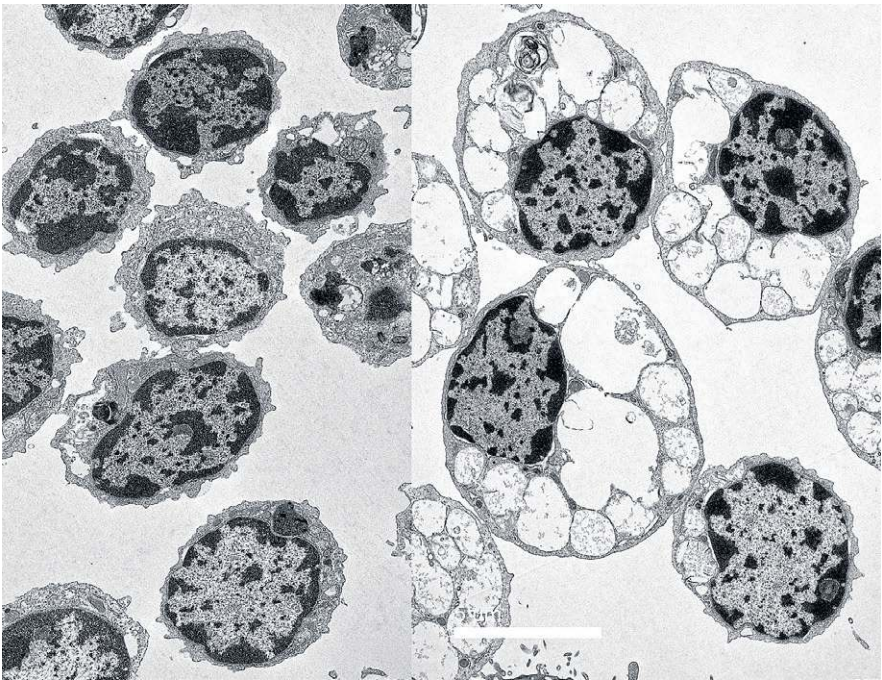
Para o trabalho, os pesquisadores

estudaram um modelo de MPS IIIA em ratos e descobriram que, embora esse resíduo se acumule em muitos tipos de estruturas, as microglias, células imunológicas especializadas do cérebro, são as mais afetadas. Elas se expandem à medida que são obstruídas por gorduras e proteínas, perdendo a capacidade de proteger os neurônios.

Os pesquisadores identificaram famílias de proteínas, conhecidas como MITF/TFE, que atuam como interruptores genéticos mestres. Quando os lisossomos da microglia ficam sobrecarregados e estressados, eles são ativados, desencadeando uma mudança grande no programa genético da microglia para proteger o cérebro. No entanto, essa resposta acaba se tornando mal adaptativa, alimentando a inflamação e contribuindo para a morte de neurônios.

Surpreendentemente, os pesquisadores descobriram que os mesmos interruptores MITF/TFE são ativados em resposta ao acúmulo de resíduos na microglia em pacientes humanos com Alzheimer. Isso sugere que a resposta ao estresse desencadeada pela falha lisossômica na MPS IIIA é o mesmo processo que ocorre no

UC San Diego Health Sciences



Cientistas identificaram a degeneração cerebral entre adultos e a Sanfilippo tipo A

cérebro envelhecido. Mas, diferentemente das doenças neurodegenerativas complexas do envelhecimento, a MPS IIIA tem uma causa bem definida.

“Isso nos deu uma estrutura realmente clara para estudar o que observamos em doenças neurodegenerativas comuns

e tentar descobrir os mecanismos que as causam”, disse o primeiro autor, Christopher Balak, pesquisador de pós-doutorado na universidade.

De acordo com Vitor Caldas, médico Neurologista do Sírio-Libanês, em Brasília, talvez o aspecto mais interessante seja

perceber que a microglia não é apenas uma célula que reage à lesão cerebral e que pode, sim, participar ativamente da progressão da neurodegeneração. “Isso também aponta para uma mudança na forma de pensar o tratamento dessas doenças. No futuro, talvez não seja suficiente corrigir apenas a alteração genética ou enzimática inicial. Pode ser necessário também interromper mecanismos secundários, como a disfunção da microglia e a neuroinflamação.”

A equipe descobriu ainda que a microglia tenta minimizar os danos no início do processo da doença, antes de ficar sobrecarregada. Isso sugere que a intervenção precoce em doenças neurodegenerativas, usando reposição enzimática ou terapias celulares, pode ser mais eficaz quando administrada antes que a “chave genética” altere de vez as células imunológicas.

Segundo Carlos Uribe, neurologista do Hospital Brasília, da Rede Américas, com certeza, essa pesquisa abre perspectiva para novos alvos de intervenção nessas doenças tão complexas. “É bem provável que no futuro encontremos tratamentos melhores. Isso poderia envolver, por exemplo, limpar essa substância que se acumula por meio de vários mecanismos diferentes, induzindo o funcionamento da microglia ou evitando uma atividade que está acontecendo de forma errada, como a indução de uma resposta inflamatória que não seja adaptativa.” (Isabella Almeida)



O peso da terceira idade na campanha

Eleitores idosos mantêm a participação nos pleitos mesmo após os 70 anos e são uma parcela da sociedade importante para os candidatos. Especialistas cobram dos partidos uma comunicação ética e transparente com esse grupo

» ANA CAROLINA ALVES

Com quase 460 mil eleitores com 60 anos ou mais, a terceira idade representa cerca de 20% do eleitorado do Distrito Federal e reforça sua importância no processo democrático. Mesmo com o voto facultativo a partir dos 70 anos, previsto na Constituição Federal, milhares de idosos seguem exercendo o direito de votar e devem voltar às urnas nas eleições de 2026.

Das cédulas de papel às urnas eletrônicas, a dona de casa Sônia Juçara Dias de Oliveira, de 70 anos, acompanhou de perto as transformações do processo eleitoral brasileiro. Moradora do setor M Norte, em Taguatinga, ela garantiu que, apesar do voto ser facultativo por conta da idade, continuará comparecendo às urnas nas eleições de 2026. A motivação, segundo ela, permanece a mesma desde a juventude: a esperança de contribuir para um país melhor. “Eu espero um Brasil melhor e acredito que, escolhendo deputados, senadores e presidente com um propósito sério, o país possa melhorar cada vez mais”, ressaltou.

Ao avaliar as políticas voltadas para a terceira idade, Sônia afirmou que, apesar dos avanços nos últimos anos, principalmente em áreas como saúde, assistência social e garantia de direitos, existem dificuldades. “O idoso não tinha segurança nenhuma. Hoje tem mais prioridade, tanto nas filas quanto no transporte e no atendimento de saúde. É difícil, mas não é impossível. Na medida do possível, o idoso está tendo mais oportunidades”, avaliou.

A eleitora faz um apelo para que outros idosos continuem participando das eleições, independentemente de a votação deixar de ser obrigatória após os 70 anos. Para ela, a experiência de vida ajuda a avaliar melhor as propostas dos candidatos e a tomar uma decisão consciente nas urnas. “Não é porque a gente é idoso que não sabe o que está acontecendo. Vamos votar, pensar bem nas propostas e escolher com discernimento. Não anule o voto e não vote em branco. Quando você vota, mostra que continua vivo, participando e acreditando em um futuro melhor para a família e para o Brasil”, ressaltou.

Avanços

Morador da área rural de Sobradinho, José dos Santos, 71, faz questão de ir às urnas todas as eleições e, neste ano, mesmo após a não obrigatoriedade por conta da idade, não seará diferente. “Na nossa democracia, para a gente conseguir alguma coisa, precisamos votar. Na época que comecei a votar, era diferente porque a gente gostava de partido igual time de futebol, ajudava a fazer campanha e tudo. O tempo foi passando, e as coisas vão mudando, mas mesmo assim, eu nunca deixei de votar e, esse ano, eu vou de novo”, garantiu.

A mudança das cédulas para as urnas eletrônicas foi uma das principais novidades percebidas pelo trabalhador rural. “Antes era tudo no papel, agora é muito mais fácil: só digitar o número que aparece o nome e confirmamos quem é, e pronto”, contou. “Antigamente tínhamos menos partidos, hoje tem alguns que eu nem conheço”, brincou.

Para José, mesmo com o avanço das campanhas eleitorais, o público idoso não tem tanto espaço nas

Série histórica

2026 - 459.618 eleitores idosos

60 a 64 anos - 148.034 eleitores
65 a 69 anos - 108.175 eleitores
70 a 74 anos - 83.697 eleitores
75 a 79 anos - 57.624 eleitores
80 a 84 anos - 33.858 eleitores
85 a 89 anos - 18.093 eleitores
90 a 94 anos - 7.358 eleitores
95 a 99 anos - 2.216 eleitores
100 anos ou mais - 563 eleitores

2022 - 370.695 eleitores idosos

60 a 64 anos - 121.803 eleitores
65 a 69 anos - 94.565 eleitores
70 a 74 anos - 68.630 eleitores
75 a 79 anos - 42.605 eleitores
80 a 84 anos - 25.340 eleitores
85 a 89 anos - 11.867 eleitores
90 a 94 anos - 4.506 eleitores
95 a 99 anos - 1.162 eleitores
100 anos ou mais - 217 eleitores

2018 - 299.242 eleitores idosos

60 a 64 anos - 106.757 eleitores
65 a 69 anos - 79.188 eleitores
70 a 74 anos - 52.822 eleitores
75 a 79 anos - 32.357 eleitores
80 a 84 anos - 17.585 eleitores
85 a 89 anos - 7.403 eleitores
90 a 94 anos - 2.562 eleitores
95 a 99 anos - 479 eleitores
100 anos ou mais - 89 eleitores

2014 - 222.135 eleitores idosos

60 a 64 anos - 88.007 eleitores
65 a 69 anos - 60.144 eleitores
70 a 74 anos - 35.538 eleitores
75 a 79 anos - 22.718 eleitores
80 a 84 anos - 10.189 eleitores
85 a 89 anos - 4.231 eleitores
90 a 94 anos - 1.081 eleitores
95 a 99 anos - 194 eleitores
100 anos ou mais - 33 eleitores

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)



Não podemos abandonar esse direito. Não preciso, mas eu faço. O voto é sua forma de ajudar o país. Você precisa fazer isso pensando em seus netos”

Maria Honória, 94 anos

promessas dos candidatos. “Falamos muito sobre adolescência e as crianças, o que é muito bom e importante, mas os idosos vão levando como dá”, disse. E destacou a importância de, mesmo na terceira idade, seguir votando. “Enquanto tiver vida e puder, eu acho que tem que votar e fazer parte da democracia. Se não votarmos, não temos nada a ser feito”, afirmou.

Autonomia e dignidade

Apesar da não obrigatoriedade do voto a partir dos 70, Newton Lins, advogado eleitoral, explicou a importância do voto dessa faixa etária no processo democrático. “O Brasil vive um acelerado processo de envelhecimento populacional e, a cada eleição, cresce o peso eleitoral desse segmento. Trata-se de um eleitor que, em geral, acompanha mais atentamente a política, valoriza estabilidade,

Paulo Gontijo/CB



Maria Honória, 94, acompanha as propostas e procura se informar antes de escolher um candidato

Ana Carolina Alves/CB



José dos Santos, 71: mesmo liberado, faz questão de votar

Carlos Vieira/CB/D.A Press



Sônia Dias, 70: experiência ajuda a avaliar melhor os candidatos

segurança, saúde, previdência e qualidade dos serviços públicos”, disse.

O advogado destacou que o desafio, hoje, para a votação desse eleitor está em criar condições para que ele continue exercendo seu direito de voto com autonomia e dignidade. “A acessibilidade não se limita à existência de rampas ou elevadores. Para muitos idosos, a distância entre a residência e o local de votação, a dificuldade de transporte, o calor

intenso, longas filas e a própria condição de saúde acabam desestimulando a participação”, alertou.

Além disso, a linguagem usada na comunicação das campanhas é um tópico debatido. “O eleitor da terceira idade costuma buscar informações de forma diferente, valoriza o contato direto, a clareza das propostas e uma comunicação mais respeitosa e objetiva e isso, infelizmente, tem sido constantemente colocado em

segundo plano”, destacou. “Quando o eleitor percebe que suas necessidades são efetivamente compreendidas e contempladas, tende a participar mais do debate público e do processo eleitoral”, completou.

Tradição

Aos 94 anos, Maria Honória, moradora de Planaltina, mantém uma tradição que atravessa décadas: participar das eleições, o que, para ela, é uma questão de cidadania. “Em todas as eleições, eu votei. Eu acho que é muito importante. É uma forma de colaborar com a sociedade. Eu vou até as urnas para poder ter o direito de escolher meus candidatos e, posteriormente, cobrar eles”, disse.

Maria não encara o caminho até a seção eleitoral como um obstáculo. Como o local fica perto de casa, ela costuma fazer o percurso e aproveitar o momento para reencontrar conhecidos. “Eu não acho difícil votar. Sempre vou aqui perto. Vou até o local, encontro pessoas que não vejo há um tempo, converso, vejo a opinião dos meus conhecidos, voto e venho para casa”, contou.

Antes de decidir quem vai representar seus interesses, Maria afirmou que acompanha as propostas e procura se informar. A televisão é uma das principais fontes utilizadas por ela para conhecer os candidatos e avaliar as ideias apresentadas. “Eu sempre estudo bem em quem vou votar. Vejo na televisão as propostas, acompanho os debates, vejo as notícias e decido”, explicou.

A experiência acumulada faz ela defender que a população mais velha receba um olhar especial dos candidatos. Como o local fica perto de casa, ela costuma fazer o percurso e aproveitar o momento para reencontrar conhecidos. “Eu não acho difícil votar. Sempre vou aqui perto. Vou até o local, encontro pessoas que não vejo há um tempo, converso, vejo a opinião dos meus conhecidos, voto e venho para casa”, contou.

Para outros idosos, Maria deixou uma mensagem que vai além da participação nas eleições. “Não podemos abandonar esse direito. Não preciso, mas eu faço. O voto é sua forma de ajudar o país. Você precisa fazer isso pensando em seus netos, amigos, no país e naqueles que não podem ir às urnas. Enquanto eu tiver vida, estarei votando no que eu acredito”, destacou.

Alertas

O avanço das redes sociais e dos aplicativos de mensagens ampliou os desafios enfrentados pelos eleitores idosos durante o período eleitoral. Na avaliação do professor de políticas públicas do Ibmec Brasília e especialista em risco político, Eduardo Galvão, a combinação entre o uso crescente das plataformas digitais e a sofisticação das campanhas de desinformação exige atenção redobrada. “Muitos idosos passaram a utilizar intensamente aplicativos de mensagens e redes sociais nos últimos anos, mas nem sempre tiveram oportunidade de desenvolver as mesmas habilidades digitais para identificar conteúdos falsos, vídeos manipulados ou tentativas de golpe”, afirmou.

Segundo ele, há preocupação com estratégias que explorem o medo de perder aposentadorias ou benefícios sociais, além de possíveis pressões de familiares, cuidadores ou lideranças locais. Ainda assim, Galvão ressaltou que “os idosos não são naturalmente mais vulneráveis à desinformação”, e que esse risco depende do nível de alfabetização digital, do acesso à informação de qualidade e do contexto de cada eleitor.

Para o especialista, partidos e candidatos devem adotar uma comunicação ética, transparente e respeitosa com esse público, evitando discursos que explorem fragilidades ou manipulação emocional. “O primeiro cuidado é tratar o eleitor idoso com respeito e autonomia, evitando tanto a infantilização quanto a exploração de suas preocupações. A comunicação deve ser clara, acessível e baseada em propostas concretas”, destacou.

O advogado eleitoral Juarez Antônio da Silva evidenciou que a legislação eleitoral protege a autonomia dos idosos durante o processo de votação e proíbe qualquer forma de coação ou manipulação. “Nenhum familiar, cuidador, dirigente de instituição, empregador ou terceiro pode constranger, ameaçar, induzir mediante vantagem ou controlar a escolha política de uma pessoa idosa”, ressaltou. Ele acrescentou que o acompanhamento até a cabine de votação só é permitido quando houver necessidade concreta de auxílio, sem qualquer interferência na decisão do eleitor ou violação do sigilo do voto.

Em casos de irregularidades, Juarez orientou que a denúncia pode ser comunicada ao presidente da mesa receptora, ao juiz eleitoral, ao Ministério Público Eleitoral, aos cartórios eleitorais, aos Tribunais Regionais Eleitorais (TRES) ou por meio do aplicativo Pardal. “É importante que a denúncia contenha o máximo possível de elementos, como nomes, local, data, horário, mensagens, fotografias, documentos e testemunhas. A atuação torna-se mais efetiva quando há elementos mínimos que permitam verificar o ocorrido”, explicou.

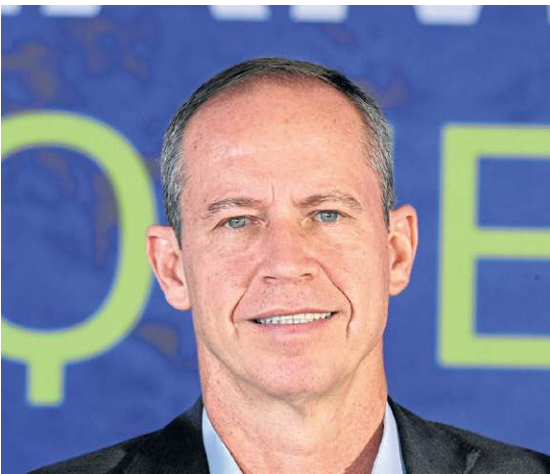
Colaborou Paulo Gontijo

Eixo Capital



ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Carlos Vieira CB/DA Press.



Últimas definições

Depois que Paula Belmonte (PSDB) anunciou seu vice, o ex-juiz Everardo Alves Ribeiro, falta apenas a definição da chapa de Ricardo Cappelli (PSB). Mas ele promete anunciar hoje, às 10h, os nomes para vice e Senado. Entre os cotados, estavam o presidente do PSB-DF, Rodrigo Dias, e Sofia Carvalho, também filiada ao PSB.

Redes sociais



Botina e balanço

A governadora Celina Leão (PP) cumpriu a promessa feita no debate da Band e mandou entregar uma botina na casa da adversária Paula Belmonte (PSDB). Paula agradeceu, mas disse que queria mesmo era o balanço do BRB.



À QUEIMA-ROUPA

Everardo Alves Ribeiro (PSDB), ex-delegado e juiz aposentado, candidato a vice na chapa liderada por Paula Belmonte (PSDB)

“Paula me convocou para integrar o Gabinete de Combate à Corrupção, uma estrutura que será ligada à Governadoria e reunirá Controladoria-Geral do DF, Tribunal de Contas, Ministério Público e a Inteligência da Polícia Civil”

Por que o eleitor do Distrito Federal deve acreditar que a chapa Paula Belmonte – Everardo Ribeiro representa uma alternativa real ao atual modelo político de Brasília?

Paula tem experiência, coragem para fiscalizar e independência para se posicionar. Eu construí minha vida profissional na Polícia Civil, no Judiciário e na advocacia. São trajetórias diferentes, mas que se encontram em valores muito claros: respeito à lei, responsabilidade com o dinheiro público e compromisso com as pessoas. Brasília precisa recuperar a confiança nas instituições e na política. O episódio envolvendo o BRB e o Banco Master mostrou o tamanho da responsabilidade que o próximo governo terá com o patrimônio público. Nós queremos oferecer ao eleitor uma chapa preparada para governar, sem radicalismo, com firmeza, diálogo e independência.

A Paula fala em um governo mais eficiente, transparente e que combate a corrupção. Quais, na sua avaliação, devem ser os principais problemas a enfrentar?

O primeiro desafio é recuperar a confiança do cidadão no poder público. Corrupção não é apenas um problema moral. Quando há desvio, desperdício ou falta de transparência, o dinheiro deixa de chegar à saúde, à educação, à segurança e às pessoas que precisam. Também precisamos de gestão, tecnologia, transparência e mecanismos de controle que funcionem de maneira preventiva. Combater a corrupção é impedir o desvio, fiscalizar com rigor e garantir que cada real arrecadado seja aplicado em benefício da população.

Como ex-delegado e ex-juiz, qual considera ser o maior problema da segurança pública do Distrito Federal?

O maior desafio é fazer com que todo o sistema funcione de maneira integrada. Segurança pública não se faz apenas aumentando efetivo ou colocando viaturas nas ruas. Precisamos valorizar os profissionais, recompor a capacidade

Lucas Peres/Divulgação



operacional das forças e, principalmente, integrar Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Penal, perícia e os demais órgãos. O plano da Paula parte justamente dessa visão: inteligência, tecnologia, regionalização e integração. Também precisamos fortalecer a prevenção. O melhor resultado da segurança pública não é apenas prender quem cometeu um crime; é conseguir evitar que o crime aconteça. E isso exige informação, inteligência e presença qualificada do Estado.

O senhor já ocupou cargos no Judiciário e na administração pública. Que erros da gestão pública do Distrito Federal identifica a partir dessa experiência e que não pretende repetir em um eventual governo?

Um dos grandes erros da administração pública é se preocupar mais com a própria estrutura do que com o cidadão. O Estado existe para servir à sociedade. Quando há excesso de burocracia, órgãos que não conversam entre si, falta de planejamento e de transparência, quem paga a conta é a população. Minha experiência na vida pública também me ensinou o valor de instituições fortes e do respeito à lei. Quero contribuir para um governo com decisões responsáveis, critérios técnicos e transparência. Quem governa precisa ter consciência de que administra um dinheiro que não é seu. É dinheiro da população e deve ser tratado com responsabilidade, seriedade e respeito.

Paula Belmonte afirmou que a chapa não está sendo formada apenas para disputar uma eleição, mas para governar Brasília. Qual seria a primeira decisão de Everardo Ribeiro como vice-governador se a chapa vencer a eleição?

Paula me convocou para integrar o Gabinete de Combate à Corrupção, uma estrutura que será ligada à Governadoria e reunirá Controladoria-Geral do DF, Tribunal de Contas, Ministério Público e a Inteligência da Polícia Civil. Portanto, eu já sei que uma das minhas missões será ajudar a criar mecanismos para prevenir desvios, identificar irregularidades e proteger o dinheiro público. Minha experiência como delegado e juiz me ensinou que o combate à corrupção precisa começar antes que o dinheiro desapareça. Não basta agir depois do prejuízo. Precisamos de inteligência, controle, transparência e integração entre as instituições. Cada real desviado é um recurso que deixa de chegar à saúde, à educação, à segurança e à população. É uma missão que recebo da Paula com muita responsabilidade.

PCdoB discute abandonar Grass e apoiar Cappelli

Os dirigentes do PCdoB no Distrito Federal não digeriram bem o acordo nacional que tirou do partido as duas vagas de candidatos à Câmara dos Deputados da federação com o PT e o PV. Das nove vagas, o PT ficou com sete e o PV, duas. O PCdoB queria uma compensação, com a indicação da vice de Leandro Grass. O nome indicado era o da dirigente sindical Berê Darc, ativista do movimento negro. Mas a campanha de Grass só aceitaria ceder a vaga para ampliar a coligação, com um vice do PSB. Já havia um acordo para que o espaço fosse aberto para Dora Gomes, do PV. Por conta dessa divergência, o PCdoB ameaça romper com a campanha de Leandro Grass (PT) e apoiar Ricardo Cappelli (PSB). Uma reunião da direção do PCdoB neste sábado vai deliberar sobre o assunto.

Solidariedade aos camaradas

Ricardo Cappelli aproveitou o embate entre PT e PCdoB para apoiar os comunistas em mensagens pelas redes sociais: “Minha solidariedade aos camaradas do PCdoB DF, em especial ao amigo Gustavo Alves (que perdeu a vaga de candidato a deputado federal). A juventude do Araguaia enfrentou o arbítrio com a própria vida, jamais se curvou. Não seria agora”, provocou Cappelli.

Compensação

Na negociação nacional para a distribuição das vagas de deputados federais, o PCdoB recebeu compensações em outros estados. A direção local não ficou satisfeita. O PT nacional interferiu porque a meta é pelo menos manter a bancada atual de deputados federais. Com a saída de Erika Kokay (PT) para a disputa ao Senado, há o receio de os candidatos da federação não fazerem o coeficiente eleitoral, com a perda dos 140 mil votos da petista. Em 2022, o PCdoB teve apenas 6,3 mil votos.

Carlos Vieira CB/DA Press.



O time do Lula

Diante dos embates no campo progressista, Leandro Grass (PT) postou uma mensagem nas redes sociais em que aponta a importância da união contra os adversários reais. “Não se trata apenas de uma coligação, mas de um projeto coletivo acima dos individuais e das vaidades. Somos o time de Lula no DF”, afirmou. “Chegou a hora de virar o jogo e tirar o povo da fila”, acrescentou.

Acompanhe a cobertura da política local com @anacampos_cb

» Entrevista | MAX MACIEL | DEPUTADO DISTRITAL PELO PSOL

Urgência por um novo modelo

Ao *CB.Poder*, o presidente da Comissão de Mobilidade e Transporte da CLDF afirmou que o transporte público é uma das questões prioritárias para a população e que a atual organização de linhas de ônibus e metrô precisa ser revista

» LUIZ FELLIPE ALVES

O deputado distrital Max Maciel (Psol), presidente da Comissão de Mobilidade e Transporte da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF), disse, no *CB.Poder* — programa do *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília, de ontem, que a capital precisa rediscutir a modelagem das linhas de ônibus e metrô e questionou o crédito suplementar de R\$ 500 milhões enviado à Câmara pelo GDF para arcar com custos do transporte público do DF. Às jornalistas Mariana Niederauer e Mila Ferreira, o parlamentar ainda comentou sobre seu apoio à candidatura de Leandro Grass (PT) ao Palácio do Buriti.

O GDF enviou, recentemente, um projeto de lei pedindo um crédito suplementar de mais de R\$ 500 milhões voltado para a mobilidade do DF. Há chances de esse projeto ser aprovado na Câmara Legislativa?

Para falar a verdade, isso é comum na CLDF e no Executivo, desde sempre. Eles não colocam no

orçamento real o que, de fato, é o custo da mobilidade. Então, quando chega um determinado período, esse dinheiro acaba e precisa de um crédito suplementar. O que nos chama a atenção é que, em 2023, quando tomamos posse, o crédito suplementar foi mais de R\$ 150 milhões; em 2025, foram R\$ 55 milhões; agora, foram R\$ 508 milhões. Queremos entender o que é esse recurso. O que chegou para alguns deputados é que seria para o pagamento da folha dos profissionais rodoviários. Só que essa folha é paga pela bilhetagem, que vai direto para as empresas e não para o GDF. Eu não posso pagar a folha salarial com esse dinheiro porque a fonte não permite. O governo não conseguiu explicar, mas pedimos que fosse adiado para a próxima o dia 18.

Sobre a atual situação do metrô. O que pode ser feito para resolver essa crise?

Sem dúvida nenhuma, temos que rediscutir a modelagem do DF. Temos um contrato baseado em 2011, que, naquela época, fazia sentido, mas que não se encaixa mais. Por exemplo, há linhas de

Ed Alves/CB/D.A Press



ônibus que concorrem com o metrô. Isso não existe em lugar nenhum do mundo. Já era para ter troncos rodoviários alimentados por corredores de ônibus, VLT e BRT e os ônibus circulares abastecendo essas vias. Precisamos ampliar o investimento do metrô. Tem gente que fala que o metrô não é viável — isso é lobby rodoviarista. O Metrô-DF não é para dar lucro, é para servir ao povo. Uma última fiscalização que fizemos mostrou que, em 2019, o DF tinha 32 trens e, agora, tem apenas 19. Isso gera superlotação e mais falhas no sistema. O Metrô-DF também

tem uma vacância de 600 profissionais. O corpo operacional tem que ficar em polos específicos e, às vezes, utilizando seu próprio carro ou a viatura do metrô, para ir a outras estações, porque é mais fácil do que esperar o trem. Defendemos a expansão, ela é necessária, mas primeiro, precisamos organizar a estrutura que temos hoje. Se eu abro mais duas estações, eu aumento o tempo de espera do metrô. Precisamos comprar novos trens, mudar a central energética, criar uma central própria e fazer novas subestações. Além disso, precisamos contratar mais metroviários.

Como pretende contribuir com a candidatura ao governo de Leandro Grass (PT)?

Queremos entregar e colaborar com o programa de governo do (Leandro) Grass, que tem o compromisso de ter uma unidade da esquerda do DF. O que queremos fazer é apresentar um novo projeto para a cidade, uma nova perspectiva de matriz para o desenvolvimento do DF. Eu não posso pensar em um novo bairro, se eu não penso na mobilidade para esse bairro, se não, eu crio ilhas de segregação populacional. As pessoas têm adquirido casas por meio de programas habitacionais, mas têm desistido de morar



Aponte a câmera do celular para assistir à entrevista completa

em determinados lugares porque a localidade não tem a cobertura necessária de alguns serviços.

Agora, concorrendo à reeleição, se conseguir um segundo mandato, para onde o senhor vai destinar a maior parte das suas emendas?

A gente debruçou-se na Comissão de Transporte e Mobilidade Urbana porque é um problema urgente da população do DF, até pela forma como Brasília foi construída. Em um eventual segundo mandato, nós ainda temos muito trabalho para a mobilidade. Mas o nosso mandato também fiscaliza a saúde, o orçamento público e fazendo denúncias, inclusive, sobre as formas de desvirtuar o orçamento. Não é que o DF não tem dinheiro — esse dinheiro está sendo drenado e sem a devida transparência.



O juiz aposentado teve o nome anunciado pela candidata do PSDB ao governo do DF. “Vamos, de braços dados, combater a corrupção e acabar, de vez, com essa história de tirar dinheiro que deve servir à sociedade”, afirmou o magistrado

Paula Belmonte escolhe Everardo Ribeiro

» ANA CAROLINA ALVES

O juiz aposentado Everardo Ribeiro foi anunciado, ontem, como candidato a vice-governador na chapa de Paula Belmonte (PSDB) na disputa pelo Governo do Distrito Federal (GDF). O magistrado filiou-se ao PSDB a convite de Paula Belmonte, em abril deste ano. Ele trabalhou como agente e delegado da Polícia Civil do Distrito Federal e foi o primeiro administrador regional do Itapoã, entre outras atividades.

Paula Belmonte afirmou que a escolha do vice foi feita de forma criteriosa. “A chapa está formada e unida em prol de Brasília. A escolha foi feita exatamente porque converge com nosso desejo para Brasília: o combate à corrupção, um governo honesto, que trabalhe com inteligência”, destacou.

A candidata ressaltou a honestidade como um dos pilares de sua proposta de governo e citou outras áreas consideradas prioritárias. “Temos alguns eixos condutores do nosso plano de governo, como educação, segurança, mobilidade e otimização do dinheiro, uma boa gestão. Mas um dos eixos importantes para o nosso governo é mostrar que a política pode ser feita com honestidade”, enfatizou.

Paula comentou sobre a experiência de Ribeiro e disse estar honrada com a participação dele na chapa. “O doutor juiz Everardo é uma pessoa experiente e vem conduzindo esse trabalho conosco. Para mim, está sendo uma grande honra tê-lo na nossa chapa.

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



Everardo Ribeiro filiou-se ao PSDB em abril, a convite de Paula Belmonte. Juiz aposentado, trabalhou como agente e delegado da Polícia Civil

É um juiz experiente, que trará um peso forte para a nossa chapa e para a nossa marca, que é um governo honesto”, observou.

“Brasília tem uma alternativa, e essa alternativa é essa chapa, representada agora por Paula Belmonte e pelo doutor juiz Everardo. Essa é uma alternativa que vai cuidar das nossas crianças como

crianças, da nossa juventude como juventude e tratar o trabalhador com dignidade”, complementou.

Trajetória

Natural de Unai (MG), Everardo Alves Ribeiro, 72 anos, veio para Brasília na infância, em 1961. Antes de ingressar na magistratura,

atuou na Polícia Civil do DF como agente e delegado. Depois de se aposentar como juiz do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), voltou a exercer a advocacia, foi conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil no Distrito Federal (OAB-DF) e integrou a Comissão de Exame de Ordem. Antes de se filiar ao PSDB,

passou pelo Mobiliza, PDT, Avante, União Brasil, Podemos e PL.

Everardo também foi o primeiro administrador regional do Itapoã e comandou, interinamente, a Administração Regional do Paranoá. Em funções de assessoramento, teve passagens pelo Senado e pelo governo federal. Ele afirmou ter recebido com “muita alegria”

o convite para integrar a chapa de Paula Belmonte. “É uma distinção sem tamanho. Tantas pessoas estavam qualificadas para esse desafio e, pela vontade da nossa governadora, ela me escolheu”, afirmou.

O candidato disse que pretende trabalhar para mudar a imagem de Brasília e criticou o desvio de recursos públicos. “A corrupção desvia recursos que poderiam servir à comunidade. Ela mata sonhos, tira das pessoas um atendimento digno, minimamente digno, na saúde, e impede que uma segurança pública seja oferecida”, declarou.

Everardo afirmou ainda que pretende atuar no combate à corrupção e na recuperação da capacidade do Estado de prestar serviços públicos. “Vamos fazer uma força do bem para resgatar Brasília deste cenário de corrupção, de um BRB que vai dando prejuízos bilionários para todos nós, com uma saúde precária e com uma saúde pública que ainda permite pessoas em situação de rua invadirem a moradia de outros e fazê-los de reféns. E, pior, pessoas sendo eliminadas pela polícia quando deveriam ser recuperadas pelo Estado”, alertou.

O candidato a vice afirmou que pretende atuar em conjunto com os órgãos de controle para evitar o desperdício de recursos públicos. Segundo ele, Paula Belmonte tem como objetivo “servir, e não se servir da política”. “Vamos, de braços dados, combater a corrupção e acabar, de vez, com essa história de tirar dinheiro que deve servir à sociedade e mandar para os ralos”, ressaltou.

De geração para geração, um Faenge acompanha o seu momento.

Os planos mudam, a vida acontece e novas escolhas chegam.

Para cada momento, **tem um Faenge que combina com você.**

ÁGUAS CLARAS, NOROESTE E PARK SUL

STUDIO, 1, 2, 3 E 4 QUARTOS COBERTURAS E LOJAS



SEU IMÓVEL MERECE SER UM **FAENGE**



VISITE OS DECORADOS

CENTRAIS DE VENDAS 3020 2000



Crônica da Cidade

SEVERINO FRANCISCO | severinofrancisco.df@dabr.com.br

A farra das emendas

Muitos perguntam: por que em vez de ser o momento de escolher os melhores, as eleições se tornaram o espaço para sagrar, quase sempre, os piores? Parece-me que uma das pistas para responder a essa indagação está no atual sistema de emendas parlamentares, que deveria ser um tema urgente no debate político. Em 12 anos, esse sistema mudou completamente as relações entre os parlamentares do Congresso Nacional, o Executivo e os eleitores.

Não existe nada semelhante em qual-

quer parte do mundo. A mudança começou em novembro de 2014, quando o Congresso decidiu tornar obrigatórias as emendas parlamentares individuais. Mas, em 2019, uma deliberação semelhante transformou em impositivas as emendas de bancada. Antes de 2014, as emendas eram definidas pelo presidente. Isso alterou completamente o jogo político.

Não quero atulhar o leitor com números, no entanto, alguns são imprescindíveis para entender o problema. Salta aos olhos o crescimento vertiginoso dos valores destinados às excelências parlamentares. Em 2015, as emendas foram de R\$ 3,4 bilhões; em 2026, a União reservou R\$ 61 bilhões para essa destinação. Quer dizer, houve um crescimento absoluto de quase

1.700% em relação ao montante de 2015, sendo que, desse total, R\$ 37,8 bilhões são de execução obrigatória, entre individuais e de bancada.

É muito poder concentrado nas mãos dos parlamentares, com inúmeras distorções. A ausência de critérios técnicos provoca a pulverização das verbas e, em muitos casos, a invasão de espaço de políticas públicas que cabem ao Executivo. Os defensores das emendas parlamentares alegam que elas propiciam a descentralização dos recursos.

No entanto, a falta de critérios técnicos e de uma visão de conjunto leva à fragmentação, à dispersão e ao clientelismo. Com isso, um hospital é viabilizado conforme as conveniências eleitoreiras e não de acor-

do com a real necessidade da população e com uma visão estratégica da saúde. Isso inviabiliza políticas públicas de visada mais ampla e coordenada. Além disso, os municípios e estados já recebem recursos do governo federal.

É uma situação única em todo mundo. No máximo, o índice de emendas, em outros países, alcança 1,5% das despesas discricionárias, ou seja, daquelas despesas das quais o Executivo pode dispor como quiser para fazer políticas públicas. Pois bem, no Brasil, esse índice atinge a marca de mais de 20% das despesas discricionárias.

Como as investigações da Polícia Federal têm revelado, a falta de transparência e de rastreabilidade das emendas é um caminho aberto para a corrupção. Mesmo com

as restrições impostas pelo STF, a farra continuou e continua promovendo uma disputa desigual entre os com emendas e os sem emendas, que afeta a democracia. Qual é a chance de renovação do parlamento em uma disputa com armas tão díspares?

Com isso, temos um parlamento que não representa, de fato, a sociedade brasileira. Ele representa apenas os próprios interesses ou os interesses negociados no balcão em que se transformou o parlamento. Os mesmos personagens se perpetuam com um poder tão desmesurado que, se cometerem algum delito, em vez de serem responsabilizados, pedem impeachment de ministro do STF ou mudam as leis. Está na hora de debater e de promover uma reforma drástica na farra das emendas.

INVESTIGAÇÃO/ Quatro homens foram mortos a tiros ao tentarem cobrar uma dívida de mais de R\$ 250 mil. Os autores são um PM da reserva, o filho dele e um terceiro suspeito, morador de Planaltina (GO), que estão foragidos

Em 11 segundos, uma chacina

» DARCIANNE DIOGO

Uma sequência de imagens de câmeras de segurança mostra como transcorreram os 11 segundos entre a chegada de quatro homens na Rua 3 do Setor Parque Lago, em Formosa (GO), e os disparos de arma de fogo que os mataram. Luiz Antônio Rodrigues, o neto dele, Gustavo Fernandes Graças, Gustavo Aurélio e André Ferreira foram vítimas de uma chacina após saírem em uma caminhonete para cobrar uma dívida de alto valor.

Luiz Antônio e Gustavo Fernandes moravam em São João da Aliança (GO), a cerca de 100km de Formosa. Gustavo Aurélio e André Ferreira eram paulistas e viajaram de São Paulo para o município goiano dias antes do ataque. O quarteto tinha um objetivo: cobrar o pagamento de uma dívida de mais de R\$ 250 mil contraída pelo filho de um policial militar da reserva de Goiás.

Câmeras de segurança mostram a chegada de uma Amarok cinza em frente à casa do PM. Onze segundos depois, uma sequência de quase 30 tiros. Duas das vítimas foram baleadas e mortas ainda dentro do carro. No chão e nos portões da casa do militar e de um vizinho, as marcas do ataque. Na residência e na calçada onde ocorreu o crime, a polícia apreendeu duas armas e encaminhou para análise.

Ao **Correio**, a delegada Luana Alves de Souza, do Grupo de Investigação de Homicídios (GIH), afirmou

Cedido ao Correio



Luiz Antônio Rodrigues e o neto dele, Gustavo Fernandes, além de Gustavo Aurélio e André Ferreira, que haviam chegado de São Paulo recentemente, morreram no local

que três pessoas dispararam contra os quatro homens. Estão envolvidos o policial, o filho dele e um terceiro suspeito, morador de Planaltina de Goiás. As identidades dos autores não foram reveladas. “O laudo de local ainda não está disponível e, por ele, vamos saber se houve uma troca de tiros ou não. Mas temos certeza de que há três autores”, destacou.

Dívida

As investigações revelaram um

núcleo entre vítimas e autores fomentado por negociações diversas e de longo prazo. Entre eles, havia combinações para a venda de maquinários, carros, caminhões e repasse de dinheiro. Transferências e entrega de bens já haviam sido feitas em ocasiões anteriores. A polícia contabiliza os valores.

A motivação do crime, afirma a polícia, estaria relacionada à venda de um caminhão pelo filho do PM. No alto da casa dos autores, uma câmera de segurança instalada

pelo próprio PM filmou toda a ação violenta. Mas as imagens teriam sido apagadas por eles antes da fuga. Até o fechamento desta edição, ninguém havia sido preso.

Sem se identificar, uma moradora relatou ao **Correio** que o PM costumava passar a semana na cidade de Bezerra (GO), onde a mulher dele trabalha como professora em uma escola. Ele costumava voltar a Formosa aos sábados e domingos. “Sempre o via de longe e só cumprimentava. Nunca notei

nada de errado e nem sabia que ele era policial”, relatou.

Assim como boa parte das casas da rua, a residência do militar era protegida por cercas elétricas — além da câmera de segurança. Por volta das 18h do dia do crime, um segundo filho dele, recruta do Exército, chegou à residência aparentemente sem saber do ocorrido. “Esse outro filho (que teria participado do crime) eu não conhecia. Não morava aqui”, contou a moradora.

Um dos mortos, Gustavo Fernandes, trabalhou na Prefeitura de São João da Aliança. Entre 2017 e 2019, atuou no cargo de secretário de Agricultura e Transportes do município. De 2020 a 2024, migrou para a Secretaria Municipal de Transportes.

Segundo a delegada Luana, investigadores colhem depoimentos para a elucidação do crime. Ela ressalta que dois dos três autores têm passagem pela polícia por sequestro e outros crimes.

BARBÁRIE

Parentes de idosa cobram justiça

» BEATRIZ MASCARENHAS

Descrita como uma pessoa dedicada à caridade, Francisca Almeida da Silva, de 70 anos, foi velada e enterrada por amigos e familiares, ontem, no Cemitério de Taguatinga. Vestidas com camisetas estampadas com o rosto da mulher, pessoas que foram acolhidas por ela destacaram a bondade de Francisca em vida. A idosa foi morta na segunda-feira, dentro da casa onde morava, em Samambaia. O principal suspeito do crime é o detento Leonardo Ferreira de Al-

meida, 44, beneficiado com o saído do Dias dos Pais, que teria estuprado três jovens que estavam na residência da vítima e segue foragido.

Familiares cobraram justiça pela morte de Francisca. A mulher foi assassinada após acolher Leonardo em casa. De acordo com a filha da idosa, Francivânia Almeida, a mãe era conhecida por ajudar pessoas em situação de vulnerabilidade. Detentos em saídas temporárias no sistema prisional, moradores de rua e crianças abandonadas costumavam encontrar apoio

Ed Alves/CB/D.A Press



Francisca Almeida, 70, morta em Samambaia, foi enterrada ontem

na residência da vítima. “Ela tinha uma obra linda, mas nunca mais vamos vê-la. Queremos ele preso,

é preciso justiça”, cobrou.

O genro da vítima, Carlos Celio Bonfim, 51, relatou que sua esposa,

Francivânia, tinha proibido a mãe de receber o detento devido aos antecedentes criminais dele. “Quando descobrimos a ficha criminal do Leonardo, a proibimos de recebê-lo novamente em casa”, contou o genro da vítima. O detento do regime semiaberto cumpria pena por homicídio qualificado e estupro, mas foi liberado no saído por bom comportamento.

O investigado está foragido desde a noite do crime, quando ele também teria estuprado três jovens que estavam na casa de Francisca — duas netas da idosa e uma amiga delas. De acordo com Carlos Celio, durante o ataque às mulheres o homem teria mencionado que pretendia matar Francivânia em seguida. “Ele falou que a próxima vítima seria ela. Como Leonardo ainda está solto, não sabemos o que fazer”, desabafou.

Entenda o caso

Francisca Almeida morava em uma casa em Samambaia Sul, onde acolhia temporariamente pessoas em situação de vulnerabilidade, entre elas Leonardo Ferreira. Na manhã de segunda-feira, segundo testemunhas, o suspeito teria dopado Francisca com medicações que ela costumava usar. Dopou também as duas netas e uma amiga das jovens que estava na residência a fim de estuprá-las. Uma das vítimas, de 19 anos, foi sequestrada pelo detento. A jovem foi encontrada ensanguentada e com ferimentos pelo corpo, no Morro da Cruz, em São Sebastião.

Qualquer informação sobre o paradeiro do suspeito pode ser passada à polícia, de forma anônima, pelos números 197 ou 190.

Obituário

Sepultamentos realizados em 12/08/2026

» Campo da Esperança

Cacilda Solange Borges Silva, 64 anos
Celso Henrique da Rocha, 73 anos
Deisi Vaz Pinto, idade não informada
Eiko Fujimoto, 97 anos
Epaminondas Pimental Filho, 89 anos
Evilazaro Sousa e Paiva, 73 anos
Francisco José da Silva Cardoso, 74 anos
Genilde Oliveira Yung, 88 anos
Glenisson Salao Veras, 44 anos

Ivo Bertoni, 89 anos
João Eustáquio Correia, 79 anos
José Alves de Almeida Filho, 98 anos
José de Ribamar Silva Araujo, 83 anos
José Louiz Nascimento, 70 anos
Maria de Lourdes Dias dos Santos, 85 anos
Monica Barreto, 51 anos
Normeu Novais Lima, 87 anos
Oswaldo Skolaude Correa, 92 anos
Raimunda Felix de Lima, 56 anos
Sebastiana Maria da Rocha, 83 anos

Teresinha Castelo Branco Reis, 90 anos
Yara Guanaes Neiva Martins, 95 anos

» Taguatinga

Ana Guimarães, 73 anos
Fernando Silva Rodrigues, 39 anos
Francisca Almeida da Silva, 70 anos
Francisco Pereira Soares, 65 anos
Franklyn Almeida Silva, 49 anos
Israel Murici Valadares, 60 anos
João Batista de Araújo, 72 anos

José Barros de Abreu, 97 anos
José Rodrigues da Silva, 91 anos
Ludimilia do Vale Gomes, 53 anos
Maria do Socorro de Souza, 61 anos
Maria Julia Rodrigues Campos, 93 anos
Marlene Alves Vieira, 86 anos
Marlene Goncalves de Freitas, 86 anos
Ramon Casimiro da Silva Gomes Pereira, 29 anos
Virginia Americo Magalhaes da Silva, 47 anos

» Gama

Ana Regia da Rocha, 61 anos
Dilza Maria da Silva, 72 anos
Divino Antonio de Oliveira, 71 anos
Domingos Gomes da Silva, 88 anos
Maria de Lourdes Fernandes de Farias, 89 anos

» Planaltina

Dalva Francisca do Amaral, 77 anos
Irene das Gracas Ribeiro Abud, 78 anos

Luiz Carlos da Silva, 67 anos

» Sobradinho

Lucas Ferreira da Silva, 25 anos
Madenuza Paz de Sousa, 66 anos
Valdemar de Castro Ribeiro, 89 anos

» Jardim Metropolitano

Luciene Barbosa da Costa de Mesquita, 57 anos
Edward de Salles Nogueira, 91 anos
Rosa Maria Coelho da Cruz, 56 anos (cremação)



“Mostra-me um homem cem por cento
satisfeito e eu mostrar-te-ei um fracassado.”
Thomas Edison



Assista à
playlist da
Capital S/A
no Youtube

Setor produtivo mobilizado a favor da volta da taxa das blusinhas

A Medida Provisória (MP 1.357/2026), editada pelo governo federal em maio, zerou o imposto de importação de 20% sobre compras internacionais de até US\$ 50, conhecida como a “taxa das blusinhas”. A medida em vigor precisa, no entanto, ser aprovada pelo Congresso até setembro de 2026 para virar lei definitiva. E para avaliar e debater a medida do presidente Lula (PT), será instalada, hoje, uma comissão mista no Congresso. As entidades que representam o comércio e a indústria chegaram a entrar com ação no STF



Reprodução

alegando que a medida provisória era inconstitucional. O empresariado nacional se sente prejudicado com a concorrência, principalmente, das plataformas de e-commerce que vendem produtos chineses.

Carta aos parlamentares

A Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) enviou, ontem, uma carta aos parlamentares, apontando os efeitos negativos na economia brasileira com a fim da taxa das blusinhas. No documento, defende a rejeição da medida, alertando para os danos à competitividade do varejo nacional, à geração de empregos e à isonomia tributária. Segundo estudos da entidade, no período da vigência da taxa das blusinhas, houve aumento das vendas em cinco de 10 segmentos analisados, com impacto médio estimado em R\$ 3 bilhões por mês no varejo brasileiro.

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



Apelo eleitoral

A taxa das blusinhas, assim como o fim da escala de trabalho 6x1, são assuntos espinhosos para o setor produtivo, pois tem forte apelo eleitoral. Em relação a esse último tema, o setor produtivo ganhou um respiro porque a votação já foi postergada para depois das eleições. Mas o fim da taxa das blusinhas é defendido até pelo Ministério da Fazenda, de Fernando Haddad a Dario Durigan.



Freepik

Umidificadores e ar-condicionado em alta

Este ano, a seca seguida de muito calor no Distrito Federal vem provocando aumento de modo significativo nas vendas de umidificadores de ar, ventiladores e aparelhos de ar-condicionado. A alta no faturamento do comércio especializado é de 6,3% contra 3,7% em igual período de 2025. O presidente do Sindicato do Comércio Varejista do DF (Sindivarejista), Sebastião Abritta, disse que o comércio começou a se preparar para estocar produtos do segmento logo depois do carnaval.



Ed Alves/CB/DA Press

Cuidados com a saúde

“A maioria das lojas investiu no estoque para atender a alta demanda. E está facilitando o pagamento dos produtos para os clientes, oferecendo condições de parcelamento favoráveis diante deste cenário de restrição de consumo de muitas famílias. Essa época do ano, no DF, exige cuidados com a saúde e esses produtos são essenciais”, comenta Abritta.



Juros, concorrência internacional e endividamento das famílias

“A indústria vem andando de lado e isso se deve, principalmente, a três fatores: o patamar elevado dos juros e seus desdobramentos sobre a atividade econômica, agravados pelo alto endividamento das famílias e das empresas; o avanço expressivo dos custos de produção; e a forte entrada de produtos importados. Nesse contexto, é mais difícil que as indústrias consigam repassar o aumento dos custos para seus preços em função da concorrência com as importações, de modo que as margens são comprimidas”, afirma Larissa Nocko, economista e especialista em Política da Indústria da CNI.



Divulgação

Utilização da Capacidade Instalada

Com a perda de ritmo do setor industrial, as fábricas mobilizaram menos trabalhadores e maquinário para atender à demanda. A Utilização da Capacidade Instalada (UCI) caiu 0,6 ponto percentual, passando de 77,4% para 76,8% em junho. Ao fim do primeiro semestre, a UCI média ficou 1 ponto percentual abaixo da observada no mesmo período do ano passado.

OPERAÇÃO/Esquema criminoso é desmantelado pela Polícia Civil do DF, em vários estados com mais de 43 mandados de prisão cumpridos. Além das detenções, itens de luxo foram apreendidos

Cerco aos anabolizantes falsos

» DAVI CRUZ

Uma organização criminosa que fabricava anabolizantes e medicamentos de forma clandestina virou alvo da operação Narciso, ontem, realizada pela Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF). Foram cumpridos 43 mandados de prisão, 31 preventivas e 12 temporárias, e 64 de busca e apreensão. Somente no DF, 30 indivíduos foram presos. Os suspeitos operavam em quatro núcleos, com bases de produção e armazenamento, logística, distribuição e lavagem de dinheiro. A Justiça determinou o bloqueio de mais de R\$ 32 milhões em contas ligadas aos investigados e o sequestro de veículos de luxo.

As investigações conduzidas pela Coordenação de Repressão aos Crimes contra o Consumidor, a Propriedade Imaterial e a Fraudes (Corf) apontaram que os criminosos produziam, de maneira caseira e precária, substâncias hormonais, diuréticos e estimulantes. A fabricação ocorria em residências e depósitos improvisados, sem controle de esterilidade, pureza ou segurança sanitária. Para garantir aparência de legitimidade, os integrantes usavam embalagens e rótulos com nomes em língua estrangeira e bandeiras de outros países.

Além das prisões, foram expedidos mandados de busca e apreensão contra 50 alvos, entre pessoas físicas e jurídicas. As ordens tinham caráter itinerante, permitindo o cumprimento onde os investigados fossem encontrados. A Justiça ainda autorizou o sequestro de 11 veículos de luxo, incluindo um modelo alemão elétrico de alto padrão, um automóvel esportivo, duas berlinas de marcas premium europeias, duas caminhonetes de grande porte, um SUV e uma motocicleta de alta cilindrada.

Fotos: Divulgação/PCDF



Operação Narciso prende mais de 40 suspeitos e localiza objetos de luxo, como relógios

Estrutura

No DF, a polícia identificou as principais bases de fabricação e estocagem dos produtos. A estrutura também envolvia academias utilizadas na divulgação dos anabolizantes e uma gráfica responsável pela produção das embalagens usadas para dar aparência de legitimidade às substâncias. Em Goiás, os investigadores concentraram as ações em depósitos, utilizados para o recebimento de insumos. A polícia também identificou uma farmácia de manipulação envolvida no esquema e movimentações financeiras relacionadas à organização.

Em João Pessoa, na Paraíba, foi localizado um laboratório filial instalado a partir de uma mansão alugada. Um dos líderes também mantinha uma residência de alto padrão à beira-mar, de onde, segundo as investigações, operava parte

das atividades com auxílio de familiares e de uma parceira local responsável pelo recebimento de insumos importados por via postal.

No Paraná, em Foz do Iguaçu, a estrutura era voltada ao fornecimento das substâncias. Uma fornecedora de fronteira e o marido dela, segundo a investigação, coordenavam o abastecimento interestadual. A rede ainda alcançava Rio Branco, no Acre, e Uberlândia, em Minas Gerais. As cidades eram utilizadas tanto para o escoamento dos produtos quanto para a localização de patrimônio dos investigados.

Insumos

A conexão com o Paraguai foi um dos pontos centrais identificados pela PCDF. Segundo o delegado Rodrigo Carbone, da Corf/DDCON, os grupos importavam

os materiais utilizados na fabricação das substâncias e, posteriormente, produziam os anabolizantes de forma improvisada antes de colocá-los no mercado nacional. Indicado como o chefe da organização, Roberto Carlos Pereira de Carvalho, conhecido como Jiraya, foi preso em Cidade Del Leste, no Paraguai. Outros detidos na operação foi o casal Ana Luiza e Alam Manoel, que construíram uma presença digital alinhada ao consumo de luxo, à estética do corpo perfeito e ao ecossistema fitness. Ana tem mais 150 mil seguidores e monetizava a promessa do emagrecimento rápido e da perda de peso milagrosa, normalizando o uso de substâncias clandestinas, como o “Yellow B”.

Alam, por sua vez, operava a narrativa do empresariado ligado à nutrição e, também, à ostentação. Em uma das publicações, ele

exibe um sapato Dior x Air Jordan 1 High, avaliado entre R\$ 35 mil e R\$ 60 mil, no mercado de revenda de luxo.

A operação foi realizada simultaneamente em oito estados além do DF, e contou com a participação da Polícia Federal nas ações de fronteira. A polícia paraguaia também colaborou com os trabalhos. Segundo Carbone, a atuação conjunta foi importante para localizar integrantes que tentavam escapar da ação policial. Investigados por outros crimes e que estavam foragidos foram presos em território paraguaio.

A investigação identificou ainda um núcleo especializado na lavagem dos recursos obtidos pela organização. A estrutura estava concentrada em Foz do Iguaçu, onde os integrantes atuavam em conjunto com doleiros para ocultar e movimentar o dinheiro obtido com a venda das substâncias. “Esse núcleo era o responsável por participar com doleiros da lavagem desse dinheiro, para que esse dinheiro pudesse ser reintegrado na cadeia produtiva dessas substâncias”, afirmou o delegado Rodrigo Carbone.

Para Carbone, além do aspecto financeiro, a operação expôs uma preocupação ainda maior: o risco provocado pelas substâncias produzidas sem qualquer controle sanitário. “Não se trata apenas de comercialização de anabolizante, que por si só já é uma substância nociva. O anabolizante mesmo dentro dos padrões e mesmo com precisão médica já tem os efeitos deletérios, no entanto, esses grupos tinham um viés da falsificação, o que é muito pior, muito mais grave”, afirmou.

A investigação também encontrou diferentes perfis de pessoas envolvidas na cadeia. Entre os alvos estão influenciadores, nutricionistas, biomédicos e farmacêuticos. A atuação dessas pessoas, segundo a polícia, contribuía para a divulgação e circulação dos produtos.

VIOLÊNCIA

Aluno de colégio militar é agredido

O ambiente escolar foi palco de um episódio de violência. Dois estudantes do Colégio Militar Dom Pedro II, no Setor Hípico, na Asa Sul, protagonizaram uma briga, que terminou com um dos alunos agredido e encaminhado para atendimento médico. O responsável pela agressão é filho do então comandante do Corpo de Alunos da instituição, que foi exonerado, anunciou a corporação. O aluno envolvido na violência foi expulso do colégio. O caso ocorreu em 4 de agosto.

Em nota, o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF), por meio do CMDP II, informou que tomou conhecimento do episódio e que o estudante agredido foi socorrido imediatamente. “Após o ocorrido, o aluno foi prontamente socorrido e encaminhado para atendimento médico. A instituição manteve contato com os responsáveis pelos estudantes envolvidos, e o caso foi levado à autoridade policial para as providências cabíveis.”

O CBMDF e o CMDP II reforçam que o caso está sendo tratado com atenção e responsabilidade, “respeitando o processo de apuração e, especialmente, a proteção e a privacidade dos estudantes envolvidos”, pontuou a nota. A reunião do Conselho Escolar, que ocorreria ontem, integra o processo instaurado para esclarecer o que aconteceu e avaliar as providências cabíveis. O conteúdo da reunião não seria divulgado.

Segundo informações da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF), o caso é investigado pela Delegacia da Criança e do Adolescente (DCA) como ato infracional praticado por criança ou adolescente e lesão corporal. A ocorrência foi comunicada à polícia às 21h11 do mesmo dia, após o episódio registrado por volta das 16h30. A investigação busca esclarecer as circunstâncias da agressão e as responsabilidades dos envolvidos. (DC)



SABATINA COM CANDIDATOS AO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

A força dos debates eleitorais



ESTIMULADA

Se a eleição fosse hoje e os candidatos fossem os deste cartão, em quem o(a) Sr(a) votaria para Governador do Distrito Federal?

Celina Leão



32,4%

Arruda



24%

Leandro Grass



9,8%

Ricardo Cappelli



4,3%

Paula Belmonte



3,5%

Samara Mineiro



0,9%

Kiko Caputo



0,8%

Robson Raimundo



0,5%

Nenhum/branco/nulo

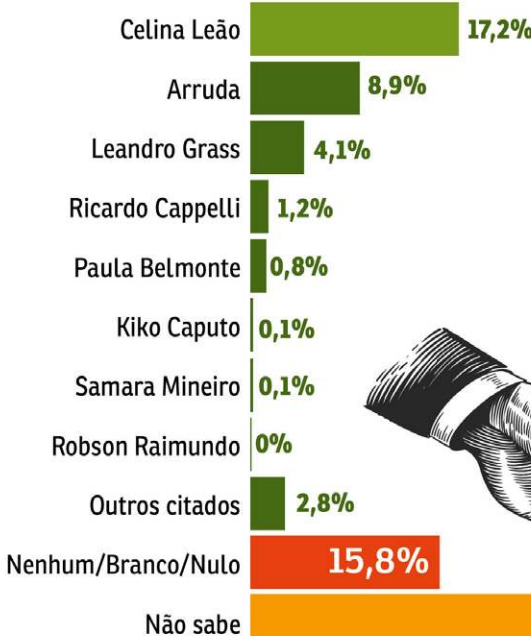
12,2%

Não sabe avaliar

11,5%

O levantamento, que abrange 31 regiões administrativas, foi a campo entre 30 de julho e 01 de agosto, de forma presencial e fez 1.109 entrevistas. O registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) tem o número DF-04077/2026. Margem de erro 3,3 pontos percentuais para mais ou para menos

Valdo Virgo/CE/D'A Press



ESPONTÂNEA

Pensando na eleição que ocorrerá este ano, se a eleição fosse hoje, em quem o(a) Sr(a) votaria para governador do DF?



» IAGO MAC CORD

Depois de ter promovido sabatina com os candidatos ao governo do Distrito Federal, o Correio realiza, em 1º de setembro, o tradicional debate, onde os postulantes ao Palácio do Buriti discutirão suas propostas e apresentarão seus planos ao eleitorado brasiliense. Será um momento importante, porque o cenário mostra-se indefinido para parte do eleitorado. Pesquisa Correio/Opinião Inteligência Política sobre o pleito de 2026 no DF aponta que 11,5% dos entrevistados (259,1 mil eleitores) ainda não escolheram em quem votarão. Isso na pesquisa estimulada. Na espontânea, o número sobe para 49% (1,25 milhão eleitores).

Segundo dados do Tribunal Regional Eleitoral (TRE-DF), o DF tem 2,56 milhões pessoas aptas a votar. Especialistas ouvidos pela reportagem reforçam que esse contingente expressivo reflete um eleitorado que aguarda o afunilamento do processo eleitoral para tomar sua decisão.

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Distrito Federal (OAB-DF), Miguel Dunshee de Abranches, enfatiza que essa fatia de indecisos demonstra que a disputa continua aberta na capital do país.

"A existência desse percentual mostra que muita gente ainda não decidiu nem se definiu por nenhuma das candidaturas postas, sendo natural que esse número oscile conforme a eleição se aproxima, como diz o próprio jargão político: a eleição é decidida no próprio dia da votação", afirma Dunshee.

Nesse contexto de indefinição, a transmissão de eventos que mostrem as ideias dos candidatos na televisão e na internet assume um papel fundamental para a consolidação dos votos na reta final do primeiro turno. O presidente da comissão ressalta a relevância democrática das sabinas e, especialmente, dos debates entre os postulantes ao governo para a construção da posição de quem ainda não escolheu seu candidato.

"O debate é de extrema importância para a convicção do eleitor. É o momento em que ele faz um juízo crítico a respeito das propostas ou das próprias características dos candidatos que mais lhe agradam ou que lhe trazem repulsa, tendo a oportunidade de ver o confronto direto e comparar as candidaturas ao vivo", analisa.

Embora considerada relevante para a transparência dos planos de governo, a presença dos concorrentes nesses eventos não é exigida pela legislação eleitoral brasileira, cabendo a cada chapa deliberar sobre sua participação. O especialista acrescenta que os líderes nas pesquisas de intenção de voto costumam fazer uma avaliação de risco entre resguardar seu capital político e enfrentar eventuais ataques dos adversários durante a transmissão.

Dunshee aponta, ainda, que o encurtamento do período de propaganda oficial para 45 dias — que

se inicia em 16 de agosto — impõe um ritmo acelerado tanto para os estrategistas de campanha quanto para a população, salientando que a velocidade na difusão de informações e o crescente interesse dos cidadãos pelos atos dos Três Poderes ajudam a equilibrar o processo, tornando o debate eleitoral mais dinâmico.

Transformações digitais

Para além do cenário da legislação e das dinâmicas de campanha, o impacto real dos debates na decisão do eleitor passa por transformações profundas na era digital. O advogado, doutor em ciência política pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Daniel Vila-Nova avalia que as definições clássicas do comportamento do eleitorado estão se reconfigurando com as novas mídias e até com a chegada da inteligência artificial.

Ele observa que, segundo pesquisas recentes, como as do Instituto Informa, mais da metade dos cidadãos aponta os debates e as redes sociais como determinantes para a sua escolha final, enquanto ferramentas de mensagem direta representam mais de 11% dessa preferência. Ele ressalta, porém, a volatilidade desse fenômeno no ambiente contemporâneo.

"A gente não pode escrever isso em pedra porque tem uma suscetibilidade muito grande e, agora com a inteligência artificial, precisamos verificar se esse fator vai servir de um elemento extra no que diz respeito à formação da convicção", afirmou.

A mudança no tom das campanhas também afeta diretamente a percepção pública. O cientista político assinala que a migração de discussões pautadas em programas de governo para ataques pessoais e apelos emocionais é um fenômeno global, presente em democracias como Estados Unidos e França, reduzindo a clareza sobre o projeto que está sendo escolhido nas urnas.

Nesse cenário de espetacularização e desgaste do modelo tradicional — onde o confronto direto faz com que os concorrentes foquem em atacar quem lidera as pesquisas —, as sabinas conduzidas por jornalistas emergem como uma alternativa para devolver a densidade ao debate público.

O desafio da informação em tempo real ganha contornos específicos com a checagem de fatos ao vivo e a fragmentação do consumo de notícias nas plataformas digitais. O especialista sublinha que o fact-checking (checagem dos fatos) é uma ferramenta valiosa, mas que não resolve de forma isolada a desinformação, uma vez que a atenção do público está voltada para cortes de vídeos, bordões e construções narrativas das próprias candidaturas.

"Mais importante do que uma virada de voto é poder esclarecer ao eleitorado quais são os programas e as premissas, pois é justamente por meio do diálogo e da conversa que o debate democrático se aprofunda e identifica pontos em comum", conclui Vila-Nova.

Lúcio Bernardo Jr/Agência Brasília



ESPORTES

correiobraziliense.com.br/esportes - Subeditor: Marcos Paulo Lima E-mail: esportes.df@dabr.com.br Telefone: (61) 3214-1176

Mirassol x LDU

O Mirassol volta a campo, hoje, às 19h, para mais um capítulo inédito de sua história. No Estádio José Maria de Campos Maia, o time recebe a LDU, do Equador, pelo jogo de ida das oitavas de final da Copa Libertadores. A equipe paulista tenta aproveitar o fator casa para largar na frente no confronto. Os dois times estiveram no Grupo G na primeira fase e terminaram com 12 pontos cada. A liderança, porém, ficou com a LDU, que levou vantagem nos critérios de desempate

LIBERTADORES Em duelo marcado por equilíbrio tático e pouca inspiração ofensiva, Cruzeiro e Flamengo empatam por 1 x 1 no Mineirão e deixam definição da classificação às quartas de final totalmente aberta para duelo de volta no Maracanã

Sem desfecho

DANILO QUEIROZ

O único confronto brasileiro das oitavas de final da Libertadores da América cumpriu os prognósticos de equilíbrio e vai para os 90 minutos decisivos totalmente igual. Ontem, Cruzeiro e Flamengo fizeram um jogo de ida, no Estádio do Mineirão, em Belo Horizonte, de muita entrega tática, embora de pouca imposição e inspiração técnica dos dois lados. Diante de defesas levando a melhor diante dos ataques, mineiros e cariocas empataram por 1 x 1. Assim, o duelo do Maracanã, no Rio de Janeiro, na próxima quarta-feira, não terá vantagem para nenhum lado.

Simpliciter, a classificação será entregue a quem vencer o duelo no Rio de Janeiro. Se houver nova igualdade no tempo regulamentar, os pênaltis entraram em cena para indicar quem segue às quartas de final. Talvez pela qualidade vista do outro lado e o cenário incipiente de definição, Cruzeiro e Flamengo conviveram com timidez ofensiva. Mesmo com o fator casa, os mineiros não conseguiram entregar imposição capaz de sufocar os cariocas. Concentrados em aproveitar os avanços em transição, o rubro-negro teve como foco central anular justamente um possível domínio celeste.

Este cenário entregou um primeiro tempo de pouca eficiência. O lance mais importante da largada do jogo, inclusive, envolve a arbitragem. Matheus Henrique solou a canela de Bruno Henrique e recebeu cartão amarelo. Os flamenguistas reclamaram enxergando margem para expulsão no lance. Antes preparado para contra-atacar, o Flamengo conseguiu anular o Cruzeiro

Douglas Magno/AFP



Mineiros e cariocas brigaram bastante por cada bola. No entanto, paridade técnica gerou um duelo de muito estudo e provocou a igualdade

com a bola no pé. Mesmo assim, Wesley perdeu oportunidade clara ao escorar mal cruzamento na segunda trave. Escolhido para começar no lugar de Pedro, Bruno Henrique desperdiçou a melhor chance dos rubro-negros ao chutar jogada de velocidade por cima. A falta de precisão forçou o zero a zero.

No segundo tempo, a individualidade fez a diferença para o Cruzeiro. Bom de drible, Arroyo deixou Samuel Lino no chão e acertou belo chute colocado. No ângulo e inapelável para Rossi: 1 x 0. O gol incendiou o Mineirão e deu margem para a Raposa estabelecer uma rara pressão. Faltou,

porém, qualidade no último passe. O Flamengo freou a empolgação azul com bola no pé e, em lance aéreo, voltou de vez para o jogo. Após cruzamento de falta na área, Léo Ortiz cabeceou no travessão e Lucas Paquetá, com apenas um minuto e 34 segundos em campo, conferiu o rebote. A parada

técnica devolveu a morosidade ao duelo. Ciente da necessidade de gerar vantagem em casa, o time celeste deu as estocadas mais perigosas. O rubro-negro esperou atrás, minimizou os riscos e deu recado claro: voltará ao Rio de Janeiro feliz com o empate e a possibilidade de definir em casa.



Miguel Schincariol/AFP

Ex-Vasco, Pablo Vegetti participou do gol de empate do Cerro Porteño

Palmeiras leva empate no fim

Uma semana depois de Abel Ferreira se gabar de que o elenco do Palmeiras vale R\$ 1,4 bilhão, o time deu uma aula do que não fazer quando se tem um investimento dessa magnitude. O empate por 1 x 1 com o Cerro Porteño, ontem, em São Paulo, pela ida das oitavas de final da Libertadores, expôs novamente as limitações alviverdes diante de adversários fechados.

O Palestra esteve a um passo de terminar o segundo jogo consecutivo sem marcar. Seria um feito inédito na temporada, apenas três dias depois do empate sem gols contra o Internacional, pelo Campeonato Brasileiro. Flaco López, aos 37 minutos do segundo tempo, fez aquele que parecia ser o gol da vitória.

Parecia. Carlos Miguel falhou novamente. Marcado pelo erro grotesco na derrota por 2 x 1 para o Atlético-MG, o goleiro engoliu um frango nos acréscimos e permitiu o empate após Pablo Vegetti, ex-Vasco, lançar-se sobre um cruzamento rasteiro. O Palmeiras ainda escapou de uma derrota mais dolorosa: o Cerro Porteño chegou a marcar antes, mas o gol foi anulado por impedimento.

Acostumado aos shows, o rebatizado Nubank Parque recebeu uma bela exibição alviverde de como não se faz com a bola. O Palmeiras teve 61% de posse, finalizou 21 vezes e acertou apenas sete no alvo. Quando não abre o placar cedo, a equipe encontra dificuldades para desmontar retrancas. Atlético-MG, Internacional e Cerro Porteño repetiram a receita: linha de cinco e bloco baixo.

Os três visitantes escancararam a falta de repertório do Palmeiras. O time abusa dos cruzamentos e encontra poucas soluções em tabelas e triangulações, algo difícil de explicar para um elenco que reúne tantos talentos.

O Palmeiras volta a campo no sábado, às 16h30, contra o Fluminense, no Maracanã. Na quarta-feira, às 19h, decide a sobrevivência na Libertadores contra o Cerro Porteño. Precisa vencer para avançar; novo empate levará a decisão para os pênaltis.

Corinthians encara o Rosario em meio à saída de Memphis

VICTOR PARRINI

Virou especialidade da casa corintiana romper com ídolos ou xodós da torcida antes de partidas sensíveis. Um dia depois de ser informado de que não terá o contrato renovado, Memphis Depay assistirá — ou não — pela TV ao duelo contra o Rosario Central pelo jogo de ida das oitavas de final da Libertadores, hoje, às 21h30, na Argentina. ESPN e Disney+ (streaming) transmitem.

A decisão caiu como uma bomba nos bastidores do futebol do clube. O presidente Osmar Stabile passou pelo Centro de Treinamento e foi embora minutos depois de uma nota oficial anunciar o fim da era Memphis no Corinthians. Assim, o elenco tomou conhecimento da decisão. Não houve tête-à-tête e gerou mal-estar e clima pesado durante as quase três horas de voo entre Guarulhos e Rosário, além de um ambiente pouco animado na chegada ao hotel.

Rodrigo Coca/Agência Corinthians



Ozagueiro Gabriel Paulista terá a missão de marcar Ángel Di María

A relação de quem vive o futebol do Corinthians no CT Joaquim Grava com a diretoria e membros que transitam pelo Parque São Jorge está longe de ser boa. Os recorrentes atrasos de salários, direitos de imagem e premiações, somados à instabilidade política e administrativa, alimentam o desconforto.

O desfecho de Memphis remete ao de Cássio, em 2024. O goleiro

era fortemente criticado, tinha a família perseguida e ameaçada nas redes sociais e pediu a rescisão antes do duelo de volta pela terceira fase da Copa do Brasil, contra o América-RN. Carlos Miguel, hoje no Palmeiras, deu conta do recado e ajudou o Corinthians a avançar.

Nove anos antes, Paolo Guerrero, autor dos dois gols corintianos na campanha vitoriosa no Mundial

de Clubes da Fifa de 2012, também viveu um fim de ciclo turbulento. A novela pela renovação se arrastou e terminou com a saída do peruano. O jogo seguinte seria “só” o clássico contra o Palmeiras, perdido por 2 x 0 pelo Campeonato Brasileiro.

Agora, o meia e capitão Rodrigo Garro tenta blindar o elenco de mais um capítulo da instabilidade. O argentino era o camisa 10 alvinegro antes de o número ser entregue a Memphis e desconvorsou quando questionado sobre a possibilidade de voltar a vestir a dezena.

“Infelizmente, não teremos Memphis conosco. É uma situação difícil e que não controlamos. Mas o futebol é assim, as coisas acontecem”, amenizou na entrevista coletiva.

O nome de Memphis não deixará de circular pelos corredores do Corinthians tão cedo. Além da dívida atual de R\$ 77 milhões em premiações atrasadas e juros, o estafé do jogador analisa cobrar na Justiça US\$ 20 milhões, cerca

de R\$ 103 milhões, referentes ao valor integral do contrato acordado e não assinado pelo presidente Stabile. Se a cobrança prosperar nos tribunais, o passivo relacionado ao holandês poderá se aproximar de R\$ 180 milhões.

O Corinthians reencontra o Rosario Central depois de 26 anos. O único confronto oficial entre os dois clubes ocorreu justamente nas oitavas de final da Libertadores de 2000. O alvinegro era o atual campeão mundial sob o comando de Oswaldo de Oliveira. Dida, Vampeta, Marcelinho Carioca, Ricardinho, Edilson e companhia chegaram à semifinal daquela edição, antes da eliminação para o Palmeiras.

O Rosario Central busca a terceira vitória consecutiva e tem em campo a liderança de Ángel Di María, campeão do mundo pela Argentina em 2022 ao lado de Lionel Messi. Nesta Libertadores, o atacante soma dois gols em cinco partidas.

SUL-AMERICANA

Trio brasileiro mira abrir vantagem nas oitavas; Galo ganha a ida

A grande parcela dos times brasileiros envolvidos nas oitavas de final da Copa Sul-Americana entram em campo, hoje, dispostos a abrir vantagens para serem administradas nos duelos de volta. Às 19h, o Vasco abre São Januário para duelar contra o Olimpia. No mesmo horário, o Santos recebe o Macará, na Vila Belmiro. Às 21h30, o Botafogo visita o Cienciano.

Vascaínos e santistas precisam enfrentar os playoffs do torneio continental e entram em campo embalados por bons resultados. O cruzmaltino tirou o Independiente Medellín, enquanto o Peixe despachou a Universidad Central. Nas ocasiões, porém, os dois definiram em casa. Agora, o apoio da torcida vira trunfo para os times construir placares positivos.

Líder nos grupos, o Botafogo ganhou um respiro no calendário e não atuou pelos playoffs. Diante do Cienciano, o Glorioso terá o benefício de definir a classificação às quartas de final com a força como mandante. O risco está em atuar no Garcilaso de la Vega. Os peruanos tiraram o Lanús devido a um 4 x 0 aplicado no estádio de Cuzco, com vantagem de altitude de 3.350 metros.

Atlético sai na frente

Em Bragança Paulista, a vantagem no jogo de ida das oitavas de final da Sul-Americana foi do time visitante. O Atlético-MG não se intimidou à atmosfera do Cícero Marques de Souza e bateu o Braganantino, por 1 x 0. O gol de Cuello dá aos mineiros o direito de empatar a partida de volta para avançar.



Raul Barreira/Santos

Neymar voltará a ser titular de Cuca em um jogo internacional do Santos

ESPORTES

SÉRIE D Conheça Victor Santana e Osmair, os dois ex-jogadores que não deixam o técnico Luis Carlos Souza caminhar sozinho na missão de catapultar o Gama para a terceira divisão após 16 anos na fila

Parceiros fora de série

RAFAEL LINS*

Hino do Liverpool, “You’ll Never Walk Alone!” (Você nunca caminhará sozinho), famoso na voz de Gerry and the Pacemakers, serve de trilha sonora para o trabalho de Luiz Carlos Souza no Gama. A três dias do duelo de volta com o São José-RS no Bezerrão, domingo, às 16h, pelas quartas de final da Série D do Campeonato Brasileiro, o técnico não é solitário. Cerca-

do de profissionais leais na temporada em que pode levar o bicampeão do Distrito Federal de volta à terceira divisão nacional, ele conta com dois ex-jogadores de confiança. O assistente Victor Santana e o preparador de goleiros Osmair, ambos com bagagem no futebol candango, são dois dos homens de confiança do dono da prancheta alviverde.

A excelente fase do camisa 1 Renan Rinaldi está diretamente ligada a Osmair. Campeão da segunda divisão do Candangão com o Sobradinho em 2003 e da elite pelo Brasiliense em 2009 como goleiro, ele era o preparador dos donos da trave do Leão da Serra na conquista doméstica de 2018 e se firmou na profissão escolhida depois da aposentadoria. “Ser preparador de goleiros é uma profissão pela qual sempre fui muito apaixonado e que nunca tive dúvidas de que queria seguir. Primeiro, como atleta, sempre procurei dar o meu máximo e ser um profissional correto e dedicado. Quando encerrasse a carreira, já sabia que queria ser treinador de goleiros. Hoje, não me imagino exercendo outra profissão. É algo que amo e que faz parte da minha vida”, conta Osmair em entrevista ao Correio.

Sob a orientação de Osmair, o goleiro Renan Rinaldi foi decisivo nos pênaltis contra o Porto Velho na segunda fase da Série D e o América-RN nas oitavas. Por trás do êxito abaixo do travessão está justamente quem conhece muito da posição no quadrado da capital.

Osmair passou por vários clubes candangos, mas o coração é alviverde desde o tempo de jogador. “Voltar ao Gama é motivo de muita alegria e orgulho. Poder reviver momentos únicos que vivi como atleta e, agora, retornar como treinador de goleiros, fazendo parte dessa história e contribuindo para colocar o Gama em condições de disputar o acesso à Série C me deixa ainda mais confiante no trabalho que está sendo realizado”, agradece.

No sábado passado, houve empate por 1 x 1 no Estádio Passo

Filipe Fonseca/SEG



O assistente Victor Santana (E) e o preparador de goleiros Osmair: homens de confiança do técnico alviverde têm influência na bela campanha

»Acabou o ingresso

Ontem, o clube informou que os 16.400 bilhetes autorizados pelo laudo da Polícia Militar do DF para a partida de domingo estão esgotados. A torcida alviverde adquiriu os bilhetes em menos de 48 horas. As diretorias do Gama e do São José combinaram a troca de 40 ingressos cortesia no camarote do Bezerrão.

d’Areia, em Porto Alegre, no primeiro duelo das quartas de final. O sobrevivente no domingo se classificará automaticamente para a Série C. O perdedor terá mais uma chance na repescagem. Empate no tempo regulamentar forçará a disputa por pênaltis para apontar quem sobe.

“O clube vem trabalhando de forma muito correta, com os pés no chão, tratando os profissionais com muito respeito e dignidade, dando todas as condições necessárias para que cada um possa exercer o melhor trabalho. Sabemos que ainda não conquistamos nada, mas temos uma grande oportunidade de colocar o Gama novamente na Série C,

e, quem sabe, voltar ao lugar que, na minha opinião, nunca deveria ter saído: a Série A.”, vislumbra Osmair. Reserva do Gama na temporada de 2004, Osmair era o titular alviverde em 7 de abril daquele ano, quando a equipe candanga eliminou o Botafogo da Copa do Brasil no Maracanã na segunda fase e avançou às oitavas de final do mata-mata nacional para enfrentar o Palmas.

Victor Santana

A sintonia de Osmair com o assistente Victor Santana é outro trunfo do Gama. Em 2018, eles trabalharam juntos na campanha

Filipe Fonseca/SEG



do título do Sobradinho no Candangão. Victor no papel de técnico do Leão da Serra, Osmar no cargo de preparador de goleiros. À época, Michael brilhou na decisão por pênaltis e garantiu o tricampeonato alvinegro.

“A relação que nós temos é muito boa. De amizade, respeito e muito profissionalismo. Existe uma co-brança grande entre nós, mas isso tudo é para o nosso crescimento e sou muito grato por estar com eles”, disse Victor Santana ao **Correio**. Em 2018, ele se tornou o primeiro e único técnico nascido no DF a levar time da capital ao título do Candangão pelo Sobradinho.

Formado nas divisões de base do Gama, Victor Santana tem um carinho ainda mais especial pelo clube. “Eu e o Osmair somos grandes amigos porque jogamos juntos em 2004 no Gama. De lá para cá, a amizade só cresceu. Com o Luiz (Carlos Souza), joguei algumas vezes contra os times que ele comandava, e aí sempre tivemos um bom relacionamento. Quando

virei treinador nos enfrentamos algumas vezes”, conta Victor.

A admiração era mútua. “Eu sempre falei que era muito bom enfrentá-lo porque tinha que quebrar a cabeça para armar otime contra o dele. Quando começamos o trabalho no ano passado, ele me disse que era para a gente ter trabalho juntos, mas nunca dava certo. Fiquei muito feliz quando fui convidado no ano passado porque iniciei a carreira no Gama. Passei por todas as divisões: Série A, B, C e retornando para a B em 2005. Agora, tenho orgulho de participar desse grande objetivo do clube”, emociona-se Victor Santana.

Ele admite a “pressão” do treinador. “Com o Luiz, você tem que estar ligado o tempo todo e em cada detalhe. Ele fica acelerado”, testemunha. “Espero que o nosso obbjetivo seja alcançado. Ele é um treinador fora da curva, um ser humano incrível também. Aquela cara de bravo engana às vezes”, brinca o braço direito do comandante alviverde.

BASQUETE

Maurício Moreira/Pato Basquete



Dedé Barbosa está ativo no mercado de transferências

Brasília forma o novo elenco

RAFAEL LINS*

Após uma temporada mágica, o Brasília Basquete vem se reforçando para mais um ano de NBB. Na última edição do torneio, a equipe da capital chegou até as semifinais e teve a terceira melhor campanha entre todas as franquias da competição. Agora, o time começa a pré-temporada de olho no mercado, após sofrer perdas relevantes no plantel. A temporada 2026/27 do NBB começa em 17 de outubro e 18 clubes confirmaram presença.

A última temporada para o Brasília Basquete coroou uma equipe que sempre ficará na memória do torcedor candango. Foi a melhor campanha após o tricampeonato entre os anos de 2009 e 2012. Comandados pelo experiente Dedé Barbosa, jogadores como Brunão, Corvalan, Van Hoyadin, Paulichi e Buiú lideraram o clube até as semifinais, quando caíram diante do campeão Franca.

Do quinteto titular montado por Dedé Barbosa, três jogadores se despediram do Brasília ao término da temporada. Peça fundamental, o argentino Facundo Corvalan não renovou com o clube e jogará no basquete italiano. Van Hoyadin e Paulichi também saíram da equipe para defender as cores do Mogi Basquete. Dos jogadores importantes na última campanha, Buiú, Brunão, Lucas Lacerda e Kevin Crescenzi ficarão para essa temporada.

Com as perdas importantes, Dedé Barbosa foi ao mercado e optou por trazer jovens promessas do basquete nacional. Até o momento, são sete contratações para o novo plantel. Entre elas, Kauan Raymundo, destaque pelo corinthians na última temporada, chegou a Brasília. Campeão pelo Franca, Zú Júnior também fará parte da equipe.

Importados, o haitiano Jental Cylla chegou do basquete indonésio. Vindo das Bahamas, o pivô Lathaniel Batian também desembarcou em Brasília para a temporada. Para fechar o pacote de gringos, Martín Fernández é aposta para suprir a vaga do compatriota argentino Facundo Corvalan.

Fechando os reforços, contratado junto a Caxias, Augusto chegou à equipe para exercer a função de armador. Por fim, o jovem Emanuel Maurício chega ao plantel de Dedé Barbosa após disputar o NBB pelo Bauru.

O Brasília Basquete não tem amistosos marcados para a pré-temporada. Nos meses de junho e julho aconteceu a Liga Nacional de Basquete. A equipe da capital utilizou o time B e promoveu destaques do torneio para o elenco principal. As promessas Guga, Matheus Paiva, Arthur e Ariel estarão no plantel de Dedé Barbosa para a temporada.

* Estagiário sob supervisão de Marcos Paulo Lima

SUPERCOPA DA UEFA

PSG abre a temporada europeia com título

Pela oitava edição seguida, o título da Supercopa da Europa termina com o ganhador da Champions League. Desta vez, com um bicampeão. Detentor do troféu, o Paris Saint-Germain desbancou mais um rival inglês para largar a atual temporada como a passada, dando a volta olímpica. Ontem, fez 2 x 1 em um empolgado Aston Villa, em Salzburg, na Áustria, repetindo o feito de 2025, quando bateu o Tottenham nos pênaltis.

Escolhido pelos companheiros de PSG para ser o candidato do clube à Bola de Ouro da

temporada passada, Kvaratskhelia abriu o marcador na Red Bull Arena. O jovem Madjo deixou tudo igual ainda na primeira etapa para os vencedores da Europa League. Doué decidiu, após segundos de apreensão, com o VAR validando seu gol, inicialmente anulado por impedimento pelo auxiliar.

Foi a 13ª taça da forte equipe francesa sob o comando do espanhol Luis Enrique. Para o capitão Marquinhos, um feito difícil de ser somado no planeta. No PSG desde 2013/2014, o brasileiro somou sua 40ª taça no clube e a

Franck Fife/AFP



PSG começa a temporada 2026/27 com o bom e velho futebol eficiente

43ª da carreira, superando o lateral-direito Daniel Alves, que tinha 42. Apenas o argentino Messi, com 46, tem mais conquistas.

Atual detentor da taça da

Supercopa, o bicampeão da Liga dos Campeões entrou em campo em Salzburg como favorito e com suas principais estrelas escaladas, exceção de Dembélé, no banco de

reservas. Luis Enrique já havia dito na véspera que utilizaria os titulares pela primeira vez, pregando total respeito à disputa que abre a temporada europeia.

Do lado inglês, de olho em uma taça que ergueu no longínquo ano de 1982, o técnico Unai Emery tinha uma equipe bastante modificada e com o volante brasileiro João Gomes entre os titulares. A principal ausência era o goleiro argentino Dibu Martínez, descansando após o vice da Copa do Mundo diante da Espanha.

Banido de apitar na Copa do Mundo, o árbitro somali Omar Artan foi o escolhido pela Uefa para a decisão, após a frustração de ser impedido de entrar nos Estados Unidos, como reconhecimento de sua excelência na profissão. O convite foi feito antes do torneio disputado na América do Norte.

HOLANDA

Um dia após a inesperada recusa de Arne Slot, a Real Associação Neerlandesa de Futebol (KNVB) surpreendeu e anunciou o novo treinador até a Copa do Mundo de 2030. Campeão em 2010 pela Espanha, o ex-meia Xavi Hernández assume a vaga deixada por Ronald Koeman. “Pode-se dizer que sou um pouco filho do futebol holandês”, disse.

SÃO PAULO

O São Paulo arrisca sofrer um transfer ban da Agência Nacional de Regulação e Sustentabilidade do Futebol (ANRESF), responsável pelo fair-play financeiro no Brasil. O clube diz que tem encaminhado um acordo para evitar a sanção. Seria a primeira aplicação de pena pelo não pagamento de uma dívida desde o início do regulamento.

FERNERBAHÇE

O Fenerbahçe anunciou, ontem, a chegada de um importante reforço para a temporada. Aos 33 anos, o centroavante belga Romelu Lukaku desembarca para jogar no futebol da Turquia após uma passagem de duas temporadas no Napoli. O clube turco desembolsou pouco mais de 5 milhões de euros (R\$ 34,5 milhões).

MESSI

Lionel Messi publicou emocionante carta de despedida do pai nas redes sociais. O craque argentino homenageou Jorge Messi, que faleceu na última sexta-feira, aos 68 anos. Em um longo texto, o atacante revelou o drama que viveu durante a Copa do Mundo e descreveu como foi sentir a ausência de seu pai durante os jogos.

TÊNIS

Os brasileiros Orlando Luz e Rafael Matos se classificaram, nesta quarta-feira, para a decisão da chave de duplas masculinas do Masters 1000 de Montreal, no Canadá. Para avançar à final, a parceria do Brasil bateu os argentinos Francisco Cerúndolo e Tomás Etcheverry por 2 sets a 0, parciais de 6/4 e 7/6 (9/7).

BASQUETE

Russell Westbrook é mais uma lenda a anunciar a despedida da NBA. Ontem, o jogador de 37 anos revelou a aposentadoria após 18 temporadas. Em vídeo divulgado nas redes sociais com narração do ator Michael B. Jordan, o dono de 209 triplos-duplos decretou o fim da carreira vestindo a camisa do Sacramento Kings.

HORÓSCOPO

www.quiroga.net // astrologia@oscarquiroga.net

POR OSCAR QUIROGA

Data estelar: Mercúrio e Vênus em sextil. Usa tua inteligência para administrar as complicações que te atordoam, e se algo ou alguém te convenceu de que tua inteligência seja inferior, essa é apenas uma narrativa, não há nada parecido com inteligência superior ou inferior, há apenas a boa ou má vontade de a utilizar. Inteligência é perceber, desejar, agir e integrar tudo isso em tua presença, e qualquer pessoa pode fazer isso, desde que tenha a boa vontade de participar ativamente dos eventos existenciais em vez de se esconder da vida porque o medo a intimida. Ninguém está livre do medo, não se trata de abandonar esse sentimento, mas de termos confiança no ardor que sentimos no coração e que nos motiva a nos lançarmos à aventura existencial em busca de experiências que satisfaçam nossa percepção, desejo e capacidade de agir.



ÁRIES
21/03 a 20/04

Passar bons momentos há de ser um exercício independente das circunstâncias, porque se você só puder se sentir bem num cenário favorável, então nunca terá as rédeas do destino em suas mãos. Seria uma pena.



TOURO
21/04 a 20/05

Os bons sentimentos que levam sua alma a pretender compartilhar auspícios hão de ser tratados com bom senso, porque, você sabe, as pessoas costumam se deixar levar por sentimentos negativos, tais como a inveja.



GÊMEOS
21/05 a 20/06

Os bons pensamentos precisam ser ancorados na consciência, porque de preocupações e ansiedades a mente está garantida. Momentos como o atual, em que a visão otimista se abre com força, costumam ser bastante raros.



CÂNCER
21/06 a 21/07

Fazer o bem compensa, talvez não de imediato, mas ao longo do tempo vai trazendo resultados virtuosos, e muito provavelmente não de forma direta, mas através de canais inusitados. É o mistério da vida em ação.



LEÃO
22/07 a 22/08

Apesar dessas pessoas que vivem contrariando você, mantenha seu coração ardendo de virtudes que sejam compartilhadas com as pessoas que as sabem apreciar e aproveitar. Há pessoas do bem que sabem apreciar as virtudes.



VIRGEM
23/08 a 22/09

Esses pensamentos maravilhosos que você não compartilha, seja por pudor ou por temor de que pessoas mal intencionadas os copiem, estão amadurecidos o suficiente para, logo mais, se transformarem em atitudes concretas.



LIBRA
23/09 a 22/10

A generosidade é fundamental, mas do jeito que andam as coisas no mundo, é um arriscada também, porque as pessoas costumam interpretar a manifestação das virtudes como um sinal de vulnerabilidade que devem explorar.



ESCORPIÃO
23/10 a 21/11

O prestígio é um patrimônio invisível, mas de efeitos evidentes, porque as pessoas o reconhecem, é como uma aura que acompanha você a todos os lados. Invista em construir esse patrimônio através de bom desempenho.



SAGITÁRIO
22/11 a 21/12

O futuro é mais atraente do que o presente, e vale a pena você se dedicar a aproximar suas visões do que acontece atualmente, mesmo que para isso você tenha de aguentar a incompreensão das pessoas próximas.



CAPRICÓRNIO
22/12 a 20/01

Coloque em prática a boa vontade, porque se essa ficar só no sentimento ou na teoria, então se transforma rapidamente em má vontade. Combata a preguiça, porque todo sacrifício na atualidade renderá bons frutos.



AQUÁRIO
21/01 a 19/02

As pessoas boas existem e estão por aí, muito mais próximas do que pode parecer a você, mas como são vulneráveis à exploração daquelas que são mal intencionadas, elas não se manifestam abertamente. Porém, estão por aí.



PEIXES
20/02 a 20/03

Arrume suas coisas e faça tudo com carinho, sem importar que pareçam questões sem importância, comparadas com seus grandes sonhos. Todo grande caminho começa com um pequeno passo e com muita manutenção. É isso.

LITERATURA

Nova desordem mundial

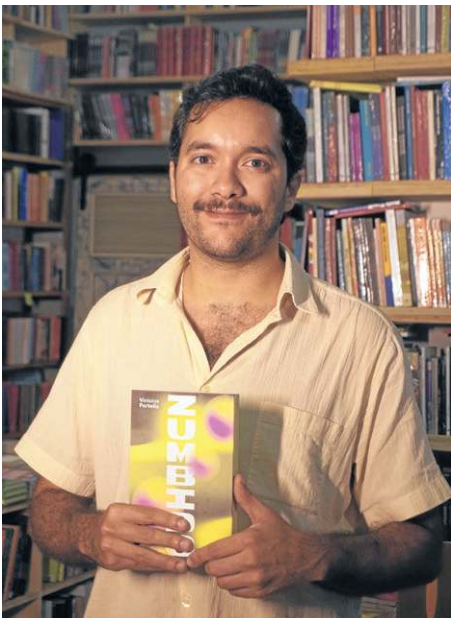
» JOÃO PEDRO ALVES*

Pesquisadores de várias partes do mundo, intrigados com um transtorno auditivo que se intensifica em determinadas regiões, organizam congressos para debater o fenômeno alarmante. É assim que uma professora de Minas Gerais e um engenheiro estadunidense, protagonistas do romance *Zumbido*, de Vinícius Portella, se conhecem. O lançamento do livro é amanhã (14/8), às 19h, na Livraria Platô.

Situada entre a literatura fantástica e a ficção científica, a narrativa descreve eventos atípicos em cinco zonas do planeta, mas se concentra no que transcorre na cidade de Ressaquinha, próxima a Brumadinho e Mariana, localização importante para entender o mal que acomete a humanidade. Da tentativa de se investigar as causas do *Zumbido*, emergem questões políticas que envolvem mineração e geoengenharia.

Para o autor, o zumbido funciona como símbolo do senso de perturbação e da ansiedade ambiental, temáticas contemporâneas cada vez mais presentes na literatura. “Essa situação ficcional acaba evocando elementos da nossa experiência atual. Em especial, o sentimento de crise planetária que apenas alguns levam a sério”, comenta Portella. A obra também coloca em evidência choques de discursos e interpretações a respeito das crises, como observou-se na pandemia.

Formado em direito pela Universidade de Brasília, Portella publicou o primeiro romance durante a graduação, em 2010. O mestrado e doutorado em literatura colaboraram para o projeto estético que, segundo ele, começou a ser germinado desde cedo. “Foi bom ter estudado direito, me deu algumas noções importantes, mas



Murilo Jardim

Ficção de Vinícius Portella apresenta cenário de crise na humanidade

ZUMBIDO

Lançamento de *Zumbido*, de Vinícius Portella, amanhã (13/8), às 19h, na Platô Livraria (Asa Sul CLS 405 Sul Bloco A).

minha breve experiência me deu certeza de que eu odiaria trabalhar com aquilo o resto da minha vida.”

A empreitada na literatura originou cinco livros, que são duas coletâneas de contos e, agora, o terceiro romance. “Para mim, as ideias costumam chegar com algo da sua forma sugerida. Contos costumam ter premissas mais sintéticas e concentradas. No caso do *Zumbido*, desde o início queria voltar a fazer um romance e senti que a premissa tinha suficiente pano para manga.”

***Estagiário sob a supervisão de Severino Francisco**

TANTAS Palavras

POR JOSÉ CARLOS VIEIRA

SEM SAÍDA

Perder sem antes ser
Partir sem chegar ainda
Sumir sem surgir de fato
Ir sem os olhos da volta
Morrer ainda embrião

Trapaças vis do coração...

Noélia Ribeiro

ESTA SEÇÃO CIRCULA DE TERÇA A SÁBADO/ CARTAS: SIG, QUADRA 2, LOTE 340 / CEP 70.610-901

SUDOKU

6				4				3
			6					
	8		7		2			
							8	
2			1			6	5	
		6		5	3	9		
	2					4		7
7					8			
5					1			

Grau de dificuldade: médio

www.cruzadas.net

CRUZADAS

Registra a jornada de trabalho	↙	Dilatação de artéria (Patol.) A formação do voo das andorinhas		↘	Oceano, em inglês	Ibrahima Konaté (fut.) Um (?): uma obrigação ou uma necessidade (ing.)	↗	Cadela famosa do Cinema
↗		↘			↘	↘		↘
Diz-se do período pós-pandemia		(?) Sater, parceiro de Renato Teixeira	↗					
Que respeitam opiniões alheias		↘	Alface, em espanhol			Rede de saúde (sigla) Sal (Quim.)	↗	
↘						↘		
Faz manobra com a moto	↗					Ácido de cosméticos para o rosto (sigla)		
O mais leve dos metais (símbolo)	↗		A região dos mortos (Espirit.)		Cuidado, em inglês Derrubei (aeronave)	↗		
↗			↘		↘			Agência dos planos de saúde (sigla)
Cantor e compositor de "Admirável Gado Novo"		Laboratório (abrev.)	↗			Procura minuciosa	↗	
↗						↘	Órgão do futebol argentino (sigla)	
Rua, em francês	↗			Lavra infração (jur.)				
↗			↘					
Marcam o fim de cursos universitários		Gemido de dor (pl.) Regula o comércio entre países (sigla)		↗			Acidente Vascular Cerebral (sigla)	(?) Babá, herói de conto árabe
Que se pode reunir ou juntar		Orlando Teruz, pintor carioca	↗		(?) Rosset, ator e diretor teatral	↗	↘	↘
↗								
(?) Isaac, ator de "Duna" (Cin.)	↗					Série policial da TV dos EUA	↗	

BANCO — rua — 4/care — must — 5/ocean — oscar — 6/lasissie — 7/lechuiga — 10/novo normal — 15

© Ediouro Publicações — Licenciado ao Correio Braziliense para esta edição

DIRETAS DE ONTEM

M			C	O		P
S	U	B	S	T	A	N
A	L	V	O	I	E	O
L						
T	N	A	R	R	A	D
M	A	N	I	A		D
R	U	A		A	I	I
D	E	S	B	A	N	C
S						A
T	E	C	L	A	E	R
I						B
A	S	P	A	S		C
B	O	I				S
R	O	M	P	E	R	R
I		A	P	O	S	B
G	U	A	R	D	A	C
						O
						S

SUDOKU DE ONTEM

5	7	8	1	3	9	4	2	6
2	1	6	7	4	5	3	8	9
9	4	3	8	2	6	1	5	7
1	5	4	3	7	2	6	9	8
3	9	2	6	5	8	7	4	1
8	6	7	4	9	1	2	3	5
6	2	9	5	1	4	8	7	3
7	8	5	2	6	3	9	1	4
4	3	1	9	8	7	5	6	2

ASSINE COQUETEL

E SE DIVIRTA ONDE ESTIVER!

Receba suas revistas favoritas no conforto da sua casa.

Desafio

Fácil

CACA PILAVAS

Criptão

Picote

Assine agora

Assine depois

www.assinecoquetel.com.br

Siga a gente nas redes sociais: coquetel editoraCoquetel

Diversão&Arte



» NAHIMA MACIEL

Voltar ao teatro no qual nasceu foi motivo de celebração para a Orquestra Sinfônica do Teatro Nacional Cláudio Santoro. Desde a reinauguração da Sala Martins Pena, a sinfônica voltou a se apresentar na tradicional casa e trocou as terças-feiras, dia fixo de concerto durante mais de duas décadas, pelas quintas-feiras. Amanhã, os músicos sobem ao palco para um repertório dedicado a celebrar o Equador. “A Martins Pena reformada teve um ganho substancial em relação à versão original da sala, a acústica melhorou, a acessibilidade melhorou, muitas coisas ficaram bem melhores para que a orquestra tivesse um resultado aperfeiçoado do trabalho”, garante o maestro Claudio Cohen, à frente da formação desde 2011. Foram 10 anos longe do palco tradicional da Sala Villa-Lobos, na qual costumava se apresentar. Durante esse tempo, a Orquestra se apresentou em outros palcos, como o do Teatro Pedro Calmon, Cine Brasília, Museu Nacional da República, Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Teatro Plínio Marcos e Teatro dos Bancários.

Amanhã, o Concerto Equatoriano traz o maestro convidado Davit Harutyunyan com um repertório que tem Andarele — *Tradicional afroesmeraldeño*, de Gonzalo Benítez, *Concerto para violino e orquestra*, Piotr Ilyich Tchaikovsky, e as *Bachianas nº 7* de Heitor Villa-Lobos.

O solista da noite será o violinista Santy Abril. “A gente passou esses anos buscando repertórios desafiadores e minha maneira de encarar a temporada é trabalhar com a diversidade, porque Brasília é a

cidade da diversidade, são mais de 130 embaixadas e pessoas do mundo inteiro. Nossa população pede um pouco dessa diversidade. Então, trabalhamos com repertório diversos”, explica o maestro.

Agosto será um mês de concertos das nações. No próximo dia 20, será a vez da Polônia, com o maestro Pawel Przytocki. “Ao longo dos anos, as embaixadas mostram interesse e trazem artistas, então vamos trabalhando essas parcerias no intuito de trazer essa música para população geral e para a orquestra. É muito das oportunidades que vão sendo criadas. Em tempos de orçamentos limitados, as parcerias são fundamentais”, diz o maestro. Em 27 de agosto, a orquestra celebra a cantora brasileira Manuela Korossy, recém-formada em canto lírico na The Julliard School, de



Joel Rodrigues/Agência Brasília

Maestro Claudio Cohen: tempo para realizar parcerias

Nova York, uma das escolas de música mais importantes dos Estados Unidos. Manuela vai cantar árias de óperas como *O Trovador* e *A força do destino*, de Giuseppe

Verdi, *Madame Butterfly* e *Manon Lescaut*, de Giacomo Puccini, e *Carmen*, de Georges Bizet. “Manuela é a primeira cantora lírica brasileira formada na Julliard”, garante Cohen.

O orçamento é apertado, mas o maestro explica que as condições de trabalho da orquestra melhoraram nos últimos anos. “Houve um avanço significativo do ano passado para cá, porque houve uma negociação onde ganhou novas gratificações e melhorias salariais. Hoje, entendo que nossa orquestra é uma das mais bem pagas do Brasil, uma coisa que a orquestra alcançou e que foi importante”, explica o maestro, ao lembrar que os integrantes da sinfônica são servidores públicos regidos pela Lei 8.112/90. A formação conta hoje com 75 músicos, mas a previsão é para 118 profissionais. O último concurso

foi realizado em 2014 mas, de lá para cá, muitos integrantes se aposentaram. “A orquestra está bem renovada. Em 2018, contratamos 25 músicos novos, mas muitos estavam na linha da aposentadoria, então ficou elas por elas no fluxo de entrada e saída”, diz o maestro. “Tem um concurso em tramitação na Secretaria de Cultura, no qual estariam autorizadas 40 vagas para contratação de músicos. Uma vez realizado esse concurso, a orquestra vai ter um up-grade em nível de excelência bem importante.”

No entanto, os cortes no orçamento do Governo do Distrito Federal (GDF) indicam, também, cortes de gastos em áreas como a cultura. No início da semana, a governadora Celina Leão havia declarado o cancelamento do Festival de Brasília do Cinema Brasileiro, embora tenha voltado atrás na noite de segunda-feira. O salário inicial médio para o músico que chega à orquestra por meio do concurso público é, segundo Claudio Cohen, de R\$ 20 mil. “O que a gente precisa agora é de orçamentos para ações especiais que são artistas convidados e projetos especiais como óperas, balés”, garante.

À frente da OSTNCS há 15 anos, Cohen acredita que é normal a permanência dos regentes por tanto tempo à frente de uma formação. “Isso é muito variável, tem orquestras que os maestros ficam muitas décadas, (Isaac) Karabchevsky ficou quase 30 anos (à frente da OSB). Isso depende muito porque uma orquestra é um projeto de longo prazo, não de curto prazo, e a troca constante não é boa porque você tem uma linha de trabalho”, afirma o regente, que entrou para a sinfônica como violinista em 1979, ano em que Claudio Santoro fundou a OSTNCS.

PROGRAMAÇÃO DA OSTNCS EM AGOSTO

Amanhã, às 20h, na Sala Martins Pena

Concerto Equatoriano

Andarele - Tradicional afroesmeraldeño (Gonzalo Benítez)

Concerto para violino e Orquestra (P.I.Tchaikovsky), com o

solista Santy Abril (violino)

Bachianas no.7 (Heitor Villa-Lobos)

La Despedida (Guerardo Guevara)

Maestro: Davit Harutyunyan

DIA 20 DE AGOSTO, ÀS 20H, NA SALA MARTINS PENA

Concerto das Nações — Concerto Polonês

Eternal Songs — Poema Sinfônico (Mieczyslaw Karłowicz)

Concerto para Orquestra (Witold Lutoslawsky)

Maestro: Pawel Przytocki

Dia 27 de agosto, às 20h, na Sala Martins Pena

Ópera em concerto

Pace pace mio dio, de A força do Destino (Giuseppe Verdi)

D'amor sull'ali, de O Trovador (Giuseppe Verdi)

Come serenamente, de Lo Schiavo (Carlos Gomes)

Un bel dì vedremo, de Madame Butterfly (Giacomo Puccini)

Sola, perduta abbandonata, de Manon Lescault (Giacomo Puccini)

Ave Maria, de Otello (Giuseppe Verdi)

Habanera, de Carmen (Georges Bizet)

Fledermaus (Morcego) (Johann Strauss)

Sinfonia no.4. "Italiana" (Felix Mendelssohn)

Solista: Manuela Korossy

Maestro: Claudio Cohen



Fotos: Divulgação



Compromisso com a Justiça

Ana Maria Campos
Maria Eduarda Lavocat

O caderno *Direito & Justiça* consultou os 11 candidatos ao Governo do Distrito Federal sobre as propostas para a área de Justiça. Eles têm um ponto em comum: a defesa de uma atuação do Executivo em cooperação com o Judiciário, o Ministério Público e a Defensoria Pública, sem interferência na autonomia das instituições.

Entre as medidas apresentadas estão o fortalecimento e a descentralização da Defensoria, a ampliação da mediação e da conciliação, a digitalização de serviços e processos e a criação de estruturas para levar orientação jurídica às regiões mais vulneráveis.

As diferenças aparecem nas prioridades. Enquanto parte dos candidatos concentra as propostas no acesso à Justiça e na prevenção de conflitos, outros destacam o sistema penitenciário, a

ressocialização de presos, o combate à violência contra as mulheres e o uso de tecnologia. Há ainda propostas de mudanças mais profundas no funcionamento do sistema de Justiça, como a eleição de magistrados e a substituição do STF por uma corte constitucional com ministros eleitos, defendidas pelo candidato do PCO.

Entre as iniciativas citadas estão postos itinerantes e Casas de Direitos e Cidadania, expansão do atendimento da

Defensoria nas regiões administrativas, mutirões para acelerar processos, redes de mediação comunitária e ferramentas digitais para acompanhar demandas. As respostas também convergem em um diagnóstico: quando o governo resolve problemas administrativos de forma mais rápida e eficiente, reduz a necessidade de o cidadão recorrer à Justiça. A cooperação entre os Poderes e órgãos de Justiça também é apontada pelas próprias instituições como importante para aprimorar os serviços públicos no DF.



Veja o que eles propõem

Celina Leão (PP)

Fotos: Ed Alves CB/DA Press

O governo sempre atuará no sentido de apoiar a Justiça naquilo que for necessário e dentro de suas possibilidades jurídicas e econômicas. Vamos modernizar o sistema penitenciário e fortalecer a Polícia Penal, incorporando tecnologias de controle, fiscalização e inteligência para impedir comunicações ilícitas. E assim aumentar a segurança das unidades e evitar que estabelecimentos prisionais sejam utilizados como centros de comando de organizações criminosas. Trabalharemos no sentido de promover a ressocialização dos presos através da Funap, além de darmos todo o suporte aos órgãos de Justiça.

A ação do governo na Justiça sempre será articulada e integrada pelos diferentes órgãos administrativos. Com essa articulação institucional se diminui a judicialização. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por exemplo, já tem um acordo com a Justiça para diminuir o número de ações e promover a celebração de acordo. Já temos e vamos ampliar a criação de Núcleos de conciliação de processos estruturais que vem dando muito certo, como foi o caso da discussão em torno da abertura de creches que encerrou a fila e que contou com a presença do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Do mesmo modo, pretendemos que a Secretaria de Saúde atue cada vez mais sintonizado com a Justiça no núcleo setorial que já vem



atuando. Enfim, sempre buscaremos uma parceria efetiva com a Justiça para garantir os direitos dos cidadãos e melhorar o atendimento à população.

Elisson Ferreira (Agir)

O Governo do Distrito Federal não deve interferir na autonomia do Tribunal de Justiça, do Ministério Público ou da Defensoria Pública, mas pode contribuir para que a Justiça chegue mais rápido à população. O primeiro passo é o próprio Executivo cumprir a lei, responder no prazo, digitalizar processos e evitar que conflitos administrativos se transformem desnecessariamente em ações judiciais.

Nosso plano de governo, estruturado em 36 eixos, atribui à Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos uma missão clara: fortalecer a defesa do consumidor, os direitos humanos, a cidadania, a liberdade religiosa, a proteção das minorias, a mediação de conflitos, as políticas antidrogas e o sistema socioeducativo. Também vamos regionalizar o acesso à orientação jurídica por meio das Estações de Cidadania Social e dos Núcleos AGIR Inclusão, reunindo documentação, assistência social e acesso a direitos para famílias vulneráveis e pessoas com deficiência. Na regularização fundiária, propomos uma força-tarefa permanente, assistência técnica



e jurídica gratuita, atendimento itinerante, a Central Território Legal e o acompanhamento digital de cada processo. Com o Governo de Vidro, contratos, decisões, prazos e responsáveis serão transparentes, fortalecendo a prevenção e o combate à corrupção. Nossa contribuição será construir um Executivo que coopere com as instituições, previna conflitos e não obrigue o cidadão a peregrinar para ter seus direitos reconhecidos. Justiça de verdade é a que chega à ponta: mais próxima, mais simples, mais rápida e igual para todos.

José Roberto Arruda (PSD)

O DF possui ampla capacidade instalada nas áreas de justiça, cidadania, assistência social, segurança, direitos humanos e mediação. O desafio não consiste simplesmente em criar novas estruturas, mas em integrar essas capacidades, aproximá-las das pessoas e garantir que cada cidadão encontre a solução adequada no menor tempo possível. O governo atuará como coordenador e catalisador dessa rede, respeitando integralmente a autonomia das instituições do Sistema de Justiça e construindo mecanismos permanentes de cooperação com a Defensoria Pública, TJDF, MPDFT, OAB/DF, universidades, cartórios, organizações sociais e comunidades.



Entre as ações, estão a Rede Móvel Integrada de Cidadania — Justiça e Serviços Perto de Você, que consiste em implantar atendimento público itinerante permanente nas regiões de maior vulnerabilidade e demanda reprimida, utilizando unidades móveis e estruturas comunitárias existentes para reunir, em um único ponto, serviços como documentação, Na Hora e orientação jurídica. Todos os atendimentos serão integrados ao GDF na Palma da Mão, permitindo ao cidadão acompanhar digitalmente sua demanda após o atendimento presencial.

Implantar, por cooperação interinstitucional, uma Rede Distrital de Justiça Comunitária e Mediação, aproveitando e ampliando experiências existentes da Defensoria Pública, TJDF e demais instituições.

Implantar o DF Acolhedor, uma rede integrada de prevenção, acolhimento e proteção às pessoas vítimas de discriminação, intolerância, violência ou grave violação de direitos humanos, com uma Central Integrada de Acolhimento e Gestão de Casos, funcionando 24 horas para triagem de risco e encaminhamento, com equipes especializadas de atendimento psicossocial, orientação jurídica e articulação com segurança pública, saúde, assistência social, Defensoria e demais integrantes da rede de proteção.

Implantar a Plataforma Governo Inteligente, que incorpora indicadores de acesso à Justiça, conflitos comunitários, violações de direitos e demanda por serviços de cidadania. E promover uma mudança conceitual: o cidadão não terá que descobrir qual órgão resolve seu problema. Será responsabilidade do Estado encontrar a solução e conduzi-lo até ela. Uma política pública de acesso à Justiça centrada no cidadão.

Leia mais na página 2

Veja o que eles propõem

Kiko Caputo (Novo)

Aproximando o cidadão dos seus direitos e fortalecendo a integração entre o GDF, o Judiciário, o Ministério Público, a Defensoria Pública e os demais órgãos do sistema de Justiça. A proposta é ampliar a mediação de conflitos e a justiça restaurativa, fortalecer o sistema socioeducativo e a reinserção social, melhorar o atendimento às vítimas de violência e integrar os serviços públicos para reduzir a burocracia e evitar que as pessoas tenham de percorrer diferentes órgãos para resolver um problema. O objetivo é prevenir conflitos, ampliar o acesso à Justiça e tornar a proteção de direitos mais rápida, coordenada e efetiva.

**Leandro Grass (PT)**

Há um princípio que temos de respeitar: não cabe ao governador interferir nos trabalhos do Tribunal de Justiça, do Ministério Público e da Defensoria Pública. Mas a primeira contribuição que podemos dar é fortalecer a Defensoria Pública, que opera no limite. Vamos apoiar a estrutura e a capilaridade do atendimento nas regiões administrativas, porque o acesso à justiça, para quem não pode pagar advogado, começa ali. A segunda é levar a resolução de conflitos para perto das pessoas, com Casas de Direitos e Cidadania nas regiões administrativas, espaços de mediação, conciliação, orientação jurídica e emissão de documentos, em parceria com a Defensoria e o Poder Judiciário. A terceira é a que mais salva vidas: o Pacto contra o Feminicídio. Nos primeiros cem dias, faremos um pacto formal com o TJ, o MP, a Defensoria e as polícias civil e militar, para que a medida protetiva funcione na prática, com classificação de risco em todas as ocorrências, fiscalização ágil e monitoramento eletrônico do agressor. Levar a Justiça e a segurança a agirem juntas, antes da tragédia, é a contribuição mais urgente que um governo pode dar. Por fim, prevenir na origem: regularização fundiária com prazo, transparência dos dados públicos e segurança jurídica para quem mora e para quem empreende. Um Estado que cumpre a lei, presta contas e trata a todos igualmente, contribui para a Justiça porque a melhor causa é a que não precisa existir.

**Paula Belmonte (PSDB)**

O Judiciário é um Poder independente e essa independência precisa ser respeitada. Como governadora, quero estabelecer uma relação de diálogo e cooperação institucional com o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria e as demais instituições do sistema de Justiça. Queremos fortalecer a cooperação em áreas como proteção às mulheres, crianças e atendimento às populações vulneráveis e principalmente no combate à corrupção. Um governo eficiente também ajuda a reduzir a judicialização. O cidadão não deve precisar entrar na Justiça para conseguir aquilo que o Estado tem obrigação de entregar. Acredito que o papel do Governo do Distrito Federal é fazer a sua parte para que o cidadão tenha seus direitos garantidos e não precise recorrer à Justiça para resolver aquilo que o próprio governo deveria solucionar. Vamos investir em digitalização, integração de informações e mediação de conflitos para melhoria dos serviços públicos.

**Ricardo Cappelli (PSB)**

Fortalecer a Justiça no Distrito Federal passa, necessariamente, por garantir que ela esteja ao alcance de todos. Isso exige uma Defensoria Pública forte, valorizada e presente nos territórios, com ampliação do número de defensores, servidores e equipes de apoio para atender com rapidez e dignidade quem mais precisa. Justiça que demora, que está distante ou que não alcança os mais vulneráveis é justiça que não chega. É preciso democratizar o acesso à Justiça, levando postos permanentes da Defensoria Pública para todas as cidades do DF que ainda não contam com atendimento adequado. Ao mesmo tempo, devemos ampliar e fortalecer as parcerias com o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, somando esforços em iniciativas como o *Pop Rua Jud*, que aproxima o sistema de Justiça da população em situação de rua e reúne diferentes instituições e serviços para garantir direitos e cidadania. A Justiça precisa estar onde o povo está. Mais servidores, mais estrutura, Defensoria presente em todas as regiões e integração entre



Defensoria, Tribunal de Justiça e demais instituições significam cidadania, proteção de direitos e redução das desigualdades. Fortalecer essa rede é fazer com que o acesso à Justiça deixe de ser um privilégio e seja, de fato, um direito de todos.

Rico Pinheiro (PRTB)

A Justiça precisa ser respeitada, e quem faz a Justiça também. Magistrados e servidores enfrentam uma rotina pesada, decisões complexas e uma enorme quantidade de processos. Não precisamos de confronto com o Judiciário. Precisamos dar condições para que ele trabalhe melhor. No Distrito Federal, a demanda é grande e ainda há processos que levam tempo demais para chegar ao fim. Quem está esperando uma decisão não pode sentir que seu problema ficou esquecido. O Governo Federal pode ajudar de forma prática: mais tecnologia, fóruns modernos, digitalização e inteligência artificial para cuidar de tarefas repetitivas, sempre como ferramenta de apoio, nunca para substituir quem decide. Também precisamos fortalecer as equipes, valorizar quem trabalha na Justiça e incentivar a conciliação antes que todo conflito vire processo. Defendo uma relação de respeito e cooperação com o TJDF, o Ministério Público, a OAB e o CNJ. Cada instituição tem seu papel e sua independência deve ser preservada. O Executivo não deve dizer à Justiça como julgar. Deve ajudar a criar as condições para que ela julgue melhor, mais rápido e mais perto das pessoas.

**Robson Raymundo (PSTU)**

Para nós do PSTU o foco seria o Fortalecimento da Defensoria Pública. O acesso à Justiça não pode ser um privilégio de quem pode pagar. Vamos priorizar investimentos orçamentários para a ampliação da Defensoria Pública do DF, com a realização de novos concursos públicos e a descentralização do atendimento para as Regiões Administrativas de maior vulnerabilidade social, garantindo assistência jurídica gratuita e de qualidade à população trabalhadora.



Organizar mutirões da defensoria pública para garantir o direito à pensão alimentícia. E também, para revisar processos de prisão preventiva e provisória para evitar detenções injustas e abusivas.

Samara Mineiro (UP)

O Brasil tem a 3º maior população carcerária do mundo, realidade que só beneficia as facções criminosas que se utilizam disso para recrutar. Nosso compromisso será trocar a lógica do encarceramento em massa pela lógica da prevenção da violência e proteção de direitos. Na perspectiva de prevenção, um exemplo que iremos fazer é sobre os crimes de furto e assalto de celulares, nesse sentido iremos usar iniciativas de inteligência para cruzar dados de boletins de ocorrência com informações de IMEI, para recuperar os celulares. Com isso diminuir a incidência desses crimes. Vamos ampliar ações nos territórios vulneráveis com o Atendimento Itinerante, fortalecer políticas de reinserção para egressos, já que iremos combater a superlotação das unidades prisionais com uma força-tarefa na Vara de Execuções Penais para realizar o mutirão processual penal dos internos que ainda aguardam julgamento. Daremos prioridade em combater a violência contra as mulheres. O governo Ibaneis/Celina nada fez nesse sentido. Para isso iremos ampliar o número de DEAMs com atendimento 24h e em mais Ras, também iremos ampliar as casas abrigos e de Referência. Além de acatar as recomendações do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura para a Unidade de Internação Feminina do Gama, para que as menores infratoras sejam ressocializadas pelo Estado.

**Expedito Mendonça (PCO)**

O PCO defende que todos, indistintamente, tenham acesso gratuito à defesa, garantida pelo Estado. Mais importante que isso, o PCO defende que todos os magistrados da Justiça, não só do DF, mas de todo o País, sejam eleitos pela população por escrutínio direto. Defendemos também a extinção do STF, substituindo a "corte suprema" por uma corte constitucional com todos os ministros-juízes eleitos, com mandato revogável.



Data Venia

Divulgação



Ana Maria Campos
camposanamaria5@gmail.com



TJDF/Divulgação

STJ sob nova administração

A nova administração do Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o biênio 2026-2028 toma posse na próxima quarta-feira (19/8). O ministro Luis Felipe Salomão assume como presidente, e o ministro Mauro Campbell Marques, como vice-presidente. A solenidade será às 18h, na sala do Pleno da Corte. Atual vice-presidente, Salomão assume a presidência sucedendo o ministro Herman Benjamin. O ministro Benedito Gonçalves será o novo corregedor-geral da Justiça.

Ferramenta da Justiça localiza patrimônio

O Sistema Nacional de Investigação Patrimonial e Recuperação de Ativos (Sniper) registrou, no último ano, mais de meio milhão de pesquisas, feitas por 24.271 magistradas, magistrados, servidoras e servidores da Justiça. Desenvolvida pelo Programa Justiça 4.0, a ferramenta localiza bens e ativos vinculados a pessoas físicas e jurídicas envolvidas em processos judiciais. O sistema reduz o tempo para a obtenção de informações patrimoniais e aumenta a efetividade do cumprimento de decisões judiciais e da recuperação de ativos.

Agilidade para buscar informações

Por meio do cruzamento de informações societárias, patrimoniais e financeiras, a ferramenta identifica vínculos entre pessoas físicas e jurídicas, permitindo identificar grupos econômicos e relações entre as partes. Dessa forma, buscas que exigiam consultas em diferentes sistemas passam a ser realizadas de forma centralizada, reduzindo etapas, poupando tempo de trabalho e aumentando a efetividade das execuções fiscais. “A investigação patrimonial sempre exigiu uma atuação operacional complexa, o que tornava esse trabalho mais demorado. O Sniper automatiza parte significativa desse processo, resolvendo a demanda em minutos e proporcionando mais agilidade, eficiência e apoio à tomada de decisões”, explica o juiz Dorotheo Barbosa Neto, auxiliar da Presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e coordenador do Programa Justiça 4.0.



Redes sociais

Falsidade

O uso de diploma escolar falso para efeito de registro de candidatura configura abuso de poder, punível em ação de investigação judicial eleitoral (Aije). Com esse entendimento, o Tribunal Superior Eleitoral decidiu cassar o registro de Moaci do Licuri (PT), vereador eleito de Pé de Serra (BA) nas eleições de 2024.

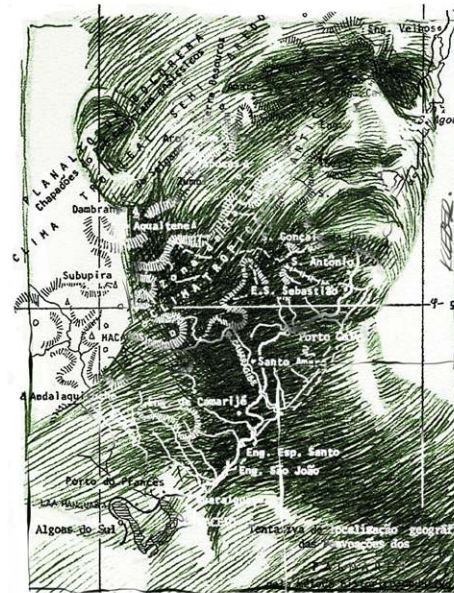
“Precisamos enfrentar com seriedade a agenda de moralização dos gastos públicos e aprofundar as investigações de corrupção que ainda permanecem em nosso país, bem como aperfeiçoar os mecanismos de transparência e encontrar soluções públicas justas e fiscalmente sustentáveis para questões estruturais do Estado brasileiro, inclusive no que diz respeito ao regime remuneratório da magistratura, que é o que faremos com a proposição de uma lei federal de caráter nacional cuja minuta estará pronta até o final deste ano.”

Edson Fachin, presidente do STF



Gustavo Moreno/STF

Julgamento no TRF-6 pode definir futuro de território quilombola



Um julgamento marcado para hoje, na 3ª Turma do Tribunal Regional Federal da 6ª Região (TRF-6), em Belo Horizonte, pode estabelecer um importante precedente para processos de reconhecimento e titulação de territórios quilombolas no país. Em discussão está o território tradicional da Comunidade Quilombola de Machadinho,

em Paracatu, no noroeste de Minas Gerais. A disputa judicial se arrasta desde 2009. A Associação Quilombola do Machadinho (AQUIMA), admitida no processo como amicus curiae, contesta a sentença de primeira instância, proferida em 2014, que rejeitou os pedidos relacionados ao reconhecimento do território. O caso ganhou relevância porque, segundo a associação, a decisão de primeira instância utilizou como fundamento a necessidade de comprovação de um histórico de resistência armada ou de fuga de pessoas escravizadas para caracterizar a comunidade como quilombola. A argumentação é considerada incompatível com o entendimento posteriormente consolidado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

O que o TRF-6 terá de decidir

A controvérsia que chega à 3ª Turma do TRF-6 ultrapassa a situação específica da comunidade de Machadinho. O julgamento poderá definir como devem ser analisados, pelo Judiciário, estudos técnicos realizados por órgãos especializados da administração pública quando estão em discussão direitos territoriais de comunidades quilombolas. A principal questão é saber se o Judiciário pode desconsiderar a identificação realizada pelos órgãos públicos responsáveis pelo procedimento e exigir critérios históricos mais restritivos para reconhecer a condição quilombola.

Uma decisão com potencial de repercussão nacional

O julgamento desta quinta-feira ocorre em um momento em que a regularização de territórios tradicionais permanece entre os temas de maior sensibilidade fundiária do país. Para especialistas e entidades que acompanham a questão quilombola, uma eventual decisão do TRF-6 poderá servir de referência para outros processos nos quais comunidades aguardam há anos a conclusão de procedimentos administrativos de identificação e titulação. “A comunidade não pede privilégio. Pede que a Constituição seja cumprida e que o reconhecimento técnico da Fundação Cultural Palmares e do Incra não seja substituído por uma interpretação já rejeitada pelo Supremo. A cada ano de demora, perde-se território, memória e confiança no próprio Estado de Direito”, afirma o advogado Guilherme Pereira Dolabella Bicalho, responsável pela atuação da Aquima, do escritório Barreto Dolabella Advogados.

Visão do Direito



Antonio Gonçalves

Advogado criminalista. Pós-doutor, doutor e mestre pela PUC/SP, pós doutorando em direito política e econômica pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, MBA em Relações Internacionais da Fundação Getúlio Vargas

Tag do medo

A violência contra a mulher não cessa. Em uma sociedade ainda machista e patriarcal, os homens criam e diversificam suas atuações a fim de constranger, humilhar, agredir, acossar e, principalmente, praticar a violência contra as mulheres, seja ela emocional, psicológica ou física.

O Congresso Nacional e o Judiciário reagem, dentro de suas possibilidades e limites, com a criação de leis criminalizando o feminicídio, violência contra a mulher, vicaricídio, dentre outras. O Judiciário concedeu, apenas no primeiro trimestre de 2026, 171.036 medidas protetivas às mulheres a fim de impedir a aproximação de seus agressores.

E, mesmo com todo esse arcabouço normativo-protetivo, diariamente, cinco mulheres perdem a vida por conta de violência de gênero sendo que uma delas tinha uma medida protetiva em mãos. Além disso, uma mulher é estuprada a cada seis minutos, números que impressionam, assustam e não param de crescer anualmente.

Mesmo com novas tipificações penais e um endurecimento penal contínuo a violência contra a mulher persiste. A inventividade do brasileiro é negativamente impressionante, agora, uma nova modalidade de perseguição

contra as mulheres foi identificada pela polícia: o uso de tags para rastrear as vítimas.

As tags são dispositivos pequenos, baratos e de fácil aquisição cuja finalidade precípua é o monitoramento de malas em viagem, porém, os agressores têm utilizado os dispositivos a fim de monitorar as ex-companheiras e, por conseguinte, as perseguir.

Em São Paulo, segundo a Secretaria de Segurança Pública, de janeiro a abril foram registrados 14.589 casos de perseguição envolvendo vítimas mulheres, um aumento de 29,7% no mesmo período do ano anterior.

As tags são uma nova forma de perseguição, uma variação ao já conhecido método de aplicativos espíões nos dispositivos móveis, instalados clandestinamente, geralmente em celulares.

Por serem pequenas e de fácil manuseio, as tags podem ser instaladas sem o conhecimento das vítimas em bicicletas, veículos, colocadas em roupas, sapatos, bolsas e demais acessórios, utensílios ou meios que serão usados pelas mulheres que passam a ser monitoradas em tempo real.

A conduta permite ao agressor surpreender a vítima que sabe sua localização com precisão e fica esta, acuada, à mercê das intenções do dono da tag que pode seguir

monitorando ou partir para um confronto, um ato de violência ou atitude ainda pior.

Se o agressor se limitar ao uso da tag e ao monitoramento qual crime ele comete? Diante das recentes reformas promovidas pelo Congresso Nacional, o Código Penal em seu artigo 147-A prevê o crime de stalking, isto é, a perseguição reiterada de alguém, por qualquer meio, restringindo-lhe a capacidade de locomoção, além de invadir e perturbar sua esfera de privacidade e liberdade, cuja pena é de reclusão de seis meses a dois anos e que será aumentada pela metade em razão da vítima ser mulher, segundo o §1º, II do mesmo dispositivo.

Além disso, em geral, é possível a cominação legal com o crime de violência psicológica, isto é, o crime de stalking terá um aumento de pena por ter produzido danos, quando praticado por meios eletrônicos como é o caso das tags.

A tag do medo. Um singelo e despretenso dispositivo criado para que os donos das malas saibam onde elas estão quando são perdidas pelas companhias aéreas durante os voos, agora, serve de instrumento para impingir o medo, a insegurança em ex-namoradas, ex-companheiras e ex-esposas e nada obsta

que também possa ser maliciosamente usada para as atuais a fim de monitorar suas atividades, dia a dia e, potencialmente, as pessoas com as quais se encontra.

Ciúmes? Insegurança? Pouco ou nada importa, nenhum relacionamento autoriza a imposição de monitoramento, com possibilidade concreta de perseguição. Traumas, medos, aflições e danos psicológicos propiciados às vítimas não justificam qualquer dos sentimentos citados por um homem inseguro ou ciumento que se vê no direito de acompanhar clandestinamente os passos de sua namorada, companheira ou esposa, ou pior, as atividades de sua ex.

Tais comportamentos ainda são frutos de uma sociedade machista e patriarcal que propicia aos homens acharem que estão no “direito” de monitorar uma mulher para a “proteger” da ação de outros homens.

A justiça segue atenta à violência contra a mulher e o Congresso Nacional tem contribuído positivamente com reformas contínuas, bem como um endurecimento penal a fim de proteger as mulheres brasileiras. Ainda assim, é importante que a denúncia seja feita pelos canais oficiais a fim que o agressor possa ser investigado, preso e processado. Tag do medo não!

Visão do Direito



Adriana Monteiro

Advogada especialista em direito das pessoas com deficiência e inclusão social

Capacidade jurídica em xeque: a luta invisível dos adultos com autismo por autonomia no Brasil

O Brasil vive uma transição silenciosa e urgente no campo dos direitos fundamentais. À medida que a primeira geração diagnosticada massivamente com Transtorno do Espectro Autista (TEA) nos anos 2000 atinge a vida adulta, o sistema de Justiça brasileiro se vê diante de um dilema ético e constitucional: como garantir a proteção patrimonial e social dessas pessoas sem aniquilar sua autonomia individual?

Historicamente, a resposta do Judiciário ao engrenar a maioria de pessoas com deficiência intelectual ou neurodivergências foi a curatela total uma espécie de “morte civil” em que o indivíduo perdia o direito de assinar contratos, votar, casar ou gerir o próprio dinheiro. No entanto, o Estatuto da Pessoa com

Deficiência (Lei nº 13.146/2015) revolucionou essa lógica ao consagrar que a deficiência não afeta a capacidade civil plena da pessoa.

Na prática de 2026, contudo, a barreira cultural ainda se impõe sobre o texto da lei. Famílias, bancos, planos de saúde e órgãos públicos continuam exigindo interdições judiciais irrestritas para conceder benefícios, autorizar tratamentos ou permitir a abertura de contas bancárias. Essa exigência automática ignora um instrumento jurídico inovador e ainda subutilizado: a Tomada de Decisão Apoiada (TDA).

Diferente da curatela tradicional, a Tomada de Decisão Apoiada permite que a pessoa com autismo escolha duas pessoas de sua confiança para auxiliá-la em atos da vida civil, mantendo

o protagonismo de suas escolhas. Trata-se de reconhecer que ter um suporte para compreender cláusulas contratuais ou gerenciar finanças não equivale a ser incapaz. Apoiada pela jurisprudência recente dos tribunais superiores, a TDA é a expressão máxima da dignidade humana, pois substitui o controle pelo suporte.

Outro ponto crítico no cenário atual diz respeito ao mercado de trabalho e ao cumprimento da Lei de Cotas. Não basta garantir o ingresso do adulto neurodivergente nas corporações, preciso assegurar adaptações razoáveis no ambiente de trabalho desde a flexibilização de jornadas até a adequação sensorial e a comunicação clara. A recusa injustificada em fornecer esses ajustes configura discriminação por motivo de deficiência,

conduta passível de reparação moral e sanções administrativas.

A consolidação dos direitos das pessoas com deficiência no Brasil exige um letramento jurídico amplo de toda a sociedade. Não podemos permitir que o sistema de Justiça continue tratando a neurodiversidade sob a ótica do modelo médico e assistencialista do século passado.

Garantir que adultos com autismo e outras deficiências exerçam sua cidadania plena, com os apoios necessários e sem retrocessos institucionais, não é um favor estatal ou familiar é um dever constitucional inegociável. A verdadeira inclusão só acontece quando o direito de escolher o próprio caminho deixa de ser um privilégio dos neurotípicos e se torna uma realidade para todos.

Visão do Direito



Lia Drezza
Advogada do Sanmahe Advogados



Marcel Zangiácomo
Sócio do escritório Galvão Villani, Navarro, Zangiácomo e Bardella Advogados, especialista em direito processual e material do trabalho pela PUC-SP

O impacto da Reforma Tributária sobre o consumo no fluxo de caixa das empresas e nas estratégias de administração

A Reforma Tributária sobre o consumo no Brasil, consolidada pela Lei Complementar nº 214/2025, não traz apenas uma mudança de siglas ou de alíquotas, mas também ferramentas tecnológicas que representarão um verdadeiro avanço tanto para as empresas quanto para a Administração Tributária, principalmente no pagamento do tributo diretamente aos cofres públicos no ato da liquidação financeira da operação, o que trará a denominada conformidade tributária pelo design tecnológico.

Esse avanço tecnológico representado pelo split payment terá também outra consequência que talvez não esteja tão evidente para todos, que é a circunstância de que, nos casos nos quais os prazos de pagamento pelo adquirente sejam curtos com relação ao momento do fornecimento, o pagamento do tributo acontecerá de forma antecipada com relação ao vencimento que acontecerá no mês seguinte.

Como o valor correspondente aos tributos sobre o consumo não mais ingressará na caixa do fornecedor, o autofinanciamento legal — comumente feito pelos contribuintes com este montante para fazer frente a compromissos mais imediatos — deixará de ocorrer. Isso significa que os recursos que até então vinham sendo utilizados como capital de giro até que

chegue o momento do vencimento dos tributos no mês seguinte, momento em que o tributo será recolhido aos cofres municipais, precisarão ser supridos de outro modo pelos contribuintes no momento imediato em que o split payment passar a ocorrer.

Ora, trata-se de um movimento legal, no qual as empresas se utilizam dos tributos para seu giro de caixa, financiando temporariamente suas operações, mas que deixará de existir no novo ambiente da CBS/IBS.

Historicamente, o intervalo entre o recebimento do valor correspondente a uma operação de venda ou de prestação de serviços e o vencimento dos tributos incidentes permitia que empresas administrassem seu fluxo de caixa com recursos públicos. No novo regime do IBS e da CBS, essa oportunidade desaparece, assim que o split payment estiver funcionando regularmente.

E mais, o split payment representa a inversão da lógica financeira, jurídica e econômica até então adotada, pois o aproveitamento do crédito tributário pelo adquirente passa a depender do pagamento efetivo do tributo pelo fornecedor. Se não houver o recolhimento via split, o crédito não nasce. Para a empresa adquirente, isso significa que a inadimplência tributária deixará de ser uma opção de gestão financeira para se tornar uma barreira comercial intransponível, ou transponível mediante um impacto substancial

no seu fluxo de caixa, já que lhe é autorizado, pela legislação, efetuar o pagamento dos tributos no lugar do fornecedor, como forma de garantir o direito ao crédito de IBS e CBS.

E a implementação da ferramenta tecnológica do split payment faz uma conexão direta com a nova legislação de combate ao devedor contumaz. Se, antes, o devedor contumaz era aquele que utilizava a inadimplência como estratégia de concorrência desleal, agora o sistema o expulsa do mercado de forma automatizada.

De outro lado, ao integrar a arrecadação ao fluxo de pagamento de forma tecnológica, o Estado retira do empresário a custódia do dinheiro e, sem a disponibilidade desses recursos em seu caixa, não haverá mais espaço para a inadimplência, parcelamentos estratégicos ou espera por programas de parcelamento, o que demandará uma adaptação de alguns segmentos a essa nova realidade.

Apesar do fato de que o split payment não será obrigatório no início da implementação, como mencionado anteriormente, a própria Lei Complementar 214/25 faculta aos adquirentes a realização do pagamento do tributo no ato da liquidação financeira da operação, numa espécie de split payment manual, o que permitirá a validação dos créditos vinculados a tais operações de aquisição.

Em verdade, ao lado da previsão legal que

permite aos adquirentes a realização do pagamento manual dos tributos como forma de validar seu direito ao crédito correspondente, os fornecedores também deverão considerar a absoluta relevância que a validação dos créditos assumirá na vida das empresas, por serem redutores do impacto da aparentemente elevada alíquota da CBS/IBS, de modo que uma inadimplência contumaz lhes retirará a competitividade no mercado, forçando-os a uma efetiva conformidade tributária.

Além disso, a apuração assistida permitirá que os adquirentes acompanhem de forma on-line os fornecedores que não efetuarem o recolhimento dos tributos vinculados a suas operações de venda, pois os créditos não serão validados no sistema, o que facilitará a fiscalização da qualidade do compliance dos fornecedores.

O que também traz para os contribuintes a necessidade de implementação de uma governança tributária eficiente e atenta, para identificar os fornecedores que não honram com o recolhimento dos seus tributos.

Em conclusão, os tempos são de uma verdadeira revolução na tributação do consumo, num movimento marcado por uma face tecnológica que tornará a conformidade tributária a condição mínima de existência das empresas, em um cenário em que essa será a única opção.

Visão do Direito



Flávio Buonaduce Borges
Advogado e presidente da Federação Nacional dos Institutos dos Advogados (FENIA)

Paradigma novo (e bem-vindo) no Judiciário

A unânime deliberação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) ao banir, esta semana, a aposentadoria compulsória do topo das sanções disciplinares representa um marco divisório para a República.

Há muito tempo que o afastamento de magistrados faltosos mantendo seus subsídios tem sido criticado por formadores de opinião como medida injustificável e localizada, no espectro da gestão pública, em posição diametralmente oposta à do interesse da sociedade.

Ao adotar a pena de disponibilidade associada ao pedido de cassação definitiva do cargo, o colegiado afina-se com o sentimento da maioria dos brasileiros em relação ao tema e sintoniza a fiscalização funcional com os preceitos de moralidade exigidos pelo texto constitucional. É importante lembrar ainda que esse redirecionamento está diretamente

ligado às premissas defendidas pela condução do ministro Edson Fachin na presidência do órgão. Sob suas diretrizes, o CNJ assumiu uma postura resoluta na esfera da autorregulação.

Sem leniência com os dilemas corporativos, a gestão atual, ao que se percebe, evidencia que assegurar a autonomia e as prerrogativas da magistratura pressupõe, obrigatoriamente, rigor absoluto no combate a desvios de conduta profissionais. Uma medida que, aliás, colabora com a imensa maioria da magistratura, formada por profissionais dedicados e éticos.

O rito estabelecido pela nova resolução prima pela sofisticação jurídica. Resta preservada a garantia da vitaliciedade, uma vez que a destituição definitiva permanece condicionada ao crivo jurisdicional do Supremo Tribunal Federal (STF). Contudo, interrompe-se imediatamente o fluxo de vantagens desproporcionais: o investigado

é afastado de suas atribuições e passa a auferir proventos estritamente calculados com base no seu histórico de contribuição previdenciária. A nova dinâmica procedimental extingue a distorção histórica de converter falhas graves em ócio subsidiado pela máquina pública.

Paralelamente, o reexame compulsório pelo CNJ funciona como um filtro indispensável contra eventuais protecionismos locais nos tribunais de origem. A medida nos permite observar que o aprimoramento das instituições de controle não enfraquece a magistratura. Ao contrário: a enobrece ao isolar comportamentos desviantes.

O redesenho punitivo é bem-vindo, mas não encerra os debates necessários sobre a ética judicial; pelo contrário, funciona como o alicerce de um projeto de integridade ainda mais amplo. A efetivação dessas diretrizes

reconecta o jurisdicionado aos seus julgadores, conferindo legitimidade social à atuação dos tribunais.

Diante desse cenário, a recente decisão do CNJ ganha peso ainda maior. Abre-se a expectativa de que a boa recepção da opinião pública em relação às medidas anunciadas sirva como um catalisador político, ajudando a dar um mais ritmo e celeridade ao processo de votação do código.

Essa decisão consolida a percepção de que a solidez do Poder Judiciário reside na sua capacidade de depuração interna e constante aperfeiçoamento. Ao afastar o viés absolutista da antiga aposentadoria punitiva, o CNJ dignifica a parcela majoritária de juízes comprometidos com a função, deixando nítida a máxima republicana de que o império da lei alcança a todos.

Visão do Direito



Marcos Rodrigues

Advogado empresarial e coordenador cível do Azevedo Sette Advogados em Brasília

Licitação se ganha antes da sessão pública

É comum atribuir o resultado de uma licitação ao menor lance. A própria Lei 14.133/2021, contudo, afasta essa simplificação. Seu artigo 11 estabelece que o processo deve selecionar a proposta apta a produzir o resultado mais vantajoso, assegurar justa competição e evitar preços manifestamente inexequíveis. A norma não procura o menor número a qualquer custo, mas uma proposta competitiva, exequível e adequada ao interesse público.

Essa lógica começa no planejamento. O artigo 18 determina que a fase preparatória considere aspectos técnicos, mercadológicos, orçamentários e de gestão. Já o artigo 174 atribui ao Portal Nacional de Contratações Públicas, o PNCP, a divulgação de planos anuais, editais, atas de registro de preços, contratos e termos aditivos. Se a administração deve planejar sua compra, o fornecedor não pode estruturar sua participação na véspera do pregão.

Para a empresa, o PNCP deve funcionar como fonte de inteligência comercial. Os dados permitem identificar quais órgãos compram determinado objeto, a frequência das aquisições, os preços praticados e os fornecedores já contratados. Essa leitura ajuda a antecipar demandas, selecionar certames compatíveis com a capacidade operacional e evitar o custo de disputar oportunidades que não comportam

margem ou apresentam risco excessivo.

Publicado o edital, a análise deve ir além do objeto e do valor estimado. O artigo 18 exige motivação para condições como qualificação técnica e econômico-financeira. Exigências desproporcionais, sem relação com as parcelas relevantes do objeto, podem reduzir indevidamente a competição. Nesses casos, o artigo 164 permite a qualquer pessoa pedir esclarecimentos ou impugnar o edital até três dias úteis antes da abertura do certame.

O prazo curto revela uma escolha legislativa: controvérsias capazes de comprometer a formulação da proposta devem ser enfrentadas preventivamente. A perda do prazo inviabiliza a impugnação administrativa tempestiva e desloca eventual controvérsia para outros mecanismos de controle, mais onerosos e menos eficientes. Uma boa impugnação não expressa mero inconformismo; demonstra, objetivamente, a ilegalidade, a restrição competitiva ou a impossibilidade de precificar o risco.

Na habilitação, a Lei também procura equilíbrio. O artigo 12, inciso III, impede que exigências meramente formais afastem licitante cuja qualificação possa ser aferida. Por outro lado, o artigo 64 veda, após a entrega, a substituição ou apresentação de novos documentos, ressalvadas diligências para complementar informações sobre fatos já

existentes ou atualizar documentos vencidos posteriormente. O Tribunal de Contas da União prestigia o formalismo moderado, mas condiciona o saneamento à existência prévia da situação comprovada. Em termos práticos, nem toda falha é fatal, mas nem toda omissão pode ser corrigida.

O preço é outro ponto em que a legislação substitui intuição por prova. O artigo 59 determina a desclassificação de propostas inexequíveis ou superiores ao orçamento estimado e autoriza diligência para demonstração da exequibilidade. Nas obras e serviços de engenharia, a lei utiliza o parâmetro de 75% do orçamento, interpretado pela jurisprudência recente do TCU como presunção relativa, com oportunidade de comprovação. Assim, baixar o preço sem memória de custos não é estratégia comercial; é assumir um ônus que poderá resultar em desclassificação ou contrato deficitário.

Também não basta conhecer a plataforma de lances. Nos recursos contra o julgamento das propostas e a habilitação, o artigo 165 exige manifestação imediata da intenção de recorrer e fixa prazo de três dias úteis para as razões. A perda desse instante gera preclusão. Participar de uma sessão sem acompanhamento capaz de identificar, em tempo real, falhas na proposta vencedora ou na análise documental pode tornar inútil uma tese juridicamente consistente.

A responsabilidade continua depois da adjudicação. Os artigos 155 e 156 preveem infrações como não manter a proposta, recusar a contratação e dar causa à inexecução, além de sanções que, conforme a hipótese, incluem advertência, multa, impedimento de licitar e declaração de inidoneidade. Por isso, tributos, logística, mão de obra, garantias, prazo de pagamento e capacidade de entrega precisam ser considerados antes do lance, e não depois da assinatura.

Micro e pequenas empresas dispõem do tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006, expressamente incorporado pela Lei nº 14.133/2021. O benefício amplia o acesso, mas não substitui documentação regular, preço exequível nem capacidade de executar o contrato. O tratamento favorecido abre a porta; a permanência no mercado público depende de preparo.

É por isso que a licitação se ganha antes da sessão pública. O resultado nasce da integração entre inteligência de mercado, análise jurídica, organização documental e formação responsável do preço. Para a empresa, isso reduz riscos e transforma as compras públicas em canal profissional de vendas. Para a Administração, amplia a competição entre fornecedores capazes e diminui a probabilidade de licitações fracassadas e contratos interrompidos.

Visão do Direito



Vivian Ribeiro Madsen Figueiredo

Mestre em direito político e econômico pela Universidade Mackenzie, pós-graduada em direito concorrencial e regulatório pelo Instituto de Ciências Sociais. Integra a equipe de direito regulatório do Almeida Prado e Hoffmann Advogados

Eletrificação dos portos exige uma nova geração de contratos e regulação

A eletrificação dos portos deixou de representar apenas uma agenda de sustentabilidade. Hoje, ela influencia a competitividade, a eficiência operacional e a própria forma como a infraestrutura portuária deve ser regulada. Se a tecnologia evoluiu rapidamente, o mesmo precisa ocorrer com os contratos de arrendamento e com o marco regulatório do setor.

O Brasil já dispõe de instrumentos capazes de estimular essa transformação. Regimes como o Reporto e o Reidi reduzem o custo dos investimentos, enquanto iniciativas da

Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), como a Outorga Verde e o Índice de Desempenho Ambiental (IDA), incentivam projetos voltados à eficiência energética e à descarbonização das operações.

O principal desafio, porém, não está na disponibilidade de tecnologia. A infraestrutura elétrica deixou de ocupar posição acessória para se tornar um elemento estrutural da atividade portuária. Essa mudança altera o próprio objeto da regulação e exige que os contratos de arrendamento sejam concebidos para uma nova realidade operacional.

A diferença entre os projetos do Terminal de Contêineres Santos 10 (Tecon Santos 10) e do terminal de contêineres de Itajaí evidencia esse momento de transição. Enquanto o primeiro incorpora obrigações relacionadas à eletrificação, como infraestrutura para fornecimento de energia aos navios atracados e utilização de guindastes elétricos, o segundo ainda não contempla exigências semelhantes. A ausência de um padrão regulatório pode levar novos empreendimentos a nascerem alinhados a uma lógica já superada.

A experiência de terminais como Portonave, Brasil Terminal Portuário (BTP), Porto Itapoá e Terminal de Vila Velha demonstra que a eletrificação já faz parte da estratégia dos principais operadores do país. A competitividade dos portos brasileiros dependerá da capacidade da regulação de acompanhar essa transformação. Modernizar contratos e normas deixou de ser apenas uma opção regulatória para se tornar uma condição para o desenvolvimento da infraestrutura portuária brasileira.

Visão do Direito



Diego de Paiva Vasconcelos

Advogado, professor de direito constitucional, doutor em direito e ex-presidente da Comissão Especial de Desjudicialização do Conselho Federal da OAB

O filtro vazio: porque STF e STJ, talvez, não consigam reduzir os 80 milhões de processos no Brasil

As duas principais cortes do país decidiram enfrentar uma pergunta que o sistema judicial brasileiro adiou durante décadas: é possível continuar operando com mais de 80 milhões de processos pendentes sem comprometer a própria ideia de Justiça? O debate ganhou força simultaneamente no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e no Supremo Tribunal Federal (STF). No STJ, o Tema 1.396 discute se ações consumeristas deveriam exigir tentativa prévia de solução extrajudicial antes do ajuizamento. No STF, a ADC 80 pode redefinir os critérios de concessão da gratuidade de Justiça em todo o país.

As duas discussões apontam para a direção de criar filtros para conter a litigância massiva brasileira. Os números ajudam a explicar a urgência. Segundo o relatório Justiça em Números 2025, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Brasil encerrou 2024 com 80,6 milhões de processos pendentes. Em comparação técnica equivalente com a Índia, o país possui dez vezes mais litigância per capita. Em relação à média europeia, a distância é ainda mais expressiva: o Brasil acumula quase quinze vezes mais processos pendentes

por habitante e opera com metade do número de magistrados por 100 mil habitantes.

Isso ajuda a desmontar uma narrativa confortável segundo a qual a crise do Judiciário seria apenas um problema de gestão. Não é. Digitalização, inteligência artificial, metas de produtividade e automação melhoraram a eficiência operacional do sistema, mas não alteraram a lógica estrutural que produz litigância em escala industrial.

O debate brasileiro frequentemente concentra a responsabilidade nos chamados grandes litigantes: bancos, operadoras de telefonia, planos de saúde, distribuidoras de energia e o próprio Estado. A explicação é parcialmente correta, mas insuficiente. O Estado é, de fato, o maior litigante do país. Execuções fiscais representam cerca de 31% do estoque processual brasileiro. Mas, no setor privado, o problema é mais profundo. O modelo institucional brasileiro tornou economicamente racional judicializar conflitos em massa.

E é exatamente aqui que reside o principal risco das decisões atualmente em discussão no STF e no STJ. Filtros processuais isolados podem não produzir qualquer redução real no volume de ações. Criar exigência de tentativa

extrajudicial prévia ou endurecer critérios de gratuidade de Justiça sem alterar a estrutura de atendimento das grandes empresas tende a produzir apenas uma nova etapa burocrática antes do processo judicial. A litigância não desaparece. Apenas muda de lugar no fluxo.

O próprio sistema brasileiro já oferece um precedente relevante desse fracasso potencial. Quando o STF decidiu, em 2014, exigir requerimento administrativo prévio ao INSS antes do ajuizamento de ações previdenciárias, esperava-se redução significativa da judicialização. Isso não ocorreu porque a administração pública não estruturou capacidade operacional compatível com a nova demanda administrativa. O resultado foi que, anos depois, o próprio Supremo precisou homologar acordo estabelecendo prazos máximos para análise dos pedidos previdenciários.

O filtro existiu, mas não filtrou. A experiência revela um ponto central frequentemente ignorado no debate público: desjudicializar não significa apenas dificultar o acesso ao processo judicial. Significa construir estruturas administrativas capazes de resolver conflitos de forma efetiva antes que eles cheguem ao Judiciário.

Isso exige mudança profunda de cultura institucional e empresarial. Na prática, departamentos jurídicos de grandes empresas precisarão deixar de tratar o atendimento extrajudicial como atividade secundária. Resolução administrativa de conflitos terá de se tornar função estratégica, com investimento, capacidade decisória, canais padronizados e metas efetivas de solução.

Sem isso, qualquer reforma processual corre o risco de se transformar apenas em um “filtro vazio”. As discussões atualmente em andamento no STF e no STJ talvez sejam as primeiras, em décadas, a tocar diretamente pilares centrais da arquitetura que sustenta a litigância massiva brasileira. Mas a eficácia dessas decisões não dependerá apenas das cortes superiores.

Dependerá também da disposição do Estado, das empresas e das instituições de absorver internamente o custo político, econômico e operacional de mudar um sistema que aprendeu a funcionar pela lógica do processo permanente. Porque, sem essa transformação estrutural, os 80 milhões de processos pendentes continuarão existindo — apenas organizados de outra forma.

Visão do Direito



Victor Zveibil Coifman

Sócio-fundador do Clube do Passaporte

Cidadania em disputa: o papel das Supremas Cortes diante da onda restritiva global

Busca pela dupla cidadania por parte de milhares de brasileiros sempre esteve associada a um desejo de expansão de horizontes, segurança e conexões culturais. Recentemente, contudo, esse movimento passou a ser atravessado por uma intensa fumaça geopolítica. A ascensão de discursos nacionalistas e as tentativas de restrição de direitos migratórios levantam uma questão inevitável: até que ponto a instabilidade política global e as pressões de partidos de direita podem, efetivamente, sepultar o direito ao passaporte estrangeiro?

Para responder a isso, é preciso separar o plano político-retórico do plano estritamente jurídico. No campo do discurso, existe uma sincronia inegável. Relatórios de institutos como o European Council on Foreign Relations apontam que movimentos conservadores nos Estados Unidos e na Europa

compartilham uma mesma cartilha discursiva de “soberania sobre a cidadania”.

Partidos como o Chega, em Portugal, replicam, deliberadamente, retóricas anti-migração vistas nas Américas. A instabilidade internacional funciona, portanto, como munição discursiva para inflamar debates domésticos que já vinham ocorrendo no continente europeu.

No plano jurídico, porém, a realidade ganha contornos muito mais complexos e institucionais. As recentes reformas na Itália, por meio do Decreto Tajani, e em Portugal, com a Lei Orgânica 1/2026, nasceram de pressões estritamente internas — como o volume massivo de pedidos por descendência e debates locais sobre imigração —, e não de um efeito dominó legislativo internacional. É justamente nesse cenário de pressões políticas que emerge o verdadeiro fio condutor que une os sistemas ocidentais: o papel crescente do

Poder Judiciário como o árbitro final e garantidor dos direitos fundamentais.

A história recente demonstra que, enquanto o Legislativo e o Executivo oscilam ao sabor das maiorias eleitorais, as cortes superiores têm atuado como um importante contrapeso de estabilidade. Nos Estados Unidos, o modelo de jus soli (cidadania por nascimento), ancorado na 14ª Emenda, segue sob frequente ataque político, mas foi reafirmado pela Suprema Corte americana em uma decisão expressiva de 6 votos a 3, blindando o precedente histórico do caso Wong Kim Ark.

Padrão semelhante de equilíbrio institucional se repete na Europa. Na Itália, onde a cidadania por descendência (jus sanguinis) não é uma concessão discricionária do Estado, mas um status preexistente desde o nascimento e imprescritível, a Corte Suprema Di Cassazione tem sido a instância que

reequilibra os excessos normativos. Mesmo diante de restrições administrativas na via consular, a jurisprudência da Cassação garantiu a solidez da via judicial, dispensando entraves burocráticos e assegurando uma robustez doutrinária que protege o direito contra marés políticas sazonais.

Por outro lado, modelos baseados estritamente em tempo de residência, como o de Portugal, evidenciam maior sensibilidade aos ciclos eleitorais, com alterações abruptas em prazos de naturalização aprovadas pelo parlamento em poucos meses. O cenário atual deixa claro que não existem modelos absolutamente imunes à revisão política. Contudo, a grande lição deste momento histórico é que a força de uma cidadania não reside apenas nas leis que as maiorias parlamentares escrevem hoje, mas na solidez e independência das cortes que salvaguardam esses direitos amanhã.

Visão do Direito



Anelise Damasceno
Sócia do Andrade Maia Advogados

Muito além da Lei de Cotas: o julgamento do TST que pode mudar a gestão de pessoas nas empresas

Todos os dias, empresas brasileiras tomam decisões sobre admissões, promoções e desligamentos de empregados. Em regra, esses movimentos fazem parte da gestão natural dos negócios. Mas quando o trabalhador é uma pessoa com deficiência ou um beneficiário reabilitado da Previdência Social, uma simples decisão de desligamento pode se transformar em um dos maiores riscos trabalhistas enfrentados pelas organizações.

Imagine uma empresa que cumpre integralmente a Lei de Cotas, mantendo em seu quadro um número de empregados com deficiência superior ao mínimo exigido pela legislação. Ainda assim, surge a necessidade de desligar um desses profissionais por questões de desempenho, reestruturação ou reorganização operacional. A empresa pode realizar a dispensa imediatamente ou será obrigada a contratar previamente outro trabalhador na mesma condição para somente depois efetivar o desligamento?

Essa é a discussão que o Tribunal Superior do Trabalho decidirá no Tema 312 (Recursos de Revista e Embargos Repetitivos nº 0000427-32.2022.5.17.0000), um dos julgamentos mais aguardados dos últimos anos em matéria de inclusão no mercado de trabalho e que deverá produzir impactos diretos na gestão de pessoas, na segurança jurídica das empresas e na condução das políticas

corporativas de diversidade e inclusão.

A controvérsia decorre da interpretação do artigo 93, §1º, da Lei nº 8.213/91, que disciplina a dispensa de empregados com deficiência e beneficiários reabilitados. Diante da existência de entendimentos divergentes entre as próprias Turmas do Tribunal Superior do Trabalho, a matéria foi afetada ao rito dos recursos repetitivos, cabendo agora ao Tribunal Pleno definir qual interpretação deverá prevalecer em todo o país.

A questão submetida ao julgamento é objetiva, mas suas consequências são profundas: para que a dispensa seja válida, basta que a empresa continue cumprindo o percentual mínimo de trabalhadores previsto na Lei de Cotas ou a legislação exige, obrigatoriamente, a contratação prévia de outro empregado com deficiência ou reabilitado antes do desligamento?

Hoje, coexistem duas interpretações. A primeira adota uma leitura estritamente literal da legislação. Segundo essa corrente, a contratação prévia constitui requisito indispensável para a validade da dispensa, independentemente de a empresa continuar cumprindo o percentual mínimo exigido pela Lei de Cotas. Nessa hipótese, a ausência de substituição anterior pode resultar na nulidade da demissão, reintegração do empregado e condenações trabalhistas.

A segunda corrente defende uma interpretação sistemática da norma. Para essa linha de entendimento, o objetivo da legislação é preservar a política pública de inclusão e assegurar que a empresa mantenha o percentual mínimo de trabalhadores com deficiência previsto em lei. Assim, se a organização permanece acima da cota legal, a contratação prévia deixaria de ser uma exigência autônoma para a validade da dispensa.

Embora o debate seja jurídico, seus efeitos são essencialmente empresariais. Caso prevaleça a primeira interpretação, a dinâmica de gestão de pessoas deverá ser completamente revisada. O desligamento de um empregado com deficiência passará a depender, na prática, da conclusão prévia de um processo seletivo, da localização de candidato apto e da efetiva contratação antes da rescisão contratual. Isso significa que decisões que hoje são conduzidas exclusivamente pela liderança e pelo Recursos Humanos passarão a exigir planejamento antecipado, validação jurídica e controles ainda mais rigorosos.

Por outro lado, caso o Tribunal Superior do Trabalho reconheça que a finalidade da norma é assegurar o cumprimento da cota global, empresas que já atendem integralmente à legislação terão maior flexibilidade para administrar seus quadros de pessoal, preservando a inclusão sem comprometer a dinâmica operacional dos negócios.

Independentemente da tese que venha a ser fixada, uma conclusão parece inevitável: o Tema 312 exigirá uma mudança de postura das organizações. A gestão das cotas deixará de ser tratada apenas como uma obrigação legal ou uma atribuição exclusiva do setor de Recursos Humanos para assumir posição estratégica dentro das empresas.

Jurídico, RH, compliance, diversidade e lideranças operacionais precisarão atuar de forma integrada para revisar procedimentos de recrutamento, desligamento, documentação e tomada de decisões, reduzindo riscos e fortalecendo a conformidade com a legislação.

Em última análise, o precedente que será construído pelo Tribunal Superior do Trabalho extrapola os limites da interpretação do art. 93 da Lei nº 8.213/91. A discussão deixa de ser, exclusivamente, sobre a validade de uma dispensa para se transformar em um debate sobre responsabilidade social e sustentabilidade das políticas de diversidade.

O precedente que vier a ser firmado pelo Tribunal Superior do Trabalho não dirá apenas como a lei deve ser aplicada, mas sinalizará qual modelo de inclusão o Direito do Trabalho brasileiro pretende fomentar: um modelo pautado pelo cumprimento formal de obrigações legais ou uma política permanente de inclusão como valor estruturante das relações de trabalho.



Wander Neto
Especialista em Agronegócio, sócio do Bento Muniz Lobo Ludovico Advocacia

Consultório Jurídico

Até onde um estado pode legislar sobre terras raras sem invadir a competência da União?

A iniciativa da Assembleia Legislativa de Goiás (Alego) de aprovar o Projeto de Lei nº 4038/25, que institui a Política Estadual de Mineração Sustentável e de Fomento à Exploração Estratégica de Terras Raras em Goiás, levantou dúvidas sobre

uma possível invasão da competência legislativa da União.

A Constituição atribui à União a competência para disciplinar jazidas, minas e recursos minerais. Ao estado cabe atuar, principalmente, na proteção ambiental, no desenvolvimento regional, na infraestrutura, na educação, na ciência e tecnologia e no acompanhamento das atividades ocorridas em seu território. A constitucionalidade da proposta se sustenta justamente porque ela trabalha com diretrizes de fomento, sem pretender ocupar a

competência federal sobre a lavra mineral.

O texto aprovado institui uma política estadual de fomento às terras raras. Isso significa que Goiás passa a sinalizar prioridade para pesquisa, inovação, formação de mão de obra, beneficiamento e industrialização desses minerais. A lei, porém, não autoriza a abertura de minas, não substitui a Agência Nacional de Mineração e não afasta licenciamento ambiental, outorgas ou demais exigências legais. Benefícios fiscais, linhas de crédito, programas de capacitação e medidas de apoio dependem de

regulamentação, previsão orçamentária e observância das regras específicas aplicáveis a cada instrumento.

O ponto central é que Goiás tem uma oportunidade concreta de não se limitar à extração e exportação de matéria-prima, mas sim agregar valor beneficiando o minério em solo goiano. O desafio jurídico e econômico será criar um ambiente seguro para atrair investimentos e agregar valor à cadeia produtiva, sem relativizar licenciamento ambiental, recuperação de áreas degradadas e direitos das comunidades afetadas.

CLASSIFICADOS

Brasília, Distrito Federal, quinta-feira, 13 de agosto de 2026

Para anunciar ► **3342-1000**

1 IMÓVEIS COMPRA & VENDA

2 IMÓVEIS ALUGUEL

3 VEÍCULOS

4 CASA & SERVIÇOS

5 NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

6 TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

1

IMÓVEIS COMPRA E VENDA

- 1.1 Apart Hotel**
- 1.2 Apartamentos**
- 1.3 Casas**
- 1.4 Lojas e Salas**
- 1.5 Lotes, Áreas e Galpões**
- 1.6 Sítios, Chácaras e Fazendas**
- 1.7 Serviços e Crédito Imobiliário**

1.1 APARTHOTEL

INVEST FLAT VENDE
FUSION HPLUS Exporess and alto. Lindo apto 34m2 c/ 2 camas solteiro 3033-3865 cj21229

1.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

1 QUARTO

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

ADELSON IMÓVEIS
R MACAUBA 1 qto sala cozinha banheiro nascente quit R\$ 250mil à Tr.99857115 c1533

MEU IMÓVEL IMOB

LUGARCERTO Melhores imóveis prontos e na planta em todo DF você encontra aqui!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 ÁGUAS CLARAS



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

2 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

AV PARQUEguas Claras 2 qtos 1 banheiro, 1 suíte, 1 vaga 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 03 Lux Home Boulevard 2 e 3qtos cobertura 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

R 36 Ouro Branco VI 2 e 3qtos pronto p/morar. Alto padrão 99557-8243

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

ACHEI IMÓVEIS DF

R 24 Sul Unite 3 stes alto padrão de acabto 99557-8243 c/19540

ACHEI IMÓVEIS DF

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

MEU IMÓVEL IMOB

QD 107 cobertura 3 qtos 3banhs 1 suíte 2 vagas, coz. c/arms planej. 99562-4472 cj25698

1.2 ASA NORTE

ASA NORTE

QUITINETES

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?
PATROCINE UMA RETRANCA!!!
DEIXE SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS
PREÇO ESPECIAL
ANUNCIE AQUI!
ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

PLANO EMPREEND.

IMOBILIÁRIOS Os melhores imóveis de BSB você encontra aqui: lugarcerto.com.br



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.

404 BLOCO I Apto 78m2 3qtos 2banhs local privilegiado 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS

216 SUL 5 andar, vazio 167m2, c/ 3qtos sendo uma suíte, vista livre, garagem Tratar 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE

112 COBERTURA de luxo 411m2 4 qtos (3 suítes) 3 vgs cj5211 3322-3443

1.2 CRUZEIRO

CRUZEIRO

3 QUARTOS

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
QD 409 Apto 3qtos Bairro novo 79m2 2vagas 2banhs 3032-7700 / 98313-0206 cj5179

GUARÁ

3 QUARTOS

ACHEI IMÓVEIS DF
QE 40 3q lazer compl sinal 50mil 99557-8243

TRATO FEITO IMÓV
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

NOROESTE

4 OU MAIS QUARTOS

SQNW 110 canto 171m privativo 4garagens desocupado phimoveis.com.br T.99275-8882 Cj6210

NÚCLEO BANDEIRANTE

2 QUARTOS

RITA LANDIM

LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.2 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

2 QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QN 412 Apto 2 qtos 49m2 1 suíte 1 vaga 2 banheiros Tr: 99418-8477 cj21694

SUDOESTE

2 QUARTOS

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

INVEST FLAT VENDE
105 APTO 6 and., localização privilegiada, garagem Tr: 3033-3865/ 98581-0151 cj21229

TAGUATINGA

3 QUARTOS

QNL 05 vista livre para o nascente, 3 qtos, 2 banheiros, cozinha planejada, porcelanato, desocupada. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QNL 19 Bloco A, 3 qtos c/armários, banheiro social, cozinha planejada, área 98m2, 2 vagas garagem coberta. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.2 TAGUATINGA



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 CASAS

ASA SUL

3 QUARTOS



QNP 09 sala cozinha, banheiro social 3 qtos sendo 1 suíte, área serviço coberta, garagem para 3 carros, cerâmica, forro, desocupada. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

CRUZEIRO

4 OU MAIS QUARTOS

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banho. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
QD 12 vdo cs 5 stes quintal c/churrasq. e banho. ávaga p/ 4 carros. 99418-8477 cj21694

GAMA

3 QUARTOS

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

MEU IMÓVEL IMOB
PONTE ALTA Norte, 3 qts, 3 banhs. 1 ste, área lazer, espaço gourmet 99562-4472 cj25698

1.3 LAGO NORTE

LAGO NORTE

4 OU MAIS QUARTOS

J RIBEIRO VENDE
QL 16 706m2, terreno 2.000m2, 3 suítes 2 c/ closet cj5211 33223443

NÚCLEO BANDEIRANTE

3 QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
3ª AV Casa 245m² 3qtos 1suíte 2 vagas 2 banhs 99673-2538

PARK WAY

4 OU MAIS QUARTOS

ADELSON IMÓVEIS
QD 01 MSPW (5 stes) 4 gar lt 2.500m2 504m2 const. Ac. Apt Guar4 3q 99985-7115 c11533

RITA LANDIM VENDE
QD 01 casa c/ 4 qtos 400m2 de á.constr. terreno de 2.500m2 3552-4358 c/12179

RECANTO DAS EMAS

4 OU MAIS QUARTOS



QD 102 Sobrado 4 qtos sendo 2 suítes, sala copa cozinha, área de serviço coberta, desocupada, garagem para 03 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QD 102 Sobrado 4 qtos sendo 2 suítes, sala copa cozinha, área de serviço coberta, desocupada, garagem para 03 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QD 102 Sobrado 4 qtos sendo 2 suítes, sala copa cozinha, área de serviço coberta, desocupada, garagem para 03 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QD 102 Sobrado 4 qtos sendo 2 suítes, sala copa cozinha, área de serviço coberta, desocupada, garagem para 03 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QD 102 Sobrado 4 qtos sendo 2 suítes, sala copa cozinha, área de serviço coberta, desocupada, garagem para 03 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QD 102 Sobrado 4 qtos sendo 2 suítes, sala copa cozinha, área de serviço coberta, desocupada, garagem para 03 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

1.3 SAMAMBAIA

SAMAMBAIA

3 QUARTOS

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

QR 122 próximo ao metrô 3 qtos, 1 suíte, sala, cozinha, banheiro social laje área serviço coberta, garagem para 02 carros. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

OS MELHORES IMÓVEIS DE GOIÂNIA

QUER MORAR OU INVESTIR EM GOIÂNIA?

TENHO AS MELHORES OPÇÕES PRA VOCÊ!

(62) 98280-1111

1.3 TAGUATINGA

1.3 CASAS

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts
120m2, área serv. gara-
gem 3386-9000 cj22002



VENHA FAZER O melhor Negócio! Vendemos, Alugamos Casas e aptos, Serviços com relatos. Fazemos inventários, despachante, Departamento jurídico. Atendimento com qualidade. Estamos no mercado desde 1996. Aqui cuidamos do seu imóvel. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

CONVICTA IMÓVEIS VENDE
QNL 18 casa 3qts
120m2, área serv. gara-
gem 3386-9000 cj22002

1.3 VICENTE PIRES

VICENTE PIRES

3 QUARTOS



R 12 Casa Moderna. 3 qtos sendo 3 suítes, sala, copa, cozinha, área gourmet com churrasqueira, piscina, nascente, todos os cômodos com armários, porcelanato, laje, portão eletrônico, interfone. Condomínio fechado. Aceito financiamento. Plantão. Ligue: 3352-0064 / 99974-5385 cj30876 www.geraldovieira.com.br

4 OU MAIS QUARTOS

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

RITA LANDIM VENDE
COND PREMIUM excel casa 280m2 cond fechado, porteiro 24 horas 3552-4358 c/12179

1.4 CEILÂNDIA

1.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

CEILÂNDIA

EQNN 01/03 Bl A Lj 04 Vdo Prédio c/Lj + subs + 2 apts c/2qts c/habite-se 99157-7766 c9495

SUDOESTE

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

TRATO FEITO IMÓV
CCSW 02 Loja de esquina. Alugada. > tima localização. Exc Oportunidade 99418-8477 cj21694

VICENTE PIRES

MEU IMÓVEL IMOB
R 08 chác. 332 loja St Habitação al V.Pires, localiz. privilegiada 30m2. 99562-4472 cj25698

1.4 ÁGUAS CLARAS

SALAS

ÁGUAS CLARAS

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

PLANO EMPREEND.
AV PAU BRASIL sala área 173m2 c/ 5 vagas 4 banhs, próx estação metrô 3032-7700 98313-0206 cj5179

ASA NORTE

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

SMHN Ed Crispim Nova 34m² Nascente andar alto phimoveis.com.br T. 99275-8882 Cj6210

GUARÁ

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

QI 31 Consei sala 40m2 próximo QE 19, nascente, canto R\$ 250 mil financiamento Tr: 98135-1919

1.4 SUDOESTE

SUDOESTE

INVEST FLAT
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as Ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

1.5 LOTES, ÁREAS E GALPÕES

ASA NORTE

CLASSIFICADOS

GOSTOU DESSE ESPAÇO?

PATROCINE UMA RETRANCA!!!

DEixe SUA EMPRESA OU SERVIÇO MAIS VISÍVEL E FÁCIL DE ENCONTRAR POR 30 DIAS

PREÇO ESPECIAL

ANUNCIE AQUI !

ENTRE EM CONTATO CONOSCO
61 3342-1000 - OPÇÃO 5

TRATO FEITO IMÓV
SAAN QD 02 Lote à venda no Bairro Asa Norte, 2.500m2 área 99418-8477 cj21694

LAGO NORTE

J RIBEIRO VENDE
SHTQ QD 04 Excel. lote Bairro Taquara 742m2, quitado, esquina, ótima localização Cj 5211 3322-3443

1.6 SÍTIOS, CHÁCARAS E FAZENDAS

DISTRITO FEDERAL E ENTORNO

VENDO OU TROCO
Sítio 20 hectares Agrovi-
la BR 251 Cavas / Bai-
xo c/água, casa, cerca-
da, etc... doc Ok. .
(61) 98202-7591 ou
99514-7645

2

IMÓVEIS ALUGUEL

2.1 Apart Hotel

2.2 Apartamentos

2.3 Casas

2.4 Lojas e Salas

2.5 Lotes, Áreas e Galpões

2.6 Quartos e Pensões

2.7 Sítios, Chácaras e Fazendas

2.2 APARTAMENTOS

ÁGUAS CLARAS

2 QUARTOS

AGUAS CLARAS Excelente Apto, sendo 1 suíte, arms., planej. nos qtos, coz. e banh. Lazer compl. R\$ 2.900,00. F: 98100-3700 whats tbm

ÁGUAS CLARAS Excelente Apto, sendo 1 suíte, arms., planej. nos qtos, coz. e banh. Lazer compl. R\$ 2.900,00. F: 98100-3700 whats tbm

ASA NORTE

3 QUARTOS

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

STN SOF Norte Qd 02 Bl B It 13 ap 101 al ap 3q ref a.emb sl cz wc \$ 1.400 991577766 c9495

ASA SUL

2 QUARTOS

J. RIBEIRO
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

2.2 ASA SUL

3 QUARTOS

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

202 SUL 3qts sendo 01 suíte, dce, cozinha, sala, reformadíssimo, 160 metros, 3 andar, garagem Tr. 99109-6160 SR Imóveis cj9417

308 SUL 158m², vg garagem, 6 andar. R\$ 8.300. Tr 99982-4174

GUARÁ

1 QUARTO

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
AE 02 apto 45m2 1 qto sl coz a99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.3 CASAS

RECANTO DAS EMAS

2 QUARTOS

CONVICTA IMOVEIS
LUGAR CERTO Os melhores imóveis de Brasília você encontra aqui! Veja as ofertas!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

TAGUATINGA

3 QUARTOS

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QSF 05 casa 3 qtos 120m2. 99112-3703 / 3386-9000 cj22002

2.4 ASA NORTE

2.4 LOJAS E SALAS

LOJAS

ASA NORTE

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCLRN 713 Bl A Loja de frente W3 com térreo e subsolo, 120 metros. Tratar: 3042-9200 ou 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

ASA SUL

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

SR. IMÓVEIS
CJ 9417

SCRS 513 Loja c/ 200 metros, sendo 100 metros de térreo e 100 de subsolo, de frente W3 Sul Tr. 3042-9200/ 99109-6160 Sr Imóveis cj9417

CANDANGOLÂNDIA

CONVICTA IMÓVEIS ALUGA
QOF conj G loja 40m2 para alugar Tr: 3386-9000 cj22002

SALAS

ASA SUL

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

J RIBEIRO ALUGA
SHLS 716 sala 54m2 no C. Clínico Sul 5211 3322-3443

LEILÃO DE IMÓVEL

REGIDO PELA LEI 9.514/97 - ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA
(CREDORA FIDUCIÁRIA: CTZ SECURITIZADORA S/A)

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO, Leiloeiro Público Oficial, matriculado na JUCIS-DF sob o nº 33, devidamente autorizado, realizará no dia **20/08/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 1.174.050,68 (um milhão cento e setenta e quatro mil cinquenta reais e sessenta e oito centavos), calculado na forma do art. 27, §1º da Lei 9.514/97, ou, em não havendo licitante, dia **21/08/2026** às 11:00h, pelo lance mínimo de R\$ 863.521,59 (oitocentos e sessenta e três mil quinhentos e vinte e um reais e cinquenta e nove centavos), calculado na forma do art. 27, §§ 2º e 3º da Lei 9.514/97, Leilão Público Extrajudicial do imóvel caracterizado pelo **Lote nº 01, Conjunto nº 04, Quadra nº 07, Trecho 3, Setor Habitacional Vicente Pires, Brasília-DF, com matrícula no 3º CRI do DF sob o nº 354.302**, oriundo de consolidação de propriedade em favor de CTZ SECURITIZADORA S/A., inscrita no CNPJ sob o nº 48.256.308/0001-29, por força de Escritura Pública de Confissão de Dívida com Alienação Fiduciária em Garantia, nos termos da Lei 9.514/97, celebrado entre a Credora Fiduciária acima descrita e LOLO VIDROS TEMPERADOS LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 53.167.124/0001-22, devidamente representada por sua sócia-administradora, Sra. LORRAYNE TELES MUNIZ, portador(a) da CNH nº 06931055492 Detran-DF e CPF nº 057.092.391-35, tendo como interveniente dadora da garantia, Sra. MARIA MÁRCIA RODRIGUES MACIEL RIZOLLI, portador do RG nº 537.411 SESP/DF e CPF 225.032.851-04, tendo sido os devedores fiduciários devidamente constituídos em mora. A venda será feita à vista, a quem maior lance oferecer, respeitados os valores mínimos acima descritos, acrescidos de 5% (cinco por cento) de comissão do Leiloeiro. Os débitos de IPTU/TLP cujos vencimentos ocorram até o dia 21/08/2026 correrão por conta da Credora Fiduciária. O imóvel encontra-se ocupado, correndo por conta do(a) arrematante todas as providências necessárias para sua desocupação, assim como todas as despesas com pagamento de emolumentos cartoriais e impostos (ITBI) decorrentes da lavratura e do registro da escritura pública de compra e venda. O Leilão será realizado de forma exclusivamente eletrônica através do portal **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR**. Ficam os devedores fiduciários, por este edital, desde já intimados das referidas datas.



Edital completo, Fotos e Certidão de Ônus do imóvel disponíveis no site **WWW.CAPITALLEILOES.COM.BR** ou pelos tels. (61) 3552-4847 e (61) 9968-6566.

ADRIANO DE SOUZA CARDOSO
Leiloeiro Público Oficial

FÁCIL DE ANUNCIAR

PARA PUBLICAÇÕES, ALTERAÇÕES OU INFORMAÇÕES ENTRE EM CONTATO CONOSCO



61 3342-1000 opção 05

61 98167-9999



Sig Qd 02, It 340 bloco 2
Próximo Câmara Legislativa



Segunda a Sexta-feira
9h às 18h
e aos Sábados 8h às 12h



@classificadoscb

@classificadoscb



Aponte a câmera do seu celular no QR Code para entrar em contato conosco

3

VEÍCULOS

- 3.1 Automóveis**
3.2 Caminhonetes e Utilitários
3.3 Caminhões
3.4 Motos
3.5 Outros Veículos
3.6 Peças e Serviços

3.1 AUTOMÓVEIS

FABRICANTES

AUDI

AUTOCRED

Q3/20 Prest. 1.4 Tfsi flex S-tronic revisada ún. dono 99288-9231

CHERY

AUTOCRED

TIGGO/22 5x Txs 1.5 16V Turbo flex aut 31.200 km 99288-9231

VOLKS

AUTOCRED

VRUM.COM.BR Acesse nosso pátio e confira as melhores ofertas disponíveis para você!



Aponte a câmera do seu celular e veja as ofertas!

3.2 CAMINHONETES E UTILITÁRIOS

FABRICANTES

JEEP

AUTOCRED

RENEGADE/17 Sport 1.8 branco 4x2 Flex 16V Autom. câmera de ré excel. 99288-9231

5

NEGÓCIOS & OPORTUNIDADES

- 5.1 Agricultura e Pecuária**
5.2 Comunicados, Mensagens e Editais
5.3 Infomática
5.4 Oportunidades
5.5 Pontos Comerciais
5.6 Telecomunicações
5.7 Turismo e Lazer

5.2 COMUNICADOS, MENSAGENS E EDITAIS

CONVOCAÇÕES

NOTIFICAÇÃO

DOCE E VOG LTDA - CNPJ: 62.002.144/0001-34, convoca ao Sr (a): Maria Fernanda Rodrigues de Jesus CPF: 712.799.241-01. Em decorrência do seu estado de gravidez e em conformidade com a estabilidade provisória, confere a gestante, observamos a persistência de ausências injustificadas desde o dia 22/06/2026. A empresa Doce e Vog, solicita o seu comparecimento no prazo de 48 horas a contar desta notificação, a fim de justificar as ausências e fornecer esclarecimentos sobre sua situação. Salientamos que caso não compareça no tempo previsto, aplicaremos o seu desligamento na empresa por abandono de emprego previsto no art. 482 alínea "i" da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

MÍSTICOS

DONA PERCILA

FAZEMOS TRABALHOS MARQUE SUA CONSULTA PARA O AMOR e buscamos a pessoa amada . Presencial ou online . (tarô e Cartas) (61) 98363-5506

5.7 ACOMPANHANTE

5.7 TURISMO E LAZER

OUTROS

ACOMPANHANTE

Todos os números desta Seção são do DF DDD 61, excetuando-se os que forem precedidos de DDD diverso expresso

RENATO ATIVÃO MACHAO, SERIO, discreto e sigiloso (61) 99642-9963

ISABELA FERRARI ESTILO MULHERAO - Capa de Revista! Asa Norte 61 99607-1156

LIVIA MULATA FAÇO ORAL até o fim e deixo finalizar na boca Asa Nte 61 99906-7716

NAY NOVATA FAÇO Frente e Verso s/ frescural Seios furando blusa 61 99875-7300

MASSAGEM RELAX

AS+TOPS DAS GALÁXIAS AS 20 TODAS lindas bemestarmasagens. com.br Fones: 61 985621273/ 3340-8627



LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL REGISTRADORA
 RAFAEL ARAUJO HORTA COSTA
 HELDER PEREIRA DE CARVALHO
 DEMERVAL SILVA CAIXETA JUNIOR
 SUBSTITUTOS

EDITAL DE INTIMAÇÃO

LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL, Titular do 2º Ofício do Registro de Imóveis do Distrito Federal, na forma da Lei, etc.
FAZ SABER aos que o presente edital virem, ou dele tiverem conhecimento que, a ASSOCIAÇÃO DE POUPANÇA E EMPRÉSTIMO - POUPEX, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, pelo requerimento de 05/05/2026, requereu a este Serviço Registral as intimações de **CLAUDIO LOPES BARBOSA**, militar, e sua mulher **WANDRA MARA PINHEIRO BARBOSA**, radiologista, brasileiros, inscritos no CPF sob os nºs **72.602.894-87** e **030.885.414-47**, respectivamente, na qualidade de DEVEDORES, residentes e domiciliados, nos seguintes endereços: 1) Apartamento nº 608, Bloco "G" - Superquadra Norte - SQN 304 - Asa Norte; e, 2) Avenida Serra Verde, Lote nº 09, condomínio Residencial Maximo Garden, Morada de Deus - Setor Habitacional Jardim Botânico; na qualidade de DEVEDORES FIDUCIÁRIOS nos termos da Lei nº 9.514/1997, para que satisfaçam o pagamento da importância de R\$111.360,28 (cento e onze mil, trezentos e sessenta reais e vinte e oito centavos), atualizada até o dia 26/10/2026, correspondente às prestações vencidas e mais as que se vencerem até o dia do pagamento, bem como, encargos legais e contratuais, além das despesas de cobrança e intimação. Tal dívida é originária do instrumento particular com alienação fiduciária do Lote nº 09, da Avenida SERRA VERDE - do loteamento denominado "Morada de Deus", nesta cidade, registrada sob os nºs R.5 e R.6, na matrícula nº 104.619. O Devedor Fiduciante não foi localizado nos endereços fornecidos, encontrando-se em local ignorado, de acordo com as certidões do Cartório 3º Ofício de Registro Civil, Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas do DF. Desta forma, fica o DEVEDOR FIDUCIANTE, acima qualificado, **CONSTITUÍDO EM MORA E INTIMADO**, para que satisfaça o pagamento da importância acima referida, dentro do prazo de quinze (15) dias, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado no SCS - QUADRA 08 - BLOCO "B" nº 60 - SALA 140C - "VENÂNCIO SHOPPING", nesta cidade. Decorrido o prazo legal para a purgação da mora, sem o devido pagamento, será promovida a consolidação da propriedade do Lote nº 09, da Avenida SERRA VERDE - do loteamento denominado "Morada de Deus", desta cidade, em nome da CREDORA FIDUCIÁRIA. - Dado e passado nesta cidade de Brasília, aos 10 (dez) dias do mês de agosto de 2026. LÉA EMÍLIA BRAUNE PORTUGAL - OFICIAL.

5.7 MASSAGEM RELAX

JULLY DELICIOSA LOIRA APERTADINHA gostosa até o final Atendo Aguas Lindas e videochamada (61) 99639-3199

6

TRABALHO & FORMAÇÃO PROFISSIONAL

- 6.1 Oferta de Emprego**
6.2 Procura por Emprego
6.3 Ensino e Treinamento

6.1 OFERTA DE EMPREGO

NÍVEL BÁSICO

AJUDANTE DE JARDINEIRO, para morar. Casa 19903-0605.

AJUDANTE DE PINTOR para morar. Tr 99903-0605.

AUXILIAR DE PRODUÇÃO Para Oficina de extintores em Taguatinga Sul. Salário +VT +VR. Enviar CV: empregoextintores@gmail.com

CASEIRO PARA Serviços Gerais, p/morar. Casa 19903-0605.

DOMÉSTICA-NOROESTE Seg à Sext. c/ exper de doméstica na CTPS e c/ referências CV p: vaga2026df@gmail.com

DOMÉSTICA

PARA APTO na Asa Sul c/ experiência e referência. 98203-0265

AUXILIAR DE PRODUÇÃO Para Oficina de extintores em Taguatinga Sul. Salário +VT +VR. Enviar CV: empregoextintores@gmail.com

6.1 NÍVEL BÁSICO

MANICURE, e Barbeiro. Boa clientela. Tag. Zap (61) 99169-3879

ÓTIMOS GANHOS!!

MASSAGISTA PRECISA-SE com ou sem exper.99414-1086 zap

MASSAGISTA PRECISA-SE COM OU SEM Experiência p/Semana ou Fim Semana. Pagamento diário. Tr: 61 98474-3116

CONTRATA-SE VIDRACEIRO COM EXPERIÊNCIA Entrar em contato 61 98153-2529.

SOLUÇÃO PARABRISAS CONTRATA Aux. p/ Instalação de Parabrisas. Ver vagas: www.solucaoparabrisas.com.br/vagas . Tag/ Vic. Pires. Enviar Currículo p/ Whats: (61) 99882-2256

NÍVEL MÉDIO

CONTRATA-SE ANALISTA CONTÁBIL e Departamento Pessoal. Salário a combinar, +passagem e almoço. Com experiência. Vicente Pires. Enviar currículo para: digidoor.contaspagar@gmail.com Tel. 99932-8597

CONTRATA-SE ATENDENTE BALCÃO p/ o ramo de alimentação trabalhar de segunda à sábado no Setor de Indústria (SIA). Enviar currículo Whats: 3234-3599 Sia Pastel



7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
 Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
 ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
 CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, com sede nesta Capital, CNPJ nº 00.360.305/0001-04, intimar **THAIS PEREIRA DA COSTA**, brasileira, solteira, secretária parlamentar, CPF nº 052.656.921-26, residente e domiciliada nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Contrato de compra e venda de terreno e mútuo para construção datado de 20 de fevereiro de 2024, do qual fica uma via aqui arquivada, registrado sob os nº R.19 na matrícula nº 29.175 desta Serventia, referente ao Apartamento nº 04 do Bloco C1, a ser edificado no Lote nº 04 do Conjunto 02 da Quadra 401 do Itapoã Parque, situado no Setor Habitacional Itapoã, Região Administrativa do Itapoã - RA XXVIII. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 12.768,54, posição de 11/08/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL - CEF, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial do devedor (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que a devedora poderá pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

6.1 NÍVEL MÉDIO

AUTO POSTO TURIM CONTRATA AUXILIAR DE ESCRITÓRIO com experiência Salário + VT + VA. Comparecer c/ Currículo no End.: QI 05 lt 40/42 Tag. Norte. CV p/e-mail: apturim@gmail.com

CONTRATA-SE BACK OFFICE Adm e Vendedor(a) Externo. CV p/ (61) 9.8155-1180

PET SHOP NO COND SOLAR DA SERRA JD BOTÂNICO PRECISA BANHISTA COM EXPERIÊNCIA pontual e gostar de animais, 44 hs semanais. Salário da categoria + VL Transporte e 2 folgas/mês, além dos domingos. Currículo p/ Zap 61 99606-6235.

BRISA TOWER HOTEL CONTRATA COLABORADOR Para trabalhar na Ceilândia; carga horária 19h da noite às 07h da manhã, 12x36. Habilidade em produção de bolos, salgadinhos e doces. Interessados enviar currículo para o e-mail: financeiro@bristatowerhotel.com.br

RESTAURANTE 16 ANOS DE HISTÓRIA NO SUDOESTE CONTRATA COZINHEIRO PROFISSIONAL c/ experiência p/ trabalhar no horário de 08:00 às 16:00 Mandar currículo no WhatsApp 61 99232-8023

6.1 NÍVEL MÉDIO

ROSSONI RESTAURANTE E BAR CONTRATA CUMIM / ATENDENTE e Serviços Gerais trabalhar na Unidade 307 Asa Sul 61 99696-2598

DEPARTAMENTO FISCAL E PESSOAL. Salário a combinar. Tem que ter experiência em escritório de contabilidade. Local Novo Gama - Go. Tr: 61 98554-8289 ou lusp501@gmail.com

IMPACTO VISUAL ESTOQUISTA c/ ou s/ experiência. Oportunidade. Comparecer c/ currículo na Chácara 138/01 lote 33 Vicente Pires. Tel.: 98124-2999

SUBGERENTE, ATENDENTE, Cozinheira e sushimam. Restaurante contrata. Salário inicial a partir de R\$ 1.750,68 podendo chegar até R\$ 2.200,00 + comissão. Enviar currículo para email: curriculum.guara@gmail.com

IMPACTO VISUAL ESTOQUISTA c/ ou s/ experiência. Oportunidade. Comparecer c/ currículo na Chácara 138/01 lote 33 Vicente Pires. Tel.: 98124-2999



SENADO FEDERAL
 COORDENAÇÃO DE PROCESSAMENTO EXTERNO DE LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO
 Pregão Eletrônico nº 90075/2026

OBJETO: Aquisição de desmoldificadores, para a Secretaria de Gestão da Informação e Documentação (SGIDOC) e o Núcleo de Gestão Museológica (NGMUS) do Senado Federal.
ABERTURA: 25/08/2026, às 09h30, pelo sistema Compras.gov.br.
EDITAL E INFORMAÇÕES: www.senado.leg.br (Portal da Transparência do Senado Federal/Licitações e Contratos), www.compras.gov.br ou na COPEL, Bloco de Apoio 16, 1º andar, telefone (61) 3303-3036.

JULIANA SÁ DE ALMEIDA BEZERRA
 Pregoeira



7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal
 Quadra 05, Área Reservada 01, Lote 01,
 ED. Mirante, Loja 01 Sobradinho
 CEP: 73031-501 TEL./FAX (61) 3487-5405, 3253-6174, 3253-6177

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Na qualidade de Titular do 7º Ofício de Registro de Imóveis do Distrito Federal, situado na Quadra 05, Área Reservada 01, Ed. Mirante da Serra, Loja 01, Sobradinho-DF, venho, nos termos do art. 26, § 4º, da Lei Federal nº 9.514/97, a requerimento da BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A, com sede nesta Capital, CNPJ nº 02.010.478/0001-28, intimar **ANDRÉ VARELA SANTANA**, autônomo, CPF nº 001.126.961-80, e sua esposa **LETÍCIA FREIRE SANTANA**, enfermeira, CPF nº 024.218.031-01, brasileiros, casados sob o regime de comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados nesta Capital, para fins de cumprimento das obrigações relativas a Instrumento particular datado 05 de agosto de 2025, do qual uma via fica aqui arquivada, registrado sob os nº R.9 na matrícula nº 13.985 desta Serventia, referente ao Lote nº 31 do Conjunto C-03 da Quadra 02, Sobradinho-DF. Nos termos do requerimento do credor fiduciário, o valor da dívida, nele incluídas as quantias relativas a juros de mora e multa, é de R\$ 30.216,98, posição de 05/08/2026. Dessa forma, procedo à intimação de Vossa Senhoria para que se dirija a esta Serventia, no endereço acima, onde deverá satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, as prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, acrescidas dos encargos contratuais, além das despesas da intimação e das custas pagas a esta Serventia. Nos termos do art. 26, § 7º, da Lei Federal nº 9.514/97, decorrido o prazo mencionado acima, sem a purgação da mora, esta Serventia deverá promover o registro, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade fiduciária em nome da BANCORBRÁS ADMINISTRADORA DE CONSÓRCIOS S/A, à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão "inter vivos". Nos casos de financiamentos para aquisição ou construção de imóvel residencial dos devedores (exceto as operações de consórcio), a consolidação da propriedade será averbada trinta dias após a expiração do prazo para purgação da mora, período em que os devedores poderão pagar a dívida e os demais encargos junto ao credor. Uma vez consolidada a propriedade em seu nome, a fiduciária, no prazo de sessenta dias, promoverá o público leilão para a alienação do imóvel. Atenciosamente, Ricardo Rodrigues Alves dos Santos, Oficial de Registro.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO

ECONOMISA COMPANHIA HIPOTECÁRIA, inscrita no CNPJ sob nº 17.441.197/0001-05, nos termos do Parágrafo 2º, do Artigo 49, da Lei 6.766, de 19/12/1979, pelo presente EDITAL, notifica o Sr. Edilson Ferreira dos Santos (CPF nº 977.555.591-49), promissário comprador do "Contrato do Particular de Promessa de Compra e Venda de Imóvel com Financiamento", firmado em 24/03/2005, tendo como objeto o Lote 24, Quadra 183, Casa A, Conjunto EH-05, Residencial Alvorada, Novo Gama - GO, para efetuar o pagamento das prestações em atraso, vencidas no período de 10/2011 a 03/2014, perfazendo, nesta data, um débito no valor de R\$ 24.657,05 (vinte e quatro mil e seiscentos e cinquenta e sete reais e cinco centavos). Para tanto, deverá entrar em contato com a nossa Superintendência de Operações, situada na Rua da Bahia, nº 1.004, 14º andar, Centro, Belo Horizonte-MG, CEP: 30160-011, de segunda a sexta-feira, no horário de 10:00 às 17:00 horas, com a Sra. Márcia Moraes ou com o Sr. Edmar Alecrim pelos seguintes e-mails: marcia@economisa.com.br e edmar@economisa.com.br respectivamente ou pelo telefone (31) 3519-7700, num prazo máximo e improrrogável de 10 (dez) dias, a contar da publicação deste edital. **Ultrapassado o prazo supra sem manifestação, o contrato será considerado rescindido, com interrupção de todos os efeitos jurídicos.**

VENDER, COMPRAR, ALUGAR, CONTRATAR, DIVULGAR



O Classificados do Correio
Braziliense é o lugar ideal para quem
deseja fazer um bom negócio!



Entre em contato para maiores informações

61 98167-9999



Siga-nos nas redes sociais e acompanhe todas as novidades e promoções



Instagram: @classificadoscb



Facebook @classificadoscb